

Fundação Getulio Vargas  
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

**Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações**

Rafael Alcadipani da Silveira

MICHEL FOUCAULT, PODER E ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES

**Banca examinadora**

Prof. Orientador Dr. Fernando C. Prestes Motta  
Prof. Dr. Márcio Fonseca  
Prof. Dr. Antônio Valverde

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

**Rafael Alcadipani da Silveira**

Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-  
Graduação da FGV/EAESP  
Área de Concentração: Organização, Recursos  
Humanos e Planejamento  
requisito para obtenção de título de mestre  
em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fernando C. Prestes Motta

São Paulo  
2002

Alcadipani-da-Silveira, Rafael Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações: EAESP/FGV, 2002. 197 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento).

Resumo: Realizamos um inventário sobre a produção acadêmica fundamentada nos trabalhos de Michel Foucault em Análise das Organizações, problematizamos esta produção, de acordo com o pensamento do filósofo e sugerimos possíveis desenvolvimentos.

Palavras-Chaves: Michel Foucault, Poder, Análise das Organizações

*Às minhas meninas (Aline, Maria Helena, Rosa, Sofia e Clara),  
com açúcar e com afeto*

Uma dissertação é o final de um longo processo, mas somente o começo para aqueles que, como eu, pretendem ser acadêmicos. Este processo foi composto por várias etapas nas quais inúmeras pessoas tiveram participação dando incentivo e apoio para que fizesse com que eu prosseguisse em busca do meu sonho. Sem elas, seria impossível terminar e prosseguir.

Tive a sorte de ter conhecido durante este processo somente pessoas maravilhosas que ajudaram com que meus sonhos fossem, um a um, virando realidade. Não sei porquê sempre encontrei apoio, ajuda, amor, amizade e dedicação de cada um dos nomes que aparecerão nesta lista. Homens e mulheres, adultos e crianças que fizeram com que o meu mundo fizesse sentido.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador Fernando C. Prestes Motta. Ele sempre acreditou em meu trabalho, mesmo quando eu era aluno de graduação da ESPM ou quando atrasei com o que lhe prometera, e sempre me incentivou a seguir em frente. Agradeço por tudo o que ele teve de passar ao longo de sua luta para permitir que hoje eu possa defender em uma escola de administração uma dissertação sobre um filósofo francês, desconhecido para este mundo até pouco tempo. Fernando, seguramente, foi uma das pessoas mais especiais que conheci e que consegue ensinar mesmo quando cala. Basta olhar para o que fez ao longo de sua vida para que possamos compreender o que significa a palavra Ser-Humano e Professor. Tenho orgulho de ter este amigo, orientador e professor que ajudou a formar pessoas brilhantes. Fernando me mostrou que *esta vida só se dá, pra quem se deu, pra quem amou, pra quem chorou e pra quem sofreu*.

Quero agradecer ao Ricardo Bresler, meu primeiro orientador. Ricardo, pessoa fabulosa e sensível, acreditou em mim desde a primeira reunião que tivemos na ESPM. Ficamos grandes amigos e dividimos, ao longo de todos estes anos, tristezas, decepções, alegrias e esperanças. Ricardo transpira sonhos e felicidades e mostrou-me que ir atrás deles vale a pena demais! Ensinou-me que *viver é melhor que sonhar...*

Miguel Caldas é mais uma pessoa e amigo extraordinário com quem tive a honra de trabalhar e de apreender muito. Ensinou-me a ter os pés na realidade, a saber que para se conquistar tem que trabalhar muito, o valor do respeito aos demais, mesmo quando não

concordamos com eles. Mostrou-me (e ainda estou apreendendo) o significado da palavra humildade. Miguel, como professor, chefe e amigo, introduziu-me aos melhores círculos acadêmicos do Brasil e do mundo. Ensinou-me com seus gestos e atitudes que é sempre possível ser melhor e que *triste de quem é feliz! Vive porque a vida dura, nada na alma lhe diz, mais que a lição da raiz – ter por vida a sepultura....*

Maria José Tonelli é mais uma das pessoas com quem tive o orgulho de conviver durante todo este processo. Ela, hoje também grande amiga, mostra-me cotidianamente o valor da competência, da superação, da amizade e da garra. Ajudou-me, sobremaneira, na revisão da dissertação e em uma série de projetos pessoais e acadêmicos. Mostra-me, também, *a dor e a delícia de ser o que se é...* e forneceu-me uma ajuda muito grande nos últimos minutos desta dissertação. Mário Aquino, grande poço de sabedoria e inspiração, sempre me ajudou a compreender um pouco mais as agruras e alegrias do mundo acadêmico.

Na FGV tive a oportunidade de conviver com outras pessoas incríveis como o Prof. Bertero e Prof. Fábio Mariotto, os quais tive a honra de conversar, trocar idéias e apreender quase diariamente. Outras pessoas muito amigas foram Maria Éster, Flávio Vasconcelos, Sérgio Túlio, Patrícia, Marcos Gonçalves, Moacir, Maria Irene Betiol, Fernando Abrúcio, Clóvis Azevedo, Marcelo Aidar, Ana Cristina, Nélson, Inês e tantos outros que fizeram meus dias na GV mais alegres e interessantes.

Valeu Marcelo Binder por toda a ajuda e troca de idéias! Valeu Lu por toda ajuda durante este tempo todo. Valeu Laudares pela ajuda na revisão final.

Ainda na EAESP-FGV gostaria de destacar a atenção dos competentes funcionários da secretaria de pós, NPP e da biblioteca que sempre ajudaram muito em todas as dificuldades que tive. Destaque especial para todo o extremamente competente pessoal da RAE por termos dividido idéias e trabalhos ao longo destes vários anos. Obrigadão ao Tomaz, companheiro de tantas conversas. Sempre acreditou muito em meu trabalho, deu-me conselhos preciosos e abriu portas que me ajudaram demais. Obrigado também pelos coordenadores do programa de pós graduação, Profs. Marcos Fernandes e Francisco Aranha, por todo o apoio

Agradeço ao CNPq pelo financiamento do mestrado e à EAESP-FGV por todo o apoio que tive para participar de congressos nacionais e internacionais. Em especial, ao prof. Abraham Laredo Sicsu por todo apoio e incentivo.

Agradeço aos colegas de mestrado e doutorado, em especial ao “meu herói” João Marcelo, a Hivy, o André, a Ana e a batalhadora e competentíssima Paula Schoemer, cuja vida é uma lição para qualquer um.

Ao Prof. Márcio Fonseca agradeço por todas as ajudas e extrema atenção com que sempre tratou e recebeu meus trabalhos e as cuidadosas e delicadas análises que fez neles. Obrigado pelas dicas e ajudas no desenvolvimento e o refinamento destes argumentos. Ao Prof. Valverde obrigado por aceitar participar da banca e pela disponibilidade e atenção com que sempre me recebeu. Agradeço à atenção que o Prof. Peter Spink me deu na elaboração deste projeto e as idéias e sugestões de melhorias.

Na ESPM, tenho de destacar um dos meus maiores incentivadores: Ilan Avrichir, que abriu-me as portas da escola, além de sempre ter feito de tudo para me ajudar como aluno e como professor. Agradeço também ao Prof. Marcos Amatucci por todo o auxílio. Ambos são “chefes” fantásticos! Agradeço aos meus alunos por fazer meus dias mais interessantes e desafiadores e aos funcionários da escola, especialmente ao pessoal da secretaria e biblioteca.

Agradeço à minha mãe por ser esta pessoa maravilhosa que sempre se dedicou integralmente para fazer de minha casa um lugar alegre e feliz. Por ter sido sempre uma grande amiga e companheira. Agradeço por ela ter insistido que eu comesse o caminho que trilhei e por todo amor que muito me ensinou. Ao meu pai por toda a luta que desenvolveu ao longo de sua vida, por abdicar de tudo em nosso nome e por me mostrar o significado do que é ser Amigo, Pesquisador e Professor. Agradeço aos dois por sempre respeitarem minhas escolhas, mesmo quando eles eram contrários, e pelo apoio incondicional e extremamente amoroso para que eu pudesse seguir meu caminho. À Rosa por ser uma irmã maravilhosa e amiga. E as duas princesinhas de minha vida: Sofia e Clara, o sorriso delas me faz lutar por um mundo melhor a cada vez que me lembro que cada atitude minha poderá ajudar com que seus meigos sorrisos se perpetuem.



Por fim, agradeço Aline, a melhor coisa da minha vida. Por me ensinar que *amor é fogo que arde sem se ver, é ferida que dói e não se sente, é um contentamento descontente...* Agradeço por ser uma mulher fabulosa, estar ao meu lado e ensinar-me o que significa amar, apaixonar-se e ser confidentes. E, por ter ajudado um menino a se transformar em um “quase acadêmico”.

“Você corta um verso, eu escrevo outro,  
Você me prende vivo, eu escapo morto,  
De repente, olha eu de novo,  
Perturbando a paz, exigindo o troco”  
*Maurício Tapajós e Paulo Sérgio Pinheiro*

## SUMÁRIO

Introdução	12
Cap. 01 – A Utilização de Foucault na Análise das Organizações	15
1.1. Contextualizando a utilização de noções Foucaultianas	15
1.2. Os artigos que Utilizaram Foucault na Análise Organizacional	29
Cap. 02 – Foucault e a Analítica do Poder	43
2.1. “Etapas” da Obra Foucaultiana	43
2.2. A Visão Usual do Poder	48
2.3. Foucault e a Analítica do Poder	21
Cap. 03 – As Disciplinas	68
3.1. Fundamentos do Poder Disciplinas e da Biopolítica	68
3.2. O Poder Sobre a Vida	75
Cap. 04 – A Biopolítica e a Governamentalidade	102
4.1. A BioPolítica no Pensamento de Foucault	102
4.2. A Governamentalidade	108
4.3. Poder/Saber e a Relação Poder Verdade	125
Cap. 05 – Problematicando a Análise das Organizações Foucaultianas	132
5.1. Problematicando o Uso de Foucault na Análise das Organizações	132
5.2. Possíveis Desenvolvimentos	144
Considerações Finais	164
Referências Bibliográficas	168
Anexo I	181

## INTRODUÇÃO

Michel Foucault é um dos mais importantes pensadores dos últimos 50 anos. Os trabalhos de suas obras discutiram temas relacionados com a questão da formação dos saberes e dos discursos de verdade, das relações de poder, da construção da subjetividade e do governo de si e dos outros (Rabinow e Dreyfus, 1995). Foucault desenvolveu uma crítica que não tem como pretexto um exame metódico que rejeita todas as soluções possíveis com exceção de uma única que seria a melhor para todos. Ao invés disso, buscou a “problematização”, ou seja, a elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que colocam e levantam problemas para as diferentes epistemologias<sup>1</sup>. A problematização é um movimento de análise crítica que procura investigar como diferentes soluções resultam de formas específicas de construção dos problemas. Trata-se de um movimento de questionamento constante<sup>2</sup>. Por isso, um dos aspectos de destaque das obras de Foucault é a sua vasta utilização por outros campos além da filosofia. As obras do pensador têm servido de base para reflexões e problematizações na literatura, no direito, na história, na educação, (Portocarrero e Branco, 2000) e na Análise das Organizações, especialmente, das empresas (McKinlay e Starkey, 1998).

Especificamente no campo de Análise das Organizações, a utilização das noções desenvolvidas de Michel Foucault tem ocorrido desde o início dos anos 80. No Brasil, alguns artigos foram fundamentais na difusão de suas idéias na área de Análise Organizacional. A primeira utilização foi realizada por Prestes Motta (1981) que discutiu a questão do poder disciplinar nas organizações formais. Outro trabalho fundamental foi o de Segnini (1986) que discutiu o poder disciplinar em ação no Bradesco. No contexto internacional, a despeito de Foucault ser francês, a utilização de sua obra pelos teóricos da Análise das Organizações se deu com maior ênfase no contexto anglo-saxão, especialmente na Inglaterra (Hatchuel, 1999). Hoje, com o crescimento das perspectivas de análise

---

<sup>1</sup> Cf. Foucault, 1999g, pg. 20

<sup>2</sup> Cf. Foucault, 1999g, pg. 25

alternativas ao funcionalismo (Burrell e Morgan, 1979), as idéias de Foucault têm sido utilizadas por uma vasta gama de teóricos em Análise Organizacional<sup>3</sup>.

O objetivo desta dissertação é realizar um inventário sobre a utilização das obras de Michel Foucault em Análise das Organizações, problematizar tal utilização e indicar alguns possíveis caminhos de desenvolvimento para o estudo do poder nessa área. Como o uso dos trabalhos do pensador se deu de forma maciça por meio do emprego de noções de sua analítica do poder para compreender a dinâmica das relações de poder e controle em contexto organizacional, apresentaremos os principais pontos da analítica do poder foucaultiana. Tendo como pano de fundo essa analítica, iremos problematizar o uso de suas idéias na Análise das Organizações e indicar algumas possibilidades de desenvolvimento dessas análises.

Para tanto, no primeiro capítulo iremos apresentar o inventário que realizamos sobre a utilização das idéias de Michel Foucault na Análise Organizacional. Como estes estudos estão focados fundamentalmente no uso de noções da analítica do poder do pensador, iremos examinar e descrever como esse tema surgiu no pensamento foucaultiano e os principais pontos de seu desenvolvimento. Faremos isso no segundo capítulo, quando discutirmos sobre a questão do poder no pensamento do autor, no terceiro capítulo, quando apresentaremos as disciplinas e no quarto capítulo, quando apresentaremos a biopolítica. No quinto capítulo, problematizaremos a utilização das obras de Michel Foucault em Análise das Organizações e os possíveis desenvolvimentos para este tipo análise. As possibilidades de desenvolvimento serão apresentadas somente de forma indicativa, pois é discussão complexa que não tivemos tempo de realizar no mestrado e pretendemos desenvolver com a profundidade devida em outra oportunidade. Michel

---

<sup>3</sup> Veja: Prestes Motta, 1981; Segnini, 1986; Alcadipani e Almeida, 2000; Carvalho da Silva e Alcadipani, 2001; Burrell, 1988; Jacson e Carter, 1995; Bloomfield, 1992; Chan, 2000; Marsden, 1993; Knights e Willmott, 1992; Chua, 1986; Clegg, 1989; Mingers, 1992; Brocklesby e Cummings, 1996; Knights e Morgan, 1991; Knights, 1992; Casey, 1999; Willmott, 1993; Miller e O'Lerry, 1989; Chikudate, 2002; Boje, 1995; Townley, 1993; Thompson e Hirschman, 1995; Collinson, 1999; Hinthorne, 1996; Gabriel, 1999; Ball e Wilson, 2000; Xu, 1999 e 2000; Knights e McCabe, 1998 e 1999; Barker, 1993; Sewell, 1998; Laflaive, 1996; McLean e Hoskin, 1998; Munro, 2000; Hardy e Leiba-O' Sullivan, 1997; Clegg, 1994; Lee, 1999; Thompson e Tambiah, 1999; Coombs, Knights e Willmott, 1992; Covalski, Dorsmith, Heian e Samuel, 1998; Brocklehurst, 2001; Wray-Bliss, 2002; Newton, 1998; Feldman, 1997; Hazen, 1997; Trethewey, 1999; Alvesson, 1998; Weaver, 1997; Mckinlay e Starkey, 1998).

Foucault é um mundo fascinante e, com certeza, voltaremos a pesquisar sua obra e pensamento, bem como suas aplicações para a Análise das Organizações.

## Capítulo 01

### A UTILIZAÇÃO DE FOUCAULT NA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES

#### **Introdução**

Neste primeiro capítulo, pretendemos realizar um inventário sobre a produção em Análise Organizacional baseada nos escritos de Michel Foucault. Para tanto, na primeira parte iremos contextualizar a utilização da obra do autor em Análise Organizacional, mostrando em quais movimentos teóricos deste campo ocorreu a introdução do uso das idéias do pensador. Na segunda parte do capítulo, iremos descrever os dados que coletamos na pesquisa que realizamos nos principais periódicos internacionais da área entre 1980 e 2001.

#### 1.1.Contextualizando a Utilização das Noções Foucaultianas em Análise Organizacional.

Nesta parte, pretendemos situar o contexto em que se deu a introdução das idéias de Michel Foucault em Análise Organizacional. A origem da teoria das organizações é remetida aos escritos de Saint-Simon (Hatch, 1997 e Prestes Motta e Vasconcelos, 2002). Já a teoria da administração começou a ganhar vulto com a publicação do livro *Princípios da Administração Científica* de Frederic Taylor em 1911. Taylor lançou para o campo de administração a necessidade da utilização de métodos científicos para a gestão e foi o grande criador do movimento da administração científica (Prestes Motta e Vasconcelos, 2002). A partir deste período, começou a ganhar vulto a formação de uma ciência administrativa cujo objetivo fundamental era criar conhecimento sobre como gerir empresas e uma Teoria das Organizações cujo objetivo fundamental era mostrar como as organizações funcionam. O desenvolvimento da Teoria da Administração e das organizações ocorreu de forma atrelada e se confundiu ao longo do tempo (Hatch, 1997).

Após o início do movimento da administração científica, houve o desenvolvimento de estudos sobre como se comportavam os funcionários das empresas e sua organização informal. Aqui podemos destacar os famosos estudos de Elton Mayo, na *General Eletric*,

que acabou gerando um corpo de conhecimento articulado denominado “Escola de Relações Humanas” (Prestes Motta e Vasconcelos, 2002). Por volta da década de 60, a noção da organização como sistemas tomou corpo na Análise Organizacional, principalmente a partir da obra de Katz e Kahn (1966). A idéia fundamental era que as organizações funcionam como sistemas biológicos. Houve uma difusão do modelo sistêmico de pensamento, facilmente verificado em uma de suas principais teorias: a teoria da contingência. Via de regra, essas pesquisas procuravam buscar correlações entre comportamento individual, satisfação no trabalho, desempenho e características objetivas na situação de trabalho. Ocorreu também a grande tendência de mensurar e intercorrelacionar características organizacionais, além de procurar operacionalizar, mensurar e buscar relações entre idéias derivadas dos escritos de teóricos como Max Weber e as organizações, ou seja, verificar as teorias nas práticas organizacionais<sup>4</sup>. Como exemplo é possível destacar famosos estudos do Grupo de Alston e da Woodward (Burrell e Morgan, 1979).

Assim, até os anos 60, o campo de Análise Organizacional era relativamente simples, pois os trabalho de Vilfredo Pareto e as leituras parsonianas de Max Weber serviram de base fundamental para os estudiosos das organizações, dentre os quais podemos destacar Mayo, Homas, Roethlisberger e Chester Barnard. Pareto cumpriu esse papel até o início dos anos 30 e as leituras parsonianas de Weber serviram a tal propósito a partir do período da II Guerra Mundial (Burrell, 1996). Utilizando-se das apropriações das ciências naturais e biológicas que as ciências sociais realizaram nesse período, presenciou-se até os anos 60 o desenvolvimento da ciência da administração e das organizações, principalmente no contexto anglo-saxão, dotado de unidade, homogeneidade e coerência, cujo foco de análise era as grandes organizações burocráticas inseridas na sociedade moderna. Essa foi uma época em que a teoria das organizações vivia uma fase de desenvolvimento controlado dentro de um acordo tácito de métodos, metodologias, perspectivas de análise e base epistemológica (Burrell, 1996). Havia um predomínio absoluto e incontestável da teoria organizacional funcionalista (Burrell e Morgan, 1979), que encaram as organizações como *goal-seekers*, buscam produzir um conhecimento que maximiza a eficiência racional das

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma descrição extremamente sumária e simplista da teoria das organizações, pois pretendemos contextualizar a utilização da obra de Michel Foucault. Para uma revisão aprofundada do assunto veja Prestes Motta e Vasconcelos, 2002 e Burrell e Morgan, 1979.



organizações e dava ênfase às noções de ordem e hierarquia (Thompson e McHugh, 1990). O funcionalismo possui como pressuposto uma ontologia realista, uma epistemologia positivista, uma visão determinista da natureza humana e a utilização de uma metodologia nomotécnica nas pesquisas que realiza (Burrell e Morgan, 1979). Durante essa época, a racionalidade era o modelo de metanarrativa interpretativa e a ordem se constituía como a principal problemática dos estudos e pesquisas em Análise das Organizações (Reed, 1996). Analisando este mesmo período das teorias sobre organizações, Clegg e Hardy (1996) apontam que as pesquisas na tradição funcionalista enfatizam o consenso e a coerência (ao invés do conflito e dissenso), a palavra chave é a organização como sistema que busca atingir metas explícitas formuladas por tomadas de decisão racionais. A tarefa do administrador é definir e atingir estas metas e o papel do pesquisador é coletar dados objetivos que identifiquem como as funções das organizações se distribuem em torno da manutenção e orientação das metas. Segue-se o método de pesquisa normal em que a natureza da realidade das organizações é representada por um projeto de pesquisa formal, os dados quantitativos facilitam a validação e a sua confiabilidade. Há uma acumulação consistente e a construção de conhecimentos empiricamente gerados derivados de um número limitado de suposições teóricas.

Porém, esse processo foi abalado pela publicação do livro *The Theory of Organizations* de David Silverman (1971). Baseado em uma leitura mais detalhada de Weber, Silverman (1971) revelava os atores organizacionais como opostos ao sistema, a construção social como oposta ao determinismo social nas organizações, a interpretação como oposta às explicações de nexos causais e as definições plurais para a ação organizacional ao invés de definições singulares em torno de metas articuladas. Outro livro que teve papel importante nesse sentido foi o de Karl Weick (1969) *The Social Psychology of Organizing* em que o autor mostrou a importância dos processos de organizar ao invés de focar em entidades fixas denominadas organizações. Logo após, surgiu o livro de Braverman (1974) que discutia o “processo de trabalho”, trazendo para a Análise das Organizações considerações marxistas sobre poder, controle e resistência. Tais livros tiveram o poder de abrir a *caixa de Pandora* na Análise Organizacional, gerando uma pluralidade de alternativas à visão funcionalista (Clegg e Hardy, 1996). Outras três obras que merecem destaque na abertura

desta *caixa de Pandora* são as de Burrell e Morgan (1979), a de Clegg e Dunkerley (1980) e a de Gareth Morgan (1986).

Burrell e Morgan (1979) escreveram um livro chamado *Sociological Paradigms and Organization Analysis* que foi, seguramente, uma das obras mais discutidas da área de Análise Organizacional. Baseados na noção de paradigmas de Thomas Kuhn, os autores definiram quatro paradigmas de Análise Organizacional. Tais paradigmas seriam derivados dos paradigmas dominantes nas ciências sociais, quais sejam: funcionalista, interpretivista, radical humanista e radical estruturalista. Esses paradigmas foram construídos, pelos autores, a partir dos pressupostos de objetividade e subjetividade das teorias que os compõem e da natureza de mudança radical ou regulação dessas mesmas teorias. Por exemplo, ao paradigma funcionalista pertenceriam as teorias que tivessem pressupostos teóricos objetivistas e cuja natureza teórica enfatizasse a regulação como característica fundamental da sociedade. O livro faz uma descrição extremamente aprofundada das teorias organizacionais até meados da década de 70 e afirmou a incompatibilidade entre estes paradigmas, ou seja, uma teoria radical humanista não poderia dialogar com uma teoria funcionalista, pois elas estão embasadas em pressupostos diferentes que impossibilitam tal diálogo. Este foi o ponto mais polêmico do livro e que gerou um debate em teoria das organizações durante a década de 1980 sobre a incompatibilidade ou não dos paradigmas (veja: Hassard, 1993; Willmott, 1993 e Clegg e Hardy, 1996). Porém, a importância fundamental deste livro foi reconhecer e tentar dar fôlego, como reconhece um dos seus autores (Burrell, 1996), as visões de Análise Organizacional diferentes do funcionalismo. Ou seja, o livro de Burrell e Morgan (1979) ao reconhecer a existência de quatro paradigmas para a Análise Organizacional legitima no campo visões sobre a teoria diferente da visão dominante (funcionalista). Na obra citada, por exemplo, declarava-se a possibilidade de uma teoria organizacional interpretativa, baseada em uma visão simbólico-antropológica da realidade que veio somente tomar corpo na teoria das organizações somente na década de 90 (Alvesson, 1993). Reconheceu também, a possibilidade de uma teoria baseada no radical humanismo que está se consolidando no contexto internacional atualmente (Alvesson e Willmott, 1997; Davel e Alcadipani, 2001).

O livro de Clegg e Dunkerley (1980) também foi importante no processo de legitimação de teoria das organizações diferentes da funcionalista. Em seu livro, os autores traçam um panorama evolucionário da teoria das organizações, mostrando como elas enfatizam o controle dos indivíduos nas organizações e como possuem um forte componente de classe, que procuram manter e legitimar os capitalistas nas posições de mando da sociedade.

O último livro que merece destaque foi o de Gareth Morgan (1986) denominado *Images of Organization*. Neste livro, o autor desenvolveu metáforas para mostrar as diferentes teorias das organizações. Assim, construiu várias metáforas que pretendia que fossem imagens por meio das quais poderíamos analisar as organizações e suas teorias. Por exemplo, mostrou a metáfora das organizações como máquinas, como organismos vivos, como sistemas de dominação, como cérebros, etc. O interessante é que de todas as metáforas criadas pelo autor, somente duas delas possuem claro apelo funcionalista (máquina e organismos vivos). As demais apresentam perspectivas alternativas para se analisar as organizações (prisões psíquicas, culturas, instrumentos de dominação, fluxo e transformação, etc). O livro foi importante para abertura de caminhos alternativos ao funcionalismo devido ao seu grande apelo popular, dada a sua simplicidade de leitura e compreensão, e, por isso, foi adotado como base de inúmeros cursos de graduação e especialização ao redor do mundo. Ao servir de base para tais cursos, ele mostra aos estudantes que a área de Análise Organizacional possui uma pluralidade de perspectivas de análise.

Assim, todas as obras destacadas anteriormente abriram as portas às perspectivas alternativas ao funcionalismo na Análise Organizacional. De fato, a perspectiva funcionalista e seus desdobramentos com as teorias ambientais (Prestes Motta e Vasconcelos, 2002), tais como: ecologia populacional, institucional, organizações em rede, dependência de recursos, custos e transação, agenciamento e neo-institucionalismo, ainda seguem como a corrente dominante no campo. Porém, as perspectivas *contra ciência normal* (Marsden e Townley, 1996) estão cada vez mais aceitas, a ponto de periódicos com clara vocação funcionalista (como *Administrative Science Quarterly* e *Academy of Management Review*) publicarem, desde o início dos anos 80, artigos alternativos à visão dominante. Atualmente, a despeito do domínio das teorias funcionalistas, o campo de

Análise Organizacional é uma torre de babel (Burrell, 1996) e sua constituição é um terreno historicamente contestado (Reed, 1996).

A abertura de perspectivas diferentes do funcionalismo em Análise Organizacional possibilitou a utilização das idéias de Michel Foucault dentro do campo. Burrell (1996), um dos teóricos mais importantes na Análise Organizacional alternativa ao funcionalismo, relata que no início da década de 80, os pesquisadores ingleses, em geral, e os da universidade de Lancaster em particular possuíam mote para reflexão e discussões a iminente e a ansiada transferência de poder ao governo Margareth Thatcher. Foi nessa ocasião em que começaram a tomar contato com a obra de um “certo filósofo francês” chamado Michel Foucault. Burrell relata que os teóricos deste grupo foram apresentados a obra de Foucault por meio do livro *Vigiar e Punir*. Conhecendo a obra do pensador, Burrell (1996, p. 454) afirmou: “minha reação pessoal ao ler aquele texto foi quanto ao importante deslocamento de *Gestalt*, no qual os padrões de mundo passaram a ser vistos por lentes novas e aperfeiçoadas”. Ele conta que descobriu uma nova perspectiva que, ao seu ver, era extremamente útil para a Análise das Organizações ao trazer novas luzes para o tema do poder, iluminando com inteligência e perspicácia a Análise das Organizações. Entusiasmado que estava com as descobertas sobre o novo autor, ele e outros pesquisadores escreveram um texto sobre as possíveis contribuições de Foucault para a Análise Organizacional e o submeteu em 1984 para publicação na *Administrative Science Quarterly*, uma das revistas mais importantes da área. Após um longo período de revisão, os avaliadores rejeitaram o artigo questionando a relevância de um “‘filósofo francês ‘desconhecido’ e perguntaram o que uma audiência americana poderia apreender com esse tipo de pensamento” (Burrell, 1996, p. 454). Alguns anos depois, o artigo foi aceito para ser publicado com uma série de artigos sobre Modernismo e Pós-modernismo em Análise Organizacional no também importante periódico *Organization Studies*. Burrell (1988) publicou o artigo sobre as possibilidades de contribuição da obra de Michel Foucault, voltaremos a discutir este ponto em breve. Antes, porém, apresentaremos o contexto que permitiu a utilização das idéias do “filósofo francês desconhecido” em Análise das Organizações.

Em nossa busca pelas origens da utilização das idéias de Michel Foucault em Análise Organizacional, constatamos que tal introdução foi possível por dois fatores fundamentais: a “quebra” da dominação funcionalista sobre o campo, que acabamos de discutir, e o desenvolvimento de vertentes teóricas críticas, dentre as quais destacam-se a Análise Organizacional pós-modernista, o debate no *Labor Process Theory* e os *Critical Management Studies*<sup>5</sup> Passaremos a discorrer sobre cada uma delas, a fim de prosseguir a contextualização da introdução das idéias de Foucault para a Análise das Organizações.

Autores como Baudrillard, Lyotard e Derrida, tidos como pós-modernos, passaram a ser cada vez mais utilizados nas ciências humanas, a partir do início da década de 80. Eles foram extremamente revolucionários ao proporem novas formas de pensar e refletir sobre a realidade (Bauman, 1988a, 1988b; Featherstone, 1988). Especificamente, o pós-modernismo é formado por uma pluralidade de conceitos abordados por autores que apresentam idéias distintas e complexas. Apesar disso, pode-se dizer que fundamentalmente, os pós-modernos não acreditam na primazia da razão humana e no homem racional. Eles não consideram o homem como o centro do mundo e a sua razão como absoluta. A própria realidade possui seu *status* ontológico questionado. Ela é vista como multifacetada, ambígua, não podendo ser explicada por totalidades ou por modelos. Por isso, não concordam com pensamentos totalizantes ou sistêmicos para explicar a realidade, ou seja, matrizes de *input/output* que seguem uma lógica que implica a comensurabilidade dos elementos e a determinação do todo (Lyotard, 1989). Pensamentos deste tipo são vistos como metanarrativas de verdade e generalizações simplificadoras. A diversidade, a ambigüidade e as pluralidades são tratadas como elementos fundamentais da realidade. De uma forma geral, entende-se por posmodernismo a incredulidade com respeito as metanarrativas e as generalizações totalizantes (Lyotard, 1989). Porém, vale frisar, que o pósmodernismo apresenta-se muito mais como uma época histórica e como movimentos dentro das Artes (Bauman, 1988 a,b).

Vale destacar que esta perspectiva vem sendo também bastante criticada por diversos autores nas ciências sociais e na filosofia da ciência, de forma geral<sup>6</sup> e na Análise

---

<sup>5</sup> Uma proposta de unificar as perspectivas críticas dentro da denominação citada veja: Alvesson e Willmott, 1996; Fournier e Grey, 2000 e Davel e Alcadipani, 2002.

<sup>6</sup> Veja: Habermas, 1981, Sokal e Bricmont, 1999.

Organizacional em particular<sup>7</sup>. Uma das críticas mais relevantes é a de que os teóricos posmodernistas, ao criticarem as generalizações e as metanarrativas, acabam por fazer o que criticam.

Os debates sobre modernismo e pós-modernismo que ocorriam nas ciências sociais (Habermas, 1981; Baumam, 1988a e 1988b) passaram, no final dos anos 80, a afetar a forma de produzir conhecimento em Análise Organizacional e geraram intensos debates sobre a relevância destas perspectivas para a condução de pesquisa na área.

Conforme dissemos anteriormente, o periódico *Organization Studies* lançou, a partir do final dos anos 80, uma série de artigos sobre a relevância do debate entre Modernismo e Pós-modernismo para a Análise Organizacional, bem como sobre a relevância para o campo da obra de autores específicos, tanto modernos quanto pós-modernos. Esses artigos foram encabeçados por David Cooper e Gibson Burrell. No total, foram escritos 4 artigos. (Cooper e Burrell, 1988; Burrell, 1989, Cooper, 1989, Burrell, 1994).

No primeiro deles, os autores realizaram uma visão geral sobre as principais posições do debate entre as duas perspectivas e a relevância das preocupações pós-modernas para a Análise das Organizações em particular. Destacaram que a noção de um observador que é capaz de produzir uma meta-linguagem é central para o projeto modernista. Conseguindo conhecimento, o observador adquire poder sobre as organizações tornando-se um *conhecedor* e gerando um saber sobre seu funcionamento. O objetivo desse saber é desenvolver uma grande narrativa de progresso que se manifesta nos estudos das organizações como uma preocupação pela eficiência, minimização dos conflitos e busca da lucratividade. O projeto modernista, segundo Cooper e Burrell (1988) procurou facilitar a geração de saber e aumentar o controle sobre as organizações. Em contra-partida, a Análise Organizacional baseada em uma perspectiva pós-moderna buscava não mais gerar um conhecimento totalizante sobre as organizações, mas sim mostrar a instabilidade fundamental das organizações, o sentido de que linguagem e ação nunca são finais, tornar estranho o que nos parece ser familiar, denunciar os discursos totalizantes que procuram construir o sentido do mundo na direção de torná-lo controlável por alguns (no caso da

---

<sup>7</sup> Veja: Thompson, 1993.

administração os gestores) em detrimento dos outros. Em linhas gerais, esta perspectiva busca expor a fragilidade da vida organizacional e questionar o mito de sua estabilidade (Cooper e Burrell, 1988). Os demais artigos publicados na série da *Organization Studies* focam na influência de autores específicos para as discussões em Análise Organizacional. Foram analisadas as contribuições de Michel Foucault (Burrell, 1988), Jaques Derrida (Cooper, 1989) e Jürgen Habermas (Burrell, 1994).

Outros autores acabaram entrando no debate, tanto para reforçar a validade dos argumentos pós-modernos para a Análise das Organizações (Parker, 1992; Hassard, 1993 Cummings, 1996; Hassard e Parker, 1995) quanto para criticar a sua utilização (Alvesson, 1995; Thompson, 1993). Até hoje este debate ainda não está finalizado<sup>8</sup>.

Foi a partir das discussões citadas que as idéias de Michel Foucault começaram a ser utilizadas de forma mais sistemática dentro da Análise das Organizações. Vale frisar que Foucault em suas obras sempre mostrou ser avesso a classificações gerais sobre teorias e que classificar sua obra como pós-moderna pode ser uma afronta às suas idéias. Discutiremos isso de forma detalhada no capítulo 05. Porém, foi dentro do espírito desta perspectiva que sua utilização ganhou corpo na Análise das Organizações.

O artigo de Burrell (1988) sobre a obra e a contribuição de Foucault para a Análise das Organizações, na série da *Organization Studies*, foi emblemático no sentido de divulgar suas idéias para a área como um todo. No artigo, Burrell (1988) tenta explicar o papel desempenhado por Foucault no debate sobre o pós-modernismo em ciências humanas e os possíveis benefícios de suas idéias para a Análise das Organizações. Para tanto, primeiro sistematizou as idéias da obra de Foucault, mostrando as características dos principais “períodos” de sua obra (Arqueologia, Genealogia e Ética). Depois, discutiu que a obra de Foucault poderia abrir novos caminhos para Análise das Organizações primeiro na discussão sobre homogeneidade e heterogeneidade de formas organizacionais, em segundo lugar no tema das instituições totais, mostrando que os indivíduos vivem atrelados ao mundo organizacional em que impera *o modo de dominação* disciplinar. Em terceiro lugar, Burrell (1988) considerou que diferentes aspectos da obra de Foucault poderiam ser muito

---

<sup>8</sup> Para um bom inventário sobre este debate veja: Calas e Smircich, 1999.

úteis para discutir criticamente o aumento da introdução das tecnologias de informação nas organizações e como o Panóptico foi atualizado pelas redes de computadores. Por fim, ele destaca que as idéias do pensador poderiam ser úteis para discutir a normalização da sexualidade em contexto organizacional. Burrell (1988) tenta frisar que o impacto de Foucault para Análise Organizacional é de caráter pós-modernista, pois aponta os trabalhos do pensador como antimodernistas e destacou que suas idéias mostravam uma contradição fundamental em Análise das Organizações: as organizações que refletem e reproduzem a sociedade disciplinar. Mas, ao tocarmos nesse ponto e ao criarmos discursos e esquemas classificatórios para discutir e problematizar este fato acabamos por contribuir de forma ativa para a reprodução dessa disciplina.

Outro fato que contribuiu para a difusão da utilização da obra de Foucault para a Análise das Organizações foi a utilização de sua “epistemologia” para renovar o debate na *Labor Process Theory* (LPT) e o intenso debate entre Foucaultianos e Marxistas dentro deste campo.

A LPT fora marcada por uma grande ênfase em explicações marxistas para a análise do processo de trabalho e do controle das organizações sobre seus funcionários. O foco desta perspectiva era as relações objetivas de trabalho e de classe social. Um dos textos de maior impacto nesta perspectiva foi o de Clegg e Dunkerley (1980) que mostrou a organização como *locus* do controle do processo de trabalho (Thompson e McHugh, 1990). A base fundamental da argumentação dos teóricos da LPT é a de que as sociedades possuem processos de trabalho, mas em contexto capitalista tais processos assumiriam traços típicos. O mais significativo deles é a necessidade de transformar o potencial de trabalho em trabalho de fato. Ou seja, quando o capitalista contrata o trabalhador, ele possui potencial de trabalho e para garantir a lucratividade da produção o capitalista deve organizar as condições sob as quais o trabalho é desempenhado para a sua vantagem máxima, ou melhor, fazer com que o trabalhador transforme seu potencial de trabalho em trabalho de fato. Isto é conseguido por meio dos controles das organizações sobre os trabalhadores. Os teóricos da LPT, com base marxista, procuraram denunciar e expor as formas de controle que as organizações utilizam para dominar seus funcionários. Eles argumentam que os empregadores ao mesmo tempo em que precisam exercer controle sobre os trabalhadores,



sobre as condições de trabalho e sobre as tarefas que os trabalhadores exercem, precisam motivar os trabalhadores e conseguir deles algum nível de cooperação e consentimento. Ademais, os teóricos da LPT apontam que há constantes pressões para baratear os custos de produção, notoriamente trabalho. Isto se dá por meio da desqualificação das tarefas desempenhadas pelos funcionários, pela intensificação do trabalho e pela realocação de fábricas. A divisão do trabalho deve ser estruturada com o objetivo de baratear os custos de produção, sustentada por estruturas hierárquicas e sendo moldada por formas apropriadas de ciência e tecnologia (Thompson e McHugh, 1990)<sup>9</sup>.

Além do próprio Marx, a obra de Braverman (1974), com fortes âncoras marxistas, serviu durante muito tempo como base teórica fundamental para os teóricos da LPT. Braverman foi de vital importância para problematizar a mudança da natureza do trabalho na sociedade industrial moderna ao denunciar a destruição, nas sociedades modernas, do trabalho como um processo criativo. Ele discute que a perda de habilidades por parte dos trabalhadores e a degradação de seus trabalhos é oriunda da substituição do conteúdo inteligente da tarefa pela execução de rotinas pré-determinadas. Braverman (1974) também reforça que nas sociedades modernas o trabalho se transformou em mais um objeto que é explorado pelos capitalistas e que este processo não atingiu somente os *colarinhos azuis*, mas também os *colarinhos brancos* que tiveram seu trabalho degradado. Denuncia como ambos os grupos sofreram um processo em que perderam suas habilidades e criatividade na execução de suas tarefas e como este fato fez com que o trabalho perdesse seu significado. Afirma também que a intensificação e a perda de criatividade do trabalho nos dias de hoje é resultado do aumento do controle exercido pelos gestores e pela separação entre pensamento e execução da tarefa.

Uma discussão corrente na LPT foi sobre quais seriam as formas capitalistas de se controlar os trabalhadores. Dentre os teóricos que discutiram este assunto, Edwards (1979) destacou-se ao apresentar três elementos que aponta estar presente em qualquer sistema de controle organizacional: 1-direção e especificação das tarefas no trabalho, 2-avaliação e monitoramento de desempenho e 3-aparato de disciplina e recompensa que induz a cooperação dos trabalhadores. Os administradores, nesta visão, exercem uma função dual:

---

<sup>9</sup> Para uma discussão detalhada pelo ponto de vista marxista da LPT, veja: Thompson, 1989.

as práticas dos gestores servem para coordenar as atividades de trabalho ao mesmo tempo em que controlam e vigiam os funcionários e a si próprios (Edwards, 1979).

O debate no LPT sofreu um primeiro desvio de foco com a obra de Bourawoy (1979) que apresentou evidências empíricas contrárias à tese de Braverman de que a intensificação e desqualificação do trabalho não são somente resultado do aumento do controle por parte dos gestores e da separação entre concepção e execução. Relatando uma pesquisa etnográfica em que atuou como trabalhador na área de produção de uma indústria, Bourawoy (1979) mostrou que os próprios funcionários realizam jogos e competições entre eles quando produzem. Tais jogos são formas de estruturar as relações informais dos trabalhadores e serviriam para dar um significado maior às tarefas que executam. Ao embarcarem em jogos no momento de produzir, geram um senso de autonomia e escolha, apontado por Bourawoy (1979) como vital para a subjetividade dos trabalhadores. O jogo serve para fazer com que as pessoas tenham prestígio, senso de realização e orgulho. Jogar elimina muito da *chatice* associada ao trabalho na produção. O estudo do autor foi importante para reconhecer que as ideologias e os interesses dos trabalhadores são constituídos no ambiente de trabalho e não é um resultado simples da estrutura de classe ou de contextos externos do ambiente de trabalho.

O reconhecimento da questão da subjetividade pelo estudo de Bourawoy abriu espaço para que Knights e Willmott (1989) gerassem uma ruptura dentro dos teóricos do LPT. Eles escreveram um artigo criticando os estudos desta corrente no que diz respeito ao seu tratamento da questão da subjetividade e do poder, utilizando os escritos de Foucault para analisar o processo de subjugação nas organizações em que a subjetividade é fetichizada em identidade. De acordo com Knights e Willmott (1989), os estudos em LPT seguem uma visão dualista sobre o poder e, ou vêem a questão da subjetividade e do sujeito como sendo sem importância para o debate ou a reduzem a um atributo de classe ou de orientação prévias (e externas) ao trabalho. Os autores afirmam que era imperativo para a LPT romper com as visões que percebem o poder como uma propriedade de pessoas, grupos ou classes e como algo essencialmente negativo, repressivo e limitador. Para poder melhor discutir a questão da subjetividade, Knights e Willmott (1989) oferecem como alternativa as análises de Foucault sobre poder e subjetividade. Eles apontam que a perspectiva do pensador não

rejeita a importância das relações de exploração econômica e suas inter-relações com as relações de poder que nos constitui como sujeito. Ela somente rejeita a noção de que as relações de poder derivam somente das relações de exploração econômica.

O artigo de Knights e Willmott (1989) realizou uma ruptura epistemológica nas discussões dentro da LPT e criou uma nova corrente de estudos que tem como fonte principal Foucault. Criou-se a chamada *Manchester School of Foucauldian Labour Process Theory* (Wray-Bliss, 2002) cujos principais expoentes foram David Knights e seus co-autores, além de Hugh Willmott.

Essa nova perspectiva gerou uma série de artigos durante toda a década de 90 e, também, debates entre estes estudiosos, principalmente pelos ataques dos teóricos de base marxista a esta perspectiva. Para os marxistas (Thompson, 1993; Thompson e Acroyd, 1995), *o grupo de Manchester* comete três equívocos: 1-eles mudaram o foco do debate ao conduzir os teóricos da LPT para um debate inútil ao defenderem uma perspectiva irrelevante que nega as especificidades das relações de trabalho e tem pouca relação com as teorias de processo de trabalho marxistas; 2- seguem uma perspectiva pós-estruturalista que os faz incapaz de distinguir dualismos fundamentais em qualquer análise das relações de trabalho e 3-os dois pontos acima fazem com que os foucaultianos não sejam capazes de discutir a política nas organizações, pois eles desqualificaram todas as bases para julgamentos. Como resposta, o *grupo de Manchester* argumenta reconhecer que sua abordagem tem pouca relação com as perspectivas tradicionais de LPT, mas rejeita que isso seja um problema, desconsideram a importância de visões dualistas e as criticam por servirem somente para a identidade dos que as utilizam. Por fim, colocam que não representam o fim da política, mas sim das discussões políticas generalizantes típicas do modernismo e defendem ações políticas mais reflexivas e contextualizadas (Parker, 1999). Vale frisar que os próprios Knights e Willmott possuem diferenças em suas análises, pois o último segue muito menos as idéias de Foucault do que o primeiro e utiliza somente algumas noções da obra do pensador<sup>10</sup>.

Até aqui contextualizamos a introdução do uso das obras de Michel Foucault como base para a produção de artigos e renovar o pensamento em Análise Organizacional. O uso das

---

<sup>10</sup> Para uma discussão dos posicionamentos teóricos na LBT veja Parker, 1999.

idéias do pensador surgiu, e ganhou fôlego, a partir da entrada do debate entre modernismo e pós-modernismo e sua relevância para a Análise das Organizações e ganharam maior proeminência e destaque nas análises da LPT, gerando um embate entre Foucaultianos e Marxistas nas discussões sobre a questão do poder e da identidade no ambiente de trabalho.

Um fator que tem sido fundamental para a continuidade das análises Foucaultianas é a consolidação e o desenvolvimento de um movimento teórico denominada *Critical Management Studies* (CMS) (Alvesson e Willmott, 1996, 1997; Fournier e Grey, 1999 Organization, 2002) que procura submeter a administração e as organizações ao crivo das perspectivas críticas, incluindo teorias modernistas de base marxista, teorias pós-estruturalistas e teorias feministas. Este movimento tem dado legitimidade e espaço dentro do campo para estas perspectivas, figurando-se como uma proposta de defesa política das diferentes perspectivas críticas no campo (Davel e Alcadipani, 2002). Como prova do aumento da relevância da CMS para a área o colóquio da *British Academy of Management* integrou uma sessão temática sobre a administração crítica nos anos de 1996, 1999 e 2000. Periódicos tradicionalmente ortodoxos como o *Administrative Science Quarterly* (1998) realizaram números temáticos sobre teoria crítica. A mesma temática figura desde 1998 no centro das discussões em um dos *workshops* do Encontro Anual da *Academy of Management* e, a partir do próximo ano, haverá uma divisão deste encontro somente sobre o assunto. Um fórum de discussão pela internet sobre CMS se mantém dinâmico desde 1995. Ainda mais significativo, o congresso *Critical Management Studies*, o primeiro do gênero, aconteceu no *University of Manchester Institute of Science and Technology* em 1999; a segunda edição se deu em 2001 e no próximo ano a Universidade de Cambridge sediará o evento. É na lógica desta efervescência que se inscreve a iniciativa da *University of Lancaster* que oferece programas de doutorado e mestrado especificamente reservados aos estudos críticos, ao passo que várias universidades inglesas integram cada vez mais, a seus programas, disciplinas com um conteúdo crítico. Paralelamente, observa-se também, durante a década de 90, uma produção crescente de manuais críticos de administração (Thompson e McHugh, 1990; Aktouf, 1994; Fulop e Linstead, 1999; Mills e Simmons, 1999; Knights e Willmott, 1999; Smircich e Calás, 1995).

Nesta primeira parte do capítulo, tentamos contextualizar o início da adoção de Michel Foucault como base para a Análise das Organizações. Apresentamos que este processo está relacionado com a introdução de idéias pós-modernas na área, com as discussões dentro da LPT e com a consolidação do movimento da *Critical Management Studies*. Para tentar verificar **como** as idéias de Foucault têm sido utilizadas em Análise Organizacional, realizamos uma pesquisa nos principais periódicos internacionais do campo, cujos dados serão apresentados na próxima parte deste capítulo.

## 1.2.Os artigos que Utilizam Foucault na Análise Organizacional

Nesta parte do capítulo, iremos apresentar os dados da pesquisa que realizamos nos principais periódicos internacionais<sup>11</sup>, a fim de localizar artigos em Análise das Organizações que utilizaram a perspectiva foucaultiana como base. Optamos por verificar os periódicos, pois são os principais veículos de divulgação na nossa área de estudo. Não optamos por analisar livros, ou complementar nossa pesquisa por meio deles, pois não tínhamos como realizar uma pesquisa exaustiva nos títulos, já que as bibliotecas disponíveis no país não estão suficientemente atualizadas e alguns títulos estão esgotados, o que inviabilizaria uma pesquisa minuciosa dos títulos disponíveis no mercado em que poderíamos encontrar artigos de base foucaultiana.

Na segunda parte deste capítulo, apresentaremos primeiro os procedimentos de coleta de dados e em seguida as principais características dos artigos encontrados.

### 1.2.1. Procedimento de coleta de dados

Para a seleção dos artigos, utilizamos a base de dados eletrônica denominada *Jstor (Journals Storage)*<sup>12</sup> que cataloga os principais periódicos em língua inglesa na área de ciências humanas. A base de dados apresenta artigos, a partir de cinco anos passados para trás, ou seja, desde o primeiro número até 1997. Para realizar a busca, basta digitar a palavra chave

---

<sup>11</sup> Procuramos nos principais periódicos anglo-saxões, pois foram neles em que houve a maior difusão dos trabalhos fundamentados nas idéias de Michel Foucault. Na França, as idéias de Foucault estão sendo utilizadas de forma altamente restrita pelos teóricos de Análise das Organizações (Hatchuel, 1999). Os periódicos nacionais não foram incluídos por termos localizado somente 8 artigos que utilizaram o pensamento de Foucault para a construção do argumento. Dos oito, dois são de autoria do mestrando (Alcadipani e Almeida, 2000; Carvalho da Silva e Alcadipani, 2001) e um de autoria do orientador (Prestes Motta, 1981), por isso, achamos que não poderíamos analisar nossos próprios trabalhos. Além disso, não seria prudente, nesta etapa de minha formação, problematizar os trabalhos de teóricos nacionais.

<sup>12</sup> Realizamos o acesso por meio do sistema de computadores da biblioteca da EAESP/FGV

que se deseja encontrar no artigo e o sistema procura no corpo do texto de todos os artigos catalogados, selecionando os que contêm a palavra desejada. Pré-selecionamos a área de *economy, business and management* que contempla vários periódicos<sup>13</sup> importantes da área. Para realizar a busca, colocamos a palavra Foucault e o sistema nos selecionou os artigos em que o nome do pensador apareceu no corpo do texto. Com o intuito de completar o levantamento de dados, entre 1997 e 2002 (primeiro semestre) realizamos uma pesquisa nos periódicos disponíveis na biblioteca da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Os títulos dos periódicos analisamos manualmente foram: *Administrative Science Quarterly*, *Academy of Management Review*, *Academy of Management Journal*, *Organization Studies*\*, *Organization*\*, *Human Relations*\*, *Organizational Science* e *The Journal of Management Studies*\*. Estes foram os escolhidos por serem os principais periódicos internacionais em Análise das Organizações. Procuramos na bibliografia de todos os artigos aqueles que citavam Foucault.

No total foram selecionamos 183 artigos. Com os artigos em mãos, analisamos cada um deles e escolhemos para a análise final somente os artigos que utilizavam as idéias de Foucault como base analítica para a construção do seu argumento. Assim, artigos que somente referenciavam Foucault sem utilizar suas idéias para a construção do argumento não foram selecionados na amostra para serem analisados. Após esta seleção, tivemos um total de 47 artigos que foram catalogados de acordo com os seguintes dados: autor, ano, periódico, área de especialidade, temática, objetivo do artigo, uso de Foucault (quais

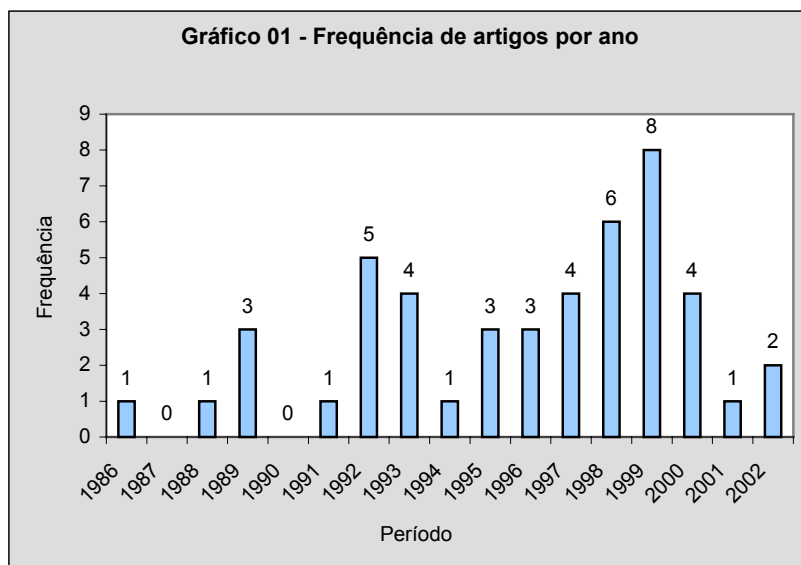
---

<sup>13</sup> Academy of Management Journal, Accounting Review, Administrative Science Quarterly, American Economic Review, Bell Journal of Economics and Management Science, Brookings Papers on Economic Activity, Canadian Journal of Economics, Econometrica, Economic History Review, Economic Journal, Economic, Industrial and Labor Relations Review, International Economic Review, Journal of Accounting Research, Journal of Business, Journal of Economic History, Journal of Economic Literature, Journal of Finance, Journal of Financial and Quantitative Analysis, Journal of Human Resources, Journal of Industrial Economics, Journal of Money, Credit and Banking, Journal of Political Economy, Journal of Risk and Insurance, Management Science, Operational Research Quarterly (1970-1977), Operations Research, Oxford Economic Papers, Quarterly Journal of Economics, Review of Economic Studies, Review of Economics and Statistics, Journal of International Business Studies, Journal of Consumer Research, Journal of the Operations Research Society of America, Journal of Occupational Behaviour, Strategic Management Journal, Managerial and Decision Economics, Journal of the Operational Research Society, MIS Quarterly, Canadian Journal of Economics and Political Science, Bell Journal of Economics, Academy of Management Review, Journal of Economic Abstracts, Contributions to Canadian Economics, Management Technology, Marketing Science, Journal of Labor Economics, Journal of Business of the University of Chicago, RAND Journal of Economics, Journal of Applied Econometrics, Review of Financial Studies, Journal of Organizational Behavior, Journal of Economic Perspectives, Journal of Insurance, Organization Science, Publications of the American Economic Association, Brookings Papers on Economic Activity. Microeconomics, Operational Research Quarterly (1950-1952), OR, University Journal of Business, American Economic Association Quarterly, Journal of the Academy of Management, Journal of the American Association of University Teachers of Insurance, and Proceedings of the Annual Meeting (American Association of University Teachers of Insurance)

\* Nestes periódicos a pesquisa manual foi realizada entre dos anos de 1975 e primeiro semestre de 2002, pois eles não fazem parte do banco de dados do *Jstor*.

aspectos da obra que utilizaram), perspectivas epistemológicas majoritárias e metodologia declarada (veja anexo 01).

A frequência dos artigos por ano na amostra selecionada é apresentada no gráfico 01



Pelo gráfico, podemos perceber que a maioria dos artigos aparece entre os anos de 1992 e 2000, com exceção de 1994 quando temos somente um artigo publicado. Ou seja, percebemos que a partir do início da década de 90 houve um aumento do uso das idéias de Foucault em Análise das Organizações provavelmente pelo incremento do uso de noções desenvolvidas por autores pós-modernos pelos teóricos organizacionais. Passaremos a apresentar as principais características dos artigos analisados.

#### 1.2.2. Temática e Focos dos artigos

Neste item, pretendemos apresentar as temáticas dos artigos analisados. Os artigos contemplam uma vasta gama de temáticas que podem ser observadas no anexo 1. Passaremos a discorrer sobre cada uma delas e os focos dos artigos dentro das temáticas.

O quadro 02 apresenta a frequência das temáticas dos artigos que possuem Foucault como referência para a construção de seus argumentos.

## Quadro 02 – Frequência de Temáticas

Temáticas	Frequência
Crítica às teorias em análise das organizações	12
Poder e construção de verdade	9
Denúncia de mecanismos de controle	9
Relações de poder em contexto organizacional	5
Construção de subjetividade e poder	4
Crítica à utilização de Foucault	4
Gênero	2
Renovação da Análise das Organizações a partir de Foucault	2
Total	47

Doze artigos utilizaram-se do referencial de Michel Foucault para criticar as teorias em Análise das Organizações. Dentro desta temática, os autores problematizaram a noção de governança corporativa, a partir da noção de governamentalidade (Jacson e Carter, 1995); a LPT chamando atenção para sua negligência a aspectos relacionados a subjetividade dos trabalhadores (Knights e Willmott, 1989); as teorias tradicionais de Tecnologia da Informação que negligenciam a questão do poder e questões simbólicas (Bloomfield, 1992); buscaram redirecionar a crítica das organizações, a partir da perspectiva de Foucault (Chan, 2000); criticaram as teorias das organizações positivistas (Marsden, 1993); as teorias de liderança (Knights e Willmott, 1992); as teorias de contabilidade (Chua, 1986); as teorias sobre poder em organizações (Clegg, 1989); as teorias em pesquisa operacional (Mingers, 1992; Brocklesby e Cummings, 1996) e deconstruíram o discurso da perspectiva dominante em estratégia empresarial (Knights e Morgan, 1991; Knights, 1992);

Nove artigos tratam das relações de poder e seu papel na construção e sustentação de discursos de verdade no contexto organizacional. Autores que versaram sobre esta temática focaram no papel da construção de culturas corporativas (Casey, 1999; Willmott, 1993); da construção e legitimação do poder dos gestores (Miller e O'Lerry, 1989); nos controles



normativos e práticas anti-Éticas (Chikudate, 2002); no discurso da Disney como organização perfeita (Boje, 1995); nas práticas de recursos humanos (Townley, 1993); nos hábitos de consumo (Thompson e Hirschman, 1995); nas políticas de comunicação de acidentes (Collinson, 1999) e na ação dos líderes em empresas (Hinthorne, 1996).

Nove artigos analisaram práticas de controle nas organizações. Autores nesta temática focaram: a natureza do controle das organizações modernas (Gabriel, 1999); as formas de monitorar desempenho de empregados por meio de computadores (Ball e Wilson, 2000); as ferramentas e discursos da qualidade como mecanismos de controle nas organizações (Xu, 1999 e 2000; Knights e McCabe, 1998 e 1999); os times de trabalho semi-autônomos como mecanismos de controle (Barker, 1993; Sewell, 1998) e as organizações como estruturas de dominação (Laflaive, 1996).

Cinco artigos discutiram a questão das relações de poder em contexto organizacional. Nesta temática os autores focaram: o papel de formulários escritos nas relações de poder (McLean e Hoskin, 1998); o poder não disciplinar presente nos recentes desenvolvimentos em TI (Munro, 2000); as relações de poder que estão por trás das estratégias de *empowerment* (Hardy e Leiba-O' Sullivan, 1997); as similaridades e discordâncias entre as visões de Max Weber e Foucault sobre as relações de poder e sua relevância para a Análise das Organizações (Clegg, 1994) e as brigas entre gestores e as relações de poder subjacente em uma escola rural (Lee, 1999).

Quatro artigos discutiram as relações entre construção de subjetividade e poder. Nesta temática os autores focaram: o consumo como forma de construir identidade (Thompson e Tambiah, 1999); o papel de tecnologias de informação e comunicação na construção da subjetividade das pessoas no ambiente de trabalho (Coombs, Knights e Willmott, 1992); o papel de técnicas de gestão na constituição de subjetividades disciplinadas (Covaleski, Dorsmith, Heian e Samuel, 1998) o papel do trabalho em casa e as relações de poder e subjetividade que engendram (Brocklehurst, 2001).

Quatro artigos realizaram críticas aos pesquisadores que adotaram a perspectiva foucaultiana como base de sua argumentação. Wray-Bliss (2002) criticaram os artigos que realizaram análises foucaultianas sobre a LPT, mostrando uma dissociação entre estes

artigos e os escritos do pensador, ou seja, que os artigos realizam um uso equivocado das idéias do pensador. Newton (1998) critica os artigos que procuraram teorizar identidade, a partir de um referencial foucaultiano em *Análise das Organizações* e Feldman (1997) critica a visão foucaultiana sobre o iluminismo e discute o fracasso destas análises para teorizar a subjetividade. Hazen (1997) relativizou os argumentos do autor escrevendo um comentário na mesma edição do periódico.

Dois artigos discutiram a questão do gênero, a partir de Foucault. Trethewey (1999) mostrou como as mulheres incorporam em seus corpos os discursos de diferença de gênero e Alvesson (1998) discutiu como os gêneros são produzidos no contexto organizacional e como a dominação masculina é legitimada nas organizações não burocráticas.

Dois artigos tentaram renovar a teoria das organizações, a partir da perspectiva foucaultiana. O de Burrell (1988) foi discutido na parte anterior e Weaver (1997) tentou mostrar os caminhos que Foucault e Dawey poderiam abrir para a *Análise das Organizações*.

### 1.2.3. Uso de Noções Foucaultianas

Neste item levantaremos quais idéias desenvolvidas por Foucault foram empregadas nos artigos que analisamos. Vale frisar que as noções que apresentamos aqui estão muitas vezes extremamente associadas no pensamento do autor, como veremos nos capítulos seguintes. Mostraremos as noções desenvolvidas por Foucault que os autores utilizaram, independente de estarem ou não relacionadas ou de serem utilizadas de acordo com o que foi proposto pelo autor. O quadro 03 nos mostra a frequência da utilização de cada uma das noções. No mesmo quadro apresentamos somente as noções preponderantes utilizadas nos artigos. Muitas delas foram empregadas em conjunto com outras. Discorreremos sobre as noções complementares no restante deste item.

### Quadro 03 – Noções Foucaultianas Fundamentais Utilizadas

Noções Foucaultianas	Frequência
Poder disciplinar	20
Poder/saber	8
Poder como relação	8
Visão geral	4
Arqueologia	2
Construção da Subjetividade	2
Outros	3
Total	47

Em vinte artigos os autores extraíram do pensamento de Foucault a noção de poder disciplinar para a construção do argumento de suas análises. Dentre eles, seis somente utilizam essa noção (Knights e Willmott, 1992; Casey, 1999; Collinson, 1999; Chikudate, 2002, Thompson e Hirschman, 1995; Trethewey, 1999). As noções de poder disciplinar e Panóptico foram utilizadas por dois artigos (Boje, 1995; Weaver, 1997). A noção de poder disciplinar e Panóptico também surgiram associadas com a noção de Biopoder (Munro, 2000) e com a relação poder/saber e constituição do sujeito (Sewell, 1998). Além de poder disciplinar e Panóptico, seis artigos utilizaram a noção de poder disciplinar associada a noção de poder/saber. Miller e O'Lerry (1989), Barker (1993), McLean, Hasesn (1997) e Hoskin (1998) utilizaram somente estas duas noções. Coombs, Knights e Willmott (1992) e Covalski, Dorsmith, Heiane e Samuel (1998) associaram as duas noções a questão da constituição da subjetividade por meio do poder disciplinar. Clegg (1989) utilizou-se das noções de poder disciplinar, poder/saber e vigilância. Brocklehurst (2001) utilizou as noções de poder disciplinar e de Ética. Willmott (1993) utilizou-se do poder disciplinar e da constituição da verdade, a partir de mecanismos disciplinares e Ball e Wilson (2000) utilizou-se das noções de poder disciplinar, resistência e constituição do sujeito pelos mecanismos disciplinares.

Oito artigos extraíram do pensamento de Foucault a noção de poder/saber para a construção de suas análises, sendo que a complementam com a questão da relação entre poder e verdade (Thompson e Tambiah, 1999); com os demais pontos da analítica do poder

foucaultiana (Townley, 1993; Clegg, 1994); com a noção da constituição do sujeito pelas relações de poder/saber (Knights e Willmott, 1989); com a relação entre poder, discurso e resistência (Gabriel, 1999); como a noção de poder como relacional (Lee, 1999; Brocklesby e Cummings, 1996) e com as noções de poder e verdade e constituição de subjetividade pelas relações de poder (Feldman, 1997).

Oito artigos utilizaram-se da noção de que o poder não é algo possuído, mas que existe somente como relação. Três autores utilizaram-se deste conceito de forma isolada (Chua, 1986; Hinthorne, 1996 e Knights e McCabe, 1998). Mirgers (1992) utilizou-se da idéia junto com a noção de mecanismos de poder, Leflaive (1996) com a visão do poder como positivo; Knights e McCabe (1999) com a noção de constituição do sujeito por meio de relações de poder; Bloomfield (1992) com a noção de poder disciplinar e do papel dos discursos nas relações de poder e Hardy e Leiba-O'Sullivan (1997) com as noções de constituição da subjetividade, poder/saber, resistência, poder disciplinar e a relação entre discurso e poder.

Três autores fizeram uma revisão geral sobre a obra de Michel Foucault para mostrar novos caminhos para a Análise das Organizações (Burrell, 1988, Knights, 1992), um para mostrar as incoerências entre os artigos que utilizaram a obra de Foucault e a sua obra (Wray-Bliss, 2002) e outro para realizar uma leitura realista-positivista de Foucault (Marsden, 1993). A Arqueologia foi utilizada pelo mesmo autor em dois artigos (Xu, 1999 e 2000). Somente a idéia de que a subjetividade é constituída por meio das relações de poder foi utilizada por dois autores (Newton, 1998 e Alvesson, 1998). O método genealógico (Knights e Morgan, 1991), governamentalidade (Jacson e Carter, 1995) e liberdade e resistência (Chan, 2000) foram utilizadas somente por um artigo cada noção.

#### 1.2.4. Bases Conceituais dos Artigos

Neste item apresentaremos quais são os fundamentos conceituais mais importante dos artigos da base de dados coletada. Para isso, realizamos uma leitura dos mesmos, a fim de verificar em quais autores o desenvolvimento do argumento do artigo estava baseado. Conforme já havíamos comentado no procedimento de coleta de dados, selecionamos somente os artigos que utilizaram as idéias de Foucault como base analítica para a

construção do seu argumento central. Porém, além de Foucault, muitos deles utilizaram as idéias de outros autores em conjunto com as de Foucault. Neste item, pretendemos apresentar quem são estes autores. O quadro 04 mostra a frequência dos autores que aparecem associados a Foucault na construção do argumento dos textos analisados

#### **Quadro 04 - Autores Utilizados além de Foucault**

<b>Autores</b>	<b>Frequência</b>
Somente Foucault	16
Habermas	6
Marx	6
Derrida	3
Guiddens	3
Freud	2
Weber	2
Outros	9
Total	47

Dezesseis autores utilizam somente as idéias de Foucault como a base analítica para a construção do argumento de seus artigos (Xu, 2000; Jacson e Carter, 1995; Burrell, 1988; Wray-Bliss, 2002; Chan, 2000; Munro, 2000; Knights, 1992; Townley, 1993; Knights e Morgan, 1991; Sewell, 1998; Ball e Wilson, 2000; Covaleski, Dorsmith, Heian e Samuel, 1998; Clegg, 1989; Miller e O'Lerry, 1989; Hazen, 1997; Knights e McCabe, 1998).

Porém, na maioria dos casos, os artigos utilizam como base conceitual, além de Foucault e o segundo autor mencionado no quadro 04, outros autores que contribuem para a construção da argumentação que o artigo desenvolveu. A seguir detalharemos os autores utilizados.

Habermas e Foucault aparecem como base analítica para a construção do argumento de seis artigos, sendo que somente os dois autores aparecem em três (Brocklesby e Cummings, 1996; Mingers, 1992) e nos demais os dois pensadores aparecem com Orwell (Willmott, 1993); com idéias derivadas da fenomenologia transcendental (Chikudate, 2002) e com Dilthey e Ararendt (Feldman, 1997). Também seis artigos utilizaram-se as idéias de Marx e

Foucault como base analítica (Mingers, 1992; Thompson e Tambiah, 1999; Newton, 1998; Leflaive, 1996; Hardy e Leiba-O' Sullivan, 1997; Knights e McCabe, 1999).

Derrida foi utilizado três vezes, mas com *Actor-Network Theory* (McLean e Hoskin, 1998), Lyotard (Boje, 1995) e Saussure (Xu, 1999). Giddens e Foucault também aparecem em três casos (Coombs, Knights e Willmott, 1992; Knights e Willmott, 1992; Brocklehurst, 2001).

Dois deles utilizaram Freud e Foucault como base analítica para a construção do argumento de seus artigos (Gabriel, 1999; Casey, 1999). Outros dois artigos utilizaram-se de Max Weber e Foucault (Clegg, 1994 e Lee, 1999).

Psicosociologia (Thompson e Hirschman, 1995), teorias de estratégia (Hinthorne, 1996); *Actor-Network Theory* com Escola de Frankfurt (Adorno e Marcuse) (Bloomfield, 1992), Bahaskar (Marsden, 1993); Dawey (Weaver, 1997); teorias feministas (Trethewey, 1999), teorias sobre gênero (Alvesson, 1998); Goffman (Collinson, 1999) e Larsh (Thompson e Tambiah, 1999) aparecem com Foucault em um artigo cada um.

#### 1.2.5. Metodologia e Procedimentos de Coleta de Dados Declarados

Neste item apresentaremos os dados que analisamos sobre a metodologia e os procedimentos de coleta de dados declarados pelos autores dos artigos, ou seja, não estamos interpretando a metodologia e o procedimento adotado nos artigos analisados, estamos somente tomando como fato o que os autores declararam em seus artigos. O quadro 05 mostra as metodologias adotadas.

#### Quadro 05 – Metodologias Adotadas

Metodologia	Frequência
Ensaio teórico	24
Estudos de Caso	15
Análise de Discurso	8
Total	47

Vinte e quatro artigos realizaram ensaios teóricos sem recorrer a qualquer tipo de análise de dados empíricos (Jacson e Catrter, 1995; Knights e Willmott, 1989; Chua, 1986; Mingers,

1992; Brocklesby e Cummings, 1996; Miller e O'Lerry, 1989; Clegg, 1994; Weaver, 1997; Burrell, 1988; Gabriel, 1999; Leflaive, 1996; Wray-Bliss, 2002; Newton, 1998; Feldman, 1997; Chan, 2000; Marsden, 1993; Clegg, 1989; Munro, 2000; Hazen, 1997; Willmott, 1993; Hardy e Leiba-O' Sullivan, 1997; Knights, 1992; Townley, 1993 e Knights e Morgan, 1991).

No caso de artigos que utilizaram metodologias que contemplam análises empíricas, descreveremos a seguir as metodologias adotadas e os procedimentos de coleta de dados.

Quinze artigos utilizaram-se de estudos de caso para realizar a sua discussão. Seis deles utilizaram para coletar os dados do caso entrevistas e etnometodologia (Sewell, 1998; Casey, 1999; Ball e Wilson, 2000; Barker, 1993; Trethewey, 1999; Brocklehurst, 2001); quatro deles somente etnometodologia (Chikudate, 2002; Lee, 1999; Alvesson, 1998; Covaleski, Dorsmith, Heian, Samuel, 1998), três deles somente entrevistas (Knights e Willmott, 1992; Coombs, Knights e Willmott, 1992; Hinthorne, 1996) e dois deles entrevistas e análise de documentos (Knights e McCabe, 1998 e 1999).

Oito artigos realizaram análise de discurso, sendo que cinco deles realizaram suas análises, a partir de documentos (Xu, 1999; Xu, 2000; Bloomfield, 1992; Collinson, 1999; McLean e Hoskin, 1998), dois deles a partir de entrevistas (Thompson e Hirschman, 1995; Thompson e Tambiah, 1999) um deles foi a partir de análise de documentos e entrevistas (Boje, 1995).

#### 1.2.6. Área de Especialidade em Análise das Organizações

Neste item iremos apresentar as áreas de especialidade em Análise das Organizações que os artigos da base de dados representam, ou seja, quais são as áreas de especialidade em Análise das Organizações em que os artigos com base analítica foucaultianos foram publicados. O quadro 06 mostra as áreas de especialidade em Análise das Organizações dos artigos.

#### Quadro 06 – Áreas de Especialidade

Área de Especialidade	Frequência
Organizações	34
TI	5

Pesquisa Operacional	2
Marketing	2
Estratégia	2
RH	1
Contabilidade	1

A área em que há maior ocorrência de artigos é a de organizações com trinta e quatro artigos (Knights e Willmott, 1992; Barker, 1993; Knights e Willmott, 1989; Marsden, 1993; Weaver, 1997; Boje, 1995; Xu, 1999; Trethewey, 1999; Xu, 2000; Jacson e Carter, 1995; Burrell, 1988; Wray-Bliss, 2002; Chan, 2000; Knights, 1992; Sewell, 1998; Covaleski, Dorsmith, Heian e Samuel, 1998; Clegg, 1989; Miller e O'Lerry, 1989; Hazen, 1997; Alvesson, 1998; Brocklehurst, 2001; Collinson, 1999; Willmott, 1993; Feldman, 1997; Chikudate, 2002; Newton, 1998; Leflaive, 1996; Hardy e Leiba-O' Sullivan, 1997; Kights e McCabe, 1999; Knights e McCabe, 1998; Gabriel, 1999; Casey, 1999; Clegg, 1994; Lee, 1999).

Em tecnologia da informação pareceram cinco artigos (Bloomfield, 1992; Coombs, Knights e Willmott, 1992; McLean e Hoskin, 1998; Munro, 2000, Ball e Wilson, 2000). Em pesquisa operacional (Brocklesby e Cummings, 1996; Mingers, 1992), marketing (Thompson e Tambiah, 1999; Thompson e Hirschman, 1995) e estratégia (Knights e Morgan, 1991; Hinthorne, 1996) temos dois artigos em cada área. Em contabilidade (Chua, 1986) e recursos humanos (Townley, 1993) um artigo por área.

#### 1.2.7. Algumas considerações

Em primeiro lugar, percebemos que desde 1986 há artigos que utilizaram as idéias de Michel Foucault em contexto internacional para a Análise das Organizações, muito embora esta utilização tenha ganhado destaque e maior proeminência a partir dos anos 90 com a popularização de pensadores pós-modernos na nossa área de estudo. Conforme discutimos na primeira parte deste capítulo, as idéias de Foucault começaram a chamar a atenção de teóricos em Análise das Organizações no início dos anos oitenta, quando Foucault ainda era vivo.



Em segundo lugar, gostaríamos de destacar que por meio do uso de idéias foucaultianas uma pluralidade de temáticas vem sendo discutida e problematizada em Análise das Organizações. Tais temáticas vão desde a denúncia de mecanismos de controle das organizações, críticas às teorias de Análise Organizacional tradicional até discussões sobre gênero nas organizações. As idéias de Foucault foram úteis para a análise crítica de uma série de objetos em Análise Organizacional, tais como: ferramentas de gestão (qualidade total, times de trabalho, etc.), estratégia empresarial, discussões sobre discriminação de sexo, tecnologia de informação, processos organizacionais, discurso de grandes corporações, governança empresarial, etc. Tais idéias serviram para submeter estes objetos ao crivo crítico e, por isso, a grande maioria das temáticas dos artigos que utilizaram Foucault está relacionada ao tipo de estudo desenvolvido e consagrado dentro do campo da *Critical Management Studies* (Alvesson e Willmott, 1997). Ademais, a utilização das idéias de Foucault está sendo de grande importância para o fortalecimento desta perspectiva crítica em Análise Organizacional (Fournier e Grey, 2000).

Em terceiro lugar, notamos que as obras de Foucault vêm sendo utilizadas por meio de sua analítica do poder que discutiremos nos próximos três capítulos. Fundamentalmente, os artigos utilizam aspectos das relações entre poder/saber, construção da subjetividade pelos mecanismos de poder e construção da verdade, além, é claro, da noção do poder como relacional. A discussão da face de poder disciplinar é a que mais foi utilizada pelos estudos com base em Michel Foucault para a Análise das Organizações. Algumas destas discussões utilizam também as discussões do pensador sobre o Panóptico, as relações entre poder/saber e a constituição do sujeito disciplinado no contexto das organizações. Outros aspectos da Genealogia como o biopolítica e a governamentalidade aparecem de forma extremamente restrita nos artigos que analisamos. O mesmo ocorreu com as discussões foucaultianas sobre a questão da liberdade e da resistência. No caso destas duas noções, a resistência foi mais explorada em artigos de coletâneas, devido ao embate entre marxistas e foucaultianos na *Labor Process Theory* (veja: Knights e Vurdubakis, 1994) A Arqueologia e a Ética também foram muito pouco exploradas pelos autores.

Em quarto lugar, cabe frisar que as idéias de Foucault serviram de referência única para uma parcela dos artigos analisados, como mostra o quadro 04. Porém, outros autores como

Habermas, Marx, Derrida, Guiddens e Weber também foram influentes nos estudos que utilizaram as idéias de Foucault. Nestes casos, outros autores e perspectivas como Orwell, Goffman, *Actor-Network Theory*, teorias sobre estratégia empresarial e teorias feministas também foram utilizados, gerando um caleidoscópio de idéias e conceitos. Assim, percebemos nos artigos analisados que uma parcela significativa deles constrói uma “colcha de retalhos” com as idéias de diferentes pensadores, a fim de construir o quadro conceitual para o objeto que pretendem analisar. Voltaremos a este ponto no último capítulo.

Em quinto lugar é interessante notar que a maioria dos artigos é de ensaios teóricos. Porém, é importante notar que há um número significativo de estudos de caso e um número não desprezível de artigos que recorreram a análises de discurso. Os estudos de caso utilizam-se de procedimentos de coleta de dados que procuram realizar análises aprofundadas da realidade, tais como: etnografias e entrevistas em profundidade.

Por fim, vale destacar que as idéias de Foucault embora estejam sendo utilizadas na área de organizações, historicamente mais aberta para perspectivas alternativas ao funcionalismo, há uma utilização em áreas da Análise das Organizações que são reconhecidamente mais pragmáticas e cujos fundamentos epistemológicos são muito mais atrelados ao paradigma funcionalista (Alvesson e Willmott, 1997). Este é o caso da área de marketing, contabilidade, pesquisa operacional, tecnologia da informação e recursos humanos. Percebemos a tendência da crítica em Análise Organizacional estar se tornando cada vez mais específica e especializada (Davel e Chenoufi, 2001).

Pelo inventário que acabamos de apresentar, percebemos que o uso das noções foucaultianas em Análise das Organizações está circunscrito a sua analítica do poder, em especial, a questão do poder disciplinar. Assim, as discussões realizadas por meio do uso das noções desenvolvidas por Michel Foucault estão limitadas a um aspecto específico desenvolvido em suas obras e em sua analítica. Nos próximos capítulos, pretendemos apresentar os principais pontos da analítica do poder foucaultiana para no quinto capítulo problematizar o que foi feito em Análise Organizacional por meio do uso de noções desenvolvidas pelo autor e apontar novos caminhos para complementar e refinar as análises realizadas.



## CAPÍTULO 02

### FOUCAULT E A ANALÍTICA DO PODER

#### Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar nossa interpretação de como Michel Foucault compreende o poder. Para tanto, primeiro contextualizaremos a análise do poder nas obras de Foucault, depois, apresentaremos aquela que ele acredita ser a visão usual do poder e as críticas do pensador a esta maneira de pensá-lo. No terceiro item, descreveremos os pontos principais da sua analítica do poder. Por fim, faremos algumas proposições gerais sobre a nossa compreensão da questão do poder no pensamento do autor.

#### 2.1. “Etapas” da Obra Foucaultiana

Ortega (1999, p. 36) afirma que Michel Foucault em um dos seus últimos cursos<sup>14</sup> no *Collège France* descreveu os três eixos da experiência (da *verdade* — ou *saber* —, do *poder* e do *sujeito*) em que ele concentrou suas obras e sublinhou que nos anos 60 o pensador concentrou-se no *eixo da verdade* ou saber, nos anos 70 no *eixo do poder* e nos anos 80 no *eixo do sujeito*. De acordo com Ortega (2001, pgs. 36 e 37), esta seria a forma de dividir a obra de Foucault. Por sua vez, Fonseca (2001, p. 31) aponta que usualmente as obras<sup>15</sup> de Michel Foucault distribuem-se de acordo com três diferentes *ênfases metodológicas*<sup>16</sup>, denominadas: Arqueologia, Genealogia e Ética.

O *eixo do saber*, levantado por Ortega (1999), está relacionado com as discussões realizadas por Michel Foucault em sua Arqueologia, o *eixo do poder* está mais diretamente relacionado com as discussões realizadas por Foucault em sua Genealogia e o *eixo do sujeito* está relacionado com as discussões realizadas pelo pensador em sua Ética.

Desta forma, podemos dizer que as obras de Foucault distribuem-se ao longo de três “etapas”: Arqueologia, Genealogia e Ética e que elas não são estanques e rígidas entre si.

---

<sup>14</sup> Cursos de 1983/1984 (Ortega, 1999, p. 36)

<sup>15</sup> Com base em escritos de Michel Foucault, Fonseca (2001) discute a viabilidade do uso da noção de obra para caracterizar o pensamento do autor. Tal noção pode ser utilizada no sentido de um conjunto de discursos, textos, críticas, análises, ou seja, de idéias. Todavia, o comentador aponta que no caso específico de Michel Foucault, tal noção não implica um “conjunto” de teorias ou um “sistema” de pensamento a respeito dos diversos temas discutidos pelos trabalhos do pensador (Veja: Fonseca, 2001, p. 9).

<sup>16</sup> Fonseca (2001, p. 86) também utiliza a expressão *acentos metodológicos* para designar as “diferentes etapas” do pensamento do autor.

Ademais, não há entre estas “etapas” rompimentos bruscos, mas sim deslocamentos entre seus *eixos da experiência* ou entre suas *ênfases metodológicas*.

Os primeiros escritos de Foucault, em sua “etapa” arqueológica, versam sobre a psiquiatria (A História da Loucura), sobre a medicina (O Nascimento da Clínica) e sobre as ciências humanas (A Palavra e as Coisas e A Arqueologia do Saber) no sentido de como as categorias de “sanidade”, “saúde” e “conhecimento” são percebidas, classificadas e distribuídas na cultura ocidental. O foco de suas análises nestas obras era as práticas discursivas de cada um destes “domínios do saber”. O método arqueológico não levava em conta a verdade ou falsidade dos enunciados propostos por cada um dos domínios que analisava, ou seja, não interessou ao autor esclarecer ou discutir a veracidade ou a falsidade dos ensinamentos da medicina, psiquiatria ou das ciências humanas. O autor pretendeu tratar o que foi dito por estas “ciências” como “discursos-objeto”, buscando clarificar quais são as regras que regem os discursos científicos. Desta forma, a Arqueologia é o método próprio à análise da discursividade (Rabinow e Dreyfus, 1995). Apresentando a Arqueologia no pensamento foucaultiano, Fonseca (2001) aponta que ela “aproxima-se de uma história conceitual das ciências, mas diferencia-se desta na medida em que não tem como referencial fundamental a própria noção de ‘ciência’, encaminhando-se progressivamente para uma análise dos ‘saberes’” (Fonseca, 2001, p. 32)

Após a obra A Arqueologia do Saber, Foucault deslucou suas obras da tentativa de realizar somente uma análise de discursos. O deslocamento da Arqueologia para a Genealogia ocorreu na aula inaugural de Foucault no *Collège de France* denominada “A Ordem do Discurso” (Foucault, 1996). Nessa aula, o pensador deixou claro que não rompeu bruscamente com a Arqueologia, mas discutiu sua inadequação para a análise que pretendia realizar, chegando a apontar a complementaridade entre a Arqueologia e a Genealogia. Nesta passagem, aconteceu o primeiro deslocamento de *ênfase metodológica* (Fonseca, 2001) nas obras de Michel Foucault.

Partindo e apoiado pela Genealogia de Nietzsche, passou a investigar e tematizar as relações entre verdade, teoria, valores e instituições, bem como as práticas sociais nas quais tais relações emergiam. A nova abordagem fez com que ele prestasse atenção às questões relacionadas ao poder (Rabinow e Dreyfus, 1995). Mais especificamente, Foucault aborda

em sua Genealogia como se formaram os domínios de saber, chamados de ciências humanas, a partir de práticas políticas disciplinares (Machado, 1979) e, também, apresentou e discutiu a biopolítica.

Comentando a Genealogia, Foucault aponta que:

*“A Genealogia marca a singularidade dos acontecimentos longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história - os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (...) A Genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus ‘momentos ciclóticos’, não a ‘golpes de grandes erros benfazejos’, mas de pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo”. Em suma: uma certa obstinação na enunciação. A Genealogia não se opõe a história como visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa de origem (...) Fazer a Genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos, prestar uma atenção escrupulosa à sua maldade; esperar vê-los surgir, máscaras, enfim, retiradas, com o rosto do outro. Não ter pudor de ir procurá-las onde elas estão, escavando os basdfond; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade manteve jamais sob sua guarda. O genealogista precisa da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo precisa do médico para conjurar a sombra da alma.”* (Foucault, 1979b, p. 19).

Assim, o objetivo da Genealogia é apresentar as descontinuidades que nos atravessam (Foucault, 1979b). Ela é uma forma de história que procurou dar conta da constituição dos

saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc. sem se referir a um sujeito consciente e “senhor de si” (Foucault, 1979a).

Conforme citamos, Michel Foucault tratou da questão do poder em sua Genealogia. Já que este é o foco desta dissertação, neste e nos próximos dois capítulos trataremos o tema do poder no pensamento do autor mais detalhadamente. A questão do poder foi abordada nos livros traduzidos para o português Vigiar e Punir (1987), História da Sexualidade Vol I: A Vontade de Saber (1988), em uma coletânea de entrevistas e textos organizada por Roberto Machado denominada Microfísica do Poder<sup>17</sup> (1979), em uma série de conferências que fez em 1973 na PUC do Rio de Janeiro denominada A Verdade e as Formas Jurídicas (Foucault, 1999a). Além disso, a análise desse tema mereceu atenção de Michel Foucault em grande parte de seus Cursos no *Collège de France* (1971-1980) e em uma série de artigos, conferências e entrevistas compiladas nos volumes de *Dits et Écrits*. Vale frisar que há um deslocamento dentro na própria analítica do poder de Michel Foucault. Sobre este deslocamento, Ortega (1999) afirma que no *eixo do poder* analisado por Foucault há um deslocamento que “leva de uma *teoria geral do poder*<sup>18</sup> ou do domínio à história e à análise do pensamento governamental e de suas tecnologias” (Ortega, 1999, pg. 37). O que ocorre é um deslocamento da análise das disciplinas (foco do próximo capítulo) para uma análise da biopolítica, foco do capítulo 04. Voltaremos a este ponto no final do capítulo.

Após a Genealogia, Foucault fez um segundo deslocamento de *ênfase metodológica* (Fonseca, 2001) nos seus trabalhos quando passou a tratar da Ética. Mais uma vez, não há um rompimento brusco, mas sim, uma readequação em termos de objeto de análise. Foucault (1998) destaca, analisando as diferentes etapas de sua obra - Arqueologia, Genealogia e Ética-, que:

*“Um deslocamento teórico me pareceu necessário para analisar o que freqüentemente era designado como progresso dos conhecimentos: ele me levava a interrogar-me sobre as formas de práticas discursivas que articulavam o saber. E foi preciso também um deslocamento teórico para analisar o que freqüentemente se*

---

<sup>17</sup> Os textos no. 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11 e 12 da coletânea organizada por Roberto Machado compõem a edição italiana de *Microfísica Del Potere* organizada por Pasquali Pasquino e Alexandre Fontana.

<sup>18</sup> A idéia de que Michel Foucault desenvolveu uma *teoria geral do poder* nos parece problemática. Ao invés de teoria, o termo ideal a ser utilizado é analítica do poder, como apresentaremos e discutiremos no item 2.3. A citação aqui nos serve para mostrar que houve um deslocamento nas discussões sobre o tema no pensamento do autor.

*descreve como manifestações do ‘poder’: ele me levava a interrogar-me sobretudo sobre as múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes. Parecia agora que seria preciso empreender um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como ‘o sujeito’; convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo por meio das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (Foucault, 1998, p.11).*

Assim, se a Arqueologia era a análise das discursividades e a Genealogia das relações entre verdade, teoria, valores e instituições, entrando no tema do poder, a Ética é, nas próprias palavras de Foucault, “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito” (Foucault, 1995, p.11). Analisando a Ética, Fonseca (1995), em sua discussão sobre a questão da constituição do sujeito em Foucault, apontou que os volumes dois e três da História da Sexualidade (Usos dos Prazeres e Cuidado de Si) estão em uma atmosfera diferente, uma vez que estas obras trazem “vozes de liberdade e de constituição Ética dos indivíduos ligadas à estilização da vida e dos atos” (Fonseca, 1995, p.95). O que está em jogo na Ética são as diferentes formas de constituição do sujeito por meio de procedimentos de uma Ética apoiada na reflexão sobre si, sem que haja neste processo a presença prescritiva dos códigos, interditos e dos mecanismos disciplinares (Fonseca, 1995).

Após apresentarmos a temática da Ética, vamos retornar a questão do poder nas obras de Michel Foucault, foco principal deste trabalho. Para isso, devemos notar que, a fim de construir a sua analítica do poder, Foucault (1988) problematizou a concepção usual de como ele acredita que o poder se apresenta na nossa sociedade. Ele denominou esta visão usual do poder como “jurídico-discursiva”. Discutiremos este aspecto no próximo item.

## 2.2. A Visão Usual do Poder: A concepção “Jurídico-Discursiva”

Michel Foucault apontou que usualmente o poder é apresentado como algo que é possuído por pessoas e/ou instituições. Dentro deste raciocínio, haveria uma divisão entre aqueles que o possuem e aqueles que dele estão alijados. Frequentemente, escutamos menções aos “poderosos” e aos que não possuem poder, sendo que os primeiros estariam exercendo poder, controlando, reprimindo e dominando os segundos, ou seja, o poder é apresentado



como algo que reprime e freqüentemente proíbe. No caso do dia a dia de uma organização, por exemplo, os diretores são vistos como extremamente “poderosos” ao passo que os faxineiros são encarados como pessoas sem poder. Dentro desta perspectiva, o poder seria “dado” pela posição e/ou cargo que uma pessoa ocupa dentro da organização.

Também se acredita que as pessoas que possuem “poder” têm a possibilidade de utilizá-lo ao seu bel-prazer, ou seja, haveria a possibilidade de conduzir seus efeitos. Encontramos aqui a percepção de que o poder poderia ser gerido de forma racional.

Nesta concepção usual do poder, ele aparece como algo que é dado dentro dos limites do cargo, que reprime e proíbe, que pode ser comandando de forma racional. Para Foucault (1988), esta forma em que o poder geralmente se apresenta é “jurídico-discursiva”, já que está essencialmente centrada na enunciação da lei. Esta apresentação “jurídico-discursiva” do poder, de acordo com Foucault (1988), é proveniente das grandes instituições que se desenvolveram na Idade Média: a monarquia, o Estado nacional e seus aparelhos. Nessas sociedades, o poder se exercia como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas, além de se apropriar da vida das pessoas para suprimi-la, quando atentava contra a “boa ordem” do Estado. As instituições do Estado funcionavam como instâncias de regulação, arbitragem e delimitação nessas sociedades. O poder se formulava na legislação personificada no Estado e, por isso, o direito constituiu o modo de manifestação e a forma de aceitabilidade desse “poder” (Foucault, 1988).

Tal visão usual se solidificou devido ao fato de que a Monarquia e o Estado nacional funcionavam como o princípio de direito, arbitragem e lei para a população em geral e estas entidades tinham como tripla característica se constituírem como conjunto unitário, identificarem sua vontade com a lei e se exercerem como mecanismos de interdição e sanção -“Sua fórmula *pax et justitia* marca, nessa função a que pretendia, a paz como proibição das guerras e a justiça como maneira de suspender o acerto privado dos litígios” (Foucault, 1988, p.84). O poder nessas grandes instituições se apresentou como o grande guardião da justiça e, por isso, ocorria sua aceitação social (Foucault, 1988). Além disso, nessa época as instituições (Estado e Igreja) de poder eram nítidas e claramente localizáveis na sociedade.

Devemos destacar que Michel Foucault dirige suas críticas, neste momento, à visão contratualista do poder, que tem Hobbes, Locke e Rousseau como suas maiores expressões. Dentro dessa visão, o poder seria designado pelo contrato social entre os Homens e seus soberanos, sendo que por meio do contrato, os primeiros passariam o poder para os segundos em troca de segurança e justiça.

Foucault (1988) destaca que durante o século XIX surgiu uma crítica das instituições políticas que além de mostrar que o poder real escapava às regras do direito, preconizava que o próprio sistema do direito era uma forma de exercício da violência, anexando-a em beneplácito de alguns e fazendo funcionar sob a aparente justiça das leis, dissimetrias e injustiças de uma dominação, que era de uma classe social sobre outra. Nesse ponto o pensador está se referindo ao marxismo que apontava que o Estado defenderia os interesses da classe dominante. Porém, tal crítica da visão contratualista para Michel Foucault foi feita a partir do postulado de que o poder deveria ser exercido de acordo com os ditames de um direito fundamental.

Com o desenrolar da história, destaca Foucault (1988), e o desenvolvimento da monarquia e das instituições do Estado, todos os diferentes tipos de poder passaram a se apresentar por meio da dimensão “jurídico-discursiva”. Isto se dá até os dias de hoje nas sociedades Ocidentais, como discutimos no início deste item. Tal concepção está centrada e fundamentada exclusivamente no enunciado da lei e no fundamento do poder como interdição.

O poder analisado por meio da concepção “jurídico-discursiva” tem dois traços fundamentais: a **relação negativa** - o poder sempre exerceria uma relação negativa: rejeição, ocultamento, exclusão, etc. e a **instância da regra**, ou seja, o poder seria essencialmente o que dita a lei, reduzindo todo o resto a um regime binário: lícito ou ilícito. Além disso, o poder prescreveria uma ordem que funcionaria como forma de inteligibilidade em que tudo se decifraria a partir de sua relação com a lei (Foucault, 1988).

Ao comentar a questão do poder na obra de Foucault, Deleuze (1988) destaca que tradicionalmente o poder se apresenta em nossa sociedade de acordo com os seguintes postulados: 1) postulado da propriedade: o poder seria propriedade de uma classe ou de um

grupo que o teria conquistado; 2) postulado da localização: o poder estaria localizado no próprio aparelho de Estado, sendo que mesmo o poder privado seria proveniente destes aparelhos; 3) postulado da subordinação: o poder encarnado no aparelho de estado estaria subordinado a um modo de produção como uma infra-estrutura; 4) postulado da essência ou do atributo: o poder teria uma essência e um atributo que qualificaria os que possuem (dominantes) e desqualificaria os que não o possuem (dominados), exercendo-se de uma forma geral e global; 4) postulado da modalidade: o poder agiria por violência ou por ideologia, ou seja, reprimindo e enganando, por fim, 5) postulado da legalidade: o poder se exerceria na lei, por isso, jurídico discursiva (Deleuze; 1988)

Na concepção “jurídico-discursiva” o poder estava colocado somente em termos jurídicos de constituição, de soberania ou em termos de aparelho de Estado. Nenhum pensador, a exceção de Maquiavel, preocupou-se com a forma como ele se exercia concretamente em detalhes no dia a dia, com suas especificidades, suas técnicas, etc. (Foucault, 1979a).

Assim, concluiu Foucault (1988), a despeito das diferenças de épocas e objetivos, a representação do poder permaneceu marcada pela lei e/ou Estado, tendo por característica fundamental a repressão, em beneplácito do “bem comum” ou do privilégio de uma parcela da população sobre outra. Caricaturalmente, o autor aponta - “No pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça do Rei” (Foucault 1988, p.86).

Diferentemente desta concepção jurídico-discursiva, Foucault argumenta que

*“(...) os novos mecanismos de poder funcionam não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. Entramos, já há séculos, num tipo de sociedade em que o jurídico pode codificar cada vez menos o poder ou servir-lhe de sistema de representação (...)”* (Foucault, 1988, p.86).

Além disso, o autor questiona:

*“(...) O poder seria aceito se fosse inteiramente clínico? O segredo, para ele, não é da ordem do absurdo; é indispensável ao seu funcionamento. E não somente porque*

*o impõe aos que sujeita como, também, talvez porque lhes é, na mesma medida, indispensável: aceitá-lo-iam, se só vissem nele um simples limite oposto aos seus desejos, deixando uma parte intacta – mesmo reduzida – de liberdade? (...)”* (Foucault, 1988, p.83).

Em suma, o principal questionamento de Foucault em relação à representação “jurídico-discursiva” do poder é de que ela não dá conta da dinâmica do poder como ele se exerce de fato. Além disso, ele questiona: se o poder somente reprimisse, ele seria aceito na sociedade? O autor responde que não. O fato do poder ser aceito está relacionado, segundo Foucault (1979, 1988), com o fato de ele ser uma força que não diz somente não. Este fato poderá ficar mais claro quando explorarmos a analítica do poder proposta pelo autor.

Após discutirmos como o poder geralmente se apresentou e ainda se apresenta na sociedade, de acordo com a visão de Foucault, discutiremos o que Foucault entende por poder, apresentando o que julgamos ser os principais pontos de sua análise.

### 2.3. Foucault e a Analítica do Poder

Neste item apresentaremos os principais pontos da analítica de poder desenvolvida por Foucault. Podemos dizer que Foucault possui uma teoria de poder? Não, o termo “teoria” não é o mais adequado para compreender o que foi desenvolvido pelo autor em suas discussões sobre o assunto. Para construir uma teoria do poder há a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um momento determinado, a partir de onde se fará a gênese e depois a dedução (Foucault, 1979c). Além disso, como toda teoria assume uma objetivação prévia, ela não pode ser utilizada para um trabalho analítico (Foucault, 1995). Foucault (1995) também destaca que devemos conhecer as condições históricas que motivam uma dada conceituação, além de verificar o tipo de realidade com a qual estamos lidando. Michel Foucault considera que a questão do poder não é apenas uma questão teórica, ela faz parte de nossa experiência e faz muito mais sentido quando analisada dentro de racionalidades específicas:

*“(... )seria mais sábio não considerarmos como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, mas analisá-la como um processo em vários campos, cada*

*um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade etc. (...)*” (Foucault, 1995, p.233).

Machado (1979), analisando a obra de Foucault, discute que, para o autor, toda teoria é provisória e acidental. Ela depende de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites formulando conceitos que clarificam os dados, mas que são revistos e substituídos a partir de novo material trabalhado. Ou seja, Machado discute que para Foucault não existe teoria absoluta e imutável. No caso específico do poder, Machado (1979) aponta que não há em Foucault uma teoria geral sobre o poder pelo fato de suas análises não o considerarem como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que seria definida por suas características universais. Como discutiremos mais adiante “não existe algo unitário chamado poder, mas unicamente formas dispare, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social” (Machado, 1979, p. X).

Para Foucault (1995), o mais correto é falarmos em uma analítica do poder, pois para ele o que está em jogo é “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (Foucault, 1999a). Além disso, destaca o pensador, um trabalho analítico não pode se dar com a ausência de uma conceituação dos problemas tratados e sem que tal conceituação implique um pensamento crítico (uma verificação constante).

A analítica de poder foucaultiana, nos mostra Machado (1979), estuda o poder como possuindo existência própria e formas específicas ao nível mais elementar e não com o poder sendo uma dominação global e centralizada que se pluraliza e repercute nos outros setores da vida social de modo inteiro e homogêneo.

Isto posto, qualquer generalização no sentido de tentar dar conta de sua analítica que deixe transparecer que Foucault possuiu um teoria rígida e homogênea sobre poder correm por nosso único e exclusivo risco.

Antes de prosseguir a discussão, cumpre dizer que Foucault (1988) adverte não entender poder como um conjunto de instituições que garantem a sujeição das pessoas a um determinado estado ou soberano, também não o percebe como modo de sujeição, que, por oposição à violência, tenha tornado-se em regra; tampouco o vê como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e que tenha seus efeitos atravessando o corpo social como um todo. Ao seu ver, estas são somente suas formas terminais do poder - “A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade de uma dominação: estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais” (Foucault, 1988, p.88). Como poderíamos, então, compreender o fenômeno chamado poder?

Para Foucault, devemos primeiramente entendê-lo:

*“(...) como a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, por meio de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”* (Foucault, 1988. pgs.88-89).

Assim, para o autor o poder não é a manutenção e a recondução das relações econômicas, mas uma relação de força em si mesmo (Foucault, 1999f). Foucault (1988) também nos mostra que a condição da possibilidade do poder, ou seja, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível, mesmo em seus efeitos mais periféricos, e que fornece a oportunidade de empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social é o suporte móvel das relações de força, que devido a sua desigualdade e variabilidade, induzem continuamente estados de poder que sempre estão ao mesmo tempo localizados e instáveis, fazendo com que o poder esteja onipresente e mutável em cada ponto, já que se produz a cada instante em toda a relação entre um ponto e outro - “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p.89).

Foucault compreende o poder como um conjunto de correlações de forças que se auto constituem, produzem e organizam os domínios em que estão presentes e inseridas. O poder é um feixe de relações mais ou menos coordenado, mais ou menos organizado (Foucault, 1979f). Ele é proveniente de todos os pontos da rede social, ou seja, para Foucault, o poder é uma matriz geral de relações de força em um tempo e em uma sociedade específica (Rabinow e Dreyfus, 1995).

Esta concepção de poder remete à noção de onipresença do poder, já que é oriundo e atinge todos os lugares. A partir disso, percebemos que as relações de poder se enraízam profundamente no nexo e no conjunto da rede social e a cristalização o jogo de forças tomam vulto e evidência nos aparelhos organizacionais, na formulação das leis e nas hegemonias sociais. Maia (1995) argumenta que na analítica do poder de Foucault fica claro que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, uma vez que a existência deste tipo de relação é coexistente a vida social - “uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração” (Foucault, 1995, p. 246).

Por isso, Maia (1995) apresenta a idéia do poder como uma rede que permeia todo o corpo social e articula e integra os diferentes focos de poder (fábrica, escola, asilo, prisão, vila operária, família, etc.) que se apóiam uns aos outros. Corroborando a idéia de Maia, acreditamos que a melhor imagem para mostrar as relações de poder é uma rede de pesca com todos os seus nós, sendo que cada um deles geraria uma “linha de poder” quando relacionado com outro nó e cada linha seria dependente das demais para existir e sustentar-se<sup>19</sup>. Porém, diferentemente da rede de pesca, as linhas não seriam estáveis, as linhas poderiam surgir de diferentes nós e teriam “consistência” variável.

Foucault (1987 e 1988) apresenta a concepção do poder como algo extremamente complexo, na medida em que ele se dá, no primeiro plano, por relações de força que estão inseridas no sistema social e surgem de todos os pontos ao mesmo tempo em que variam constantemente de forma imprevisível. Quando tratarmos da ligação entre relações de poder e estratégia veremos mais especificamente que elas não são possuídas por ninguém, mas induzem a estados de poder. Ademais, Foucault (1987 e 1988) argumenta que não há uma

---

<sup>19</sup> Agradeço ao Mário Aquino Alves por esta ilustração.

oposição entre dominadores e dominados como a matriz geral e global das relações de poder em uma dada sociedade, mas que, antes disso, deve-se supor que as múltiplas correlações de força que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias e nas instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o corpo social como um todo (de cima a baixo, de baixo a cima, em diagonal e lateralmente - a imagem da rede aqui parece mais uma vez pertinente), formando uma linha de força que transpassa os afrontamentos locais e os ligam entre si efetuando as redistribuições, alinhamentos e homogeneizações. Desta forma, as grandes dominações são efeitos hegemônicos sustentados pela intensidade destes afrontamentos.

Deve-se notar também que não há poder que se exerça sem objetivos, porém isso não quer dizer que ele resulte da escolha ou da decisão de um sujeito individual e que funcione segundo a sua única e exclusiva vontade. O poder é antes de tudo uma relação:

*“(...) Se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre parceiros (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras)” (Foucault, 1995, p.240).*

A questão que resta frente ao que vimos até aqui é: qual seria o papel da resistência na analítica de poder foucaultiana? Para Foucault, onde há poder, há resistência. Por este motivo ela nunca se encontra em posição de exterioridade com relação às relações de poder. As resistências somente podem existir, por definição, no campo estratégico das relações de poder - “As correlações de poder somente podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que apresentam nestas relações o papel de adversário, de alvo, de apoio de saliência que permite apreensão” (Foucault, 1988, p.91). Desta maneira, Foucault (1979e) aponta que a partir do momento que há relação de poder, há resistência em potencial. Por isso, jamais somos aprisionados por uma forma homogênea de poder, pois os choques entre poder e resistência geram novas e infindáveis configurações de poder.



Apesar dos pontos de resistência estarem presentes em toda rede de poder, elas não são um reverso passivo das relações de poder fadadas a derrota e também não se reduzem a poucos princípios heterogêneos. As resistências são o outro termo nas relações de poder, já que se inscrevem nestas relações, sendo distribuídas de modo irregular - “da mesma maneira que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (Foucault, 1988, p.92). Machado (1979) aponta que qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, uma vez que o poder para Foucault como descrevemos, é uma teia que se alastra por toda a sociedade, que ninguém possui e jamais escapa.

Portanto, para Foucault (1988) deve-se entender as relações e mecanismos de poder nesta perspectivas de correlações de força, escapando assim da representação jurídico-discursiva

*“(...) Trata-se em suma de orientar para uma concepção do poder que substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel das correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis de dominação. O modelo estratégico ao invés do modelo do direito. E isso, não por escolha especulativa ou preferência teórica; mas porque é efetivamente um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais o fato de as correlações de força que, por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, tenha-se investido, pouco a pouco, na ordem do poder político (...)”* (Foucault, 1988, p.97).

O que parece ser inerente à analítica de poder de Foucault é que o poder estrutura as relações sociais. Entretanto, a concepção até aqui apresentada não deixa claro como o poder se exerce de fato. Passaremos a analisar como o poder se exerce para Foucault.

#### 2.4.1. O exercício do Poder

Qual seria a especificidade das relações de poder e como elas se exerceriam? Foucault (1995) responde que o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre parceiros,

como apontamos anteriormente. Seu exercício acaba por ser uma ação de alguns sobre outros, que se dá em momentos específicos possibilitado pelos enfrentamentos das forças, ou seja, as configurações das relações de força permitem que em momentos distintos alguns exerçam poder sobre outros. Utilizando a imagem da rede de pesca, é como se um ou vários daqueles nós estivesse mais alto do que os demais e os que estão em cima pudessem agir sobre as ações dos que estão em baixo.

Todavia, a posição dos que estão em cima é altamente instável, já que ocupam o lugar graças aos que estão em baixo. Além disso, para o pensamento de Michel Foucault não há algo como o poder que existiria globalmente. Ele somente existe quando exercido de “uns” sobre “outros” e vice-versa, ou seja, o poder somente existe em ato, no choque das forças inscritas em um campo de possibilidades que se apóiam sobre estruturas permanentes.

O que define uma relação de poder, para Foucault (1995), é o fato de ela ser um modo de ação que age sobre outra ação -“uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais futuras ou presentes” (Foucault, 1995, p.243).

O poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, uma relação que só existe como tal e opera sobre o campo de possibilidade em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos:

*“(...) ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre as ações (...)”* (Foucault, 1995, p.243).

Foucault (1995) destaca que o termo **conduta** parece ser o que melhor permite explicar o que há de específico nas relações de poder. A conduta é concomitantemente o ato de conduzir os outros de acordo com mecanismos de coerção mais ou menos estritos e também a maneira de se comportar em um campo aberto de diferentes possibilidades. O exercício de poder consiste em “conduzir condutas” e ordenar possibilidades, assim, o poder é da ordem do governo. Não há como escapar destas relações se vivemos em

sociedade “(...) Viver em sociedade é de qualquer maneira viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros (...)” (Foucault, 1995, p. 246)

O termo conduta parece adequado ao autor quando empregado no século XVI porque

*“(...) Ele não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados, mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (...)”* (Foucault, 1995, p. 244).

Ao apontar e definir o exercício do poder como um modo de ação sobre outras ações, quando ele é caracterizado como o “governo” dos homens uns pelos outros, Foucault incluiu o elemento da liberdade (Foucault, 1995). Analisando a questão do exercício do poder em Foucault, Deleuze (1988) aponta que para o pensador em questão o exercício do poder aparece como uma relação de “afeto”, porque a própria força se define pelo poder de afetar outras forças com as quais ela está em relação ao mesmo tempo em que é afetada por estas mesmas forças, como vimos anteriormente na questão da resistência. Incitar, produzir, suscitar são afetos ativos e ser afetado, suscitado, determinado a produzir são afetos reativos, que não são simplesmente o reverso passivo destes afetos ativos, já que toda a força que afeta também é afetada. O poder de afetar é uma função da força, ao passo que ser afetado é uma matéria da mesma (Deleuze, 1988).

Dentro deste contexto, há de se destacar que o poder somente pode ser exercido sobre sujeitos que podem ter opções. Michel Foucault entende por isso - “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (Foucault, 1995, p.244). O pensador compreende que não há relação de poder quando os homens estão acorrentados, pois neste caso elas não poderiam escolher suas ações. No limite, só há relação de poder quando o homem pode escapar (Foucault, 1995, p. 224).

A partir desse ponto de vista, não há um confronto entre poder e liberdade, mas sim um jogo complexo em que a liberdade aparece como condição de existência da relação de poder e ela funciona como seu suporte permanente. Entretanto, a liberdade também aparece como aquilo que se opõe a um exercício do poder que em última instância quer determiná-la indiretamente. Assim, relações de poder e liberdade sempre estão em choque permanente (Foucault, 1995, p. 224).

No que diz respeito à análise das relações de poder, Foucault (1995) considera que para realizá-la devemos estabelecer alguns pontos: o primeiro deles é o **sistema das diferenciações** (diferenças jurídicas ou tradicionais, econômicas e na apropriação das riquezas, culturais, nas habilidades e competências, etc.) que permitem agir sobre a ação dos outros. Assim, toda relação de poder opera diferenciações que são ao mesmo tempo suas condições e efeitos. O segundo deles é o **tipo de objetivo** perseguido por aqueles que agem sobre a ação dos outros, mas que não controlam as consequências: manutenção de privilégios, exercício de uma profissão, acúmulo de lucros, etc. O terceiro deles são as **modalidades instrumentais**, ou seja, os instrumentos utilizados para se exercer o poder (a ameaça das armas, o efeito das palavras, sistemas de vigilância, regras, etc.). O quarto deles são as **formas da institucionalização**, ou seja, as formas pelas quais o poder se institucionaliza (estruturas jurídicas, dispositivos tradicionais, fenômenos de hábito, etc.). O quinto e último ponto são os **graus de racionalização**, ou seja, o exercício do poder não é um fato bruto tampouco um dado institucional; ele se elabora, transforma-se, organiza-se e dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados.

Após apresentarmos estes pontos para análise das relações de poder, temos de deixar claro que não há um princípio de poder primeiro e fundamental que toma todos os elementos da sociedade, mas que:

*“há a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos serial ou global, organizações mais ou menos refletidas, que definem formas diferentes de poder. As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõe-*

*se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se em certos casos, e reforçam-se em outros”* (Foucault, 1995, p. 247).

Michel Foucault também defende que instituições determinadas constituem um observatório privilegiado para a análise das relações de poder. Porém, ele aponta que há alguns inconvenientes neste tipo de análise. Primeiro, porque uma parte considerável dos mecanismos que são operados por uma dada instituição é destinada a garantir sua própria conservação, por isso, podemos passar a analisar as relações de poder neste âmbito, vendo-as somente como portadoras de funções reprodutoras. Em segundo lugar, há o risco de se analisar o poder pelo poder, ou seja, buscar as origens do poder nas próprias relações de poder. Por derradeiro, considerando que as instituições agem, em sua essência, colocando em jogo a regra (explícitas ou implícitas) e o aparelho, há o risco de privilegiarmos ou a regra ou o aparelho, vendo nas relações de poder apenas modos de lei ou coerção. Com estas ressalvas, o autor não pretende, em hipótese alguma, negar a relevância das instituições nas relações de poder, mas sim, sugerir que se deve analisar as instituições a partir das relações de poder e não o contrário (Foucault, 1995).

Muitas vezes neste texto discutimos que o poder é da ordem da estratégia, por isso, passaremos a discutir a relação entre poder e estratégia, sempre pelo ponto de vista de Michel Foucault.

#### 2.4.2. Relações de Poder e Estratégia

A concepção foucaultiana do poder supõe que ele é uma estratégia composta por uma rede de relações. Frente a isso, gostaria de clarificar a relação entre poder e estratégia.

Para Foucault (1995), a palavra estratégia é corriqueiramente empregada em três sentidos: (1) a escolha de meios para se atingir um dado fim, ou melhor, a racionalidade empregada para se atingir um dado objetivo; (2) a maneira que um jogador em um dado jogo age em função dos outros e principalmente do que ele acredita que será a ação dos outros, e (3) aquilo que os outros pensarão ser a ação dele, em suma: a maneira pela qual se tenta ter vantagem sobre o outro. Por fim, ela pode ser designada como o conjunto de procedimentos utilizados em um confronto para privar o adversário dos seus meios de combate para fazê-

lo renunciar a luta, ou seja, os meios destinados para obter a vitória. Estes três significados da palavra se reúnem nas situações de confronto (guerra ou jogo) em que o objetivo é agir sobre um adversário de tal sorte que a luta lhe seja impossível (Foucault, 1995). Neste contexto, a estratégia se define como a escolha das soluções vencedoras. Foucault (1995) assinala que no que se refere ao primeiro sentido da palavra, a estratégia de poder é o conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou manter um dispositivo de poder. No segundo sentido indicado, podemos falar de estratégias próprias às relações de poder, na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, suposta dos outros. No terceiro sentido da palavra, podemos decifrar em termos de estratégia os mecanismos utilizados nas relações de poder. A partir disso, conclui Foucault (1995), é possível decifrar em termos de estratégias as relações de poder.

O autor destaca que o ponto mais importante é a relação entre relações de poder e estratégias de confronto. Como a condição permanente da existência das relações de poder é que haja resistência, toda relação de poder implica uma estratégia de luta contra esta resistência. Porém, todo confronto termina quando a luta das relações antagônicas é substituída por mecanismos estáveis, pelos quais o “vencedor” pode conduzir a conduta dos outros. Assim, o alvo da relação de confronto, da estratégia de confronto, é instituir uma relação de poder. Em contrapartida, para a relação de poder, a estratégia de luta constitui a fronteira em que a indução da conduta dos outros não pode mais ultrapassar a réplica de sua própria ação. Como não há relação de poder sem pontos de resistência que lhe escapem, toda intensificação das relações de poder para submeter estes pontos de resistência apenas conduzem aos limites do exercício do poder. Este exercício encontra sua finalidade em um tipo de ação que reduz ao outro à impotência total ou à transformação dos que são governados, em adversários. Assim, de forma geral, toda estratégia de confronto “sonha” em se tornar relação de poder ao mesmo tempo em que toda relação de poder, seja quando segue o seu próprio desenvolvimento, seja quando se depara com resistências, tende a tornar-se estratégia vencedora. A cada instante, a relação de poder pode se tornar um confronto entre adversários, da mesma forma que a cada instante as relações de adversidade podem abrir espaço para o emprego de mecanismos de poder. Isto faz com que a estratégia de luta e a relação de poder se atraiam recíproca e indefinidamente e invertendo-se de forma perpétua (Foucault, 1995).

As estratégias de poder não possuem sujeitos que comandam as suas racionalidades e decidem como elas devem agir. Seus efeitos de dominação são atribuídos a disposições, manobras, táticas, técnicas, funcionamentos sempre mutáveis e localizadas :

*“(...) que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que admitir que este poder se exerce mais do que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas<sup>20</sup> - efeito manifesto e as vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou proibição, aos que “não tem”; ele os investe, passa por eles e por meio deles, apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se, por sua vez, nos pontos que ele os alcança. O que significa que estas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade. Finalmente, não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, foco de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitório das relações de forças (...)” (Foucault, 1987, p. 27).*

Frente a isso, não devemos buscar aqueles que presidem a racionalidade da rede de poderes que funcionam em uma dada sociedade, já que:

---

<sup>20</sup> Reforçando este argumento, Foucault aponta que: “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1988, p.89).

*“(...)a racionalidade do poder é a das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem - cinismo do poder local - que, encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto: lá, a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucas para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos “inventores” ou responsáveis quase nunca são hipócritas (...)” (Foucault, 1988, p. 91).*

As relações de poder, como vimos, são de todos sobre todos. As estratégias de poder são autônomas e em um certo sentido imprevisíveis. As ações vão acontecendo, necessidades de momento surgem e as atitudes vão sendo tomadas. Somente depois disso as estratégias mostram a sua racionalidade. A este respeito, Foucault (1979f, p.250) mostra como a burguesia acabou por se tornar a classe hegemônica sem ter tido a intenção prévia disso. As estratégias induzem estados e posições de poder que somente podem ser vislumbradas e percebidas *a posteriori*. Assim, os atores sabem mais ou menos aquilo que estão fazendo, quando o fazem e podem ser claros em sua articulação. Porém, deste fato não se segue que as conseqüências sejam coordenadas e previsíveis<sup>21</sup>. A este respeito, Foucault afirmou: “As pessoas sabem aquilo que elas fazem: freqüentemente sabem porque fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem” (Foucault apud Rabinow e Dreyfus, 1995:206).

Passaremos agora a fazer algumas proposições de como compreendemos a questão do poder para Michel Foucault.

#### 2.4.3. Algumas Proposições

A fim de resumir os principais argumentos da analítica do poder de Foucault, gostaríamos de realizar algumas proposições a respeito de como Foucault compreende o poder, frente ao

---

<sup>21</sup> “De modo geral penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder, mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que até o momento não estavam concebidos” (Foucault, 1979f: 249).



que apresentamos até aqui. A primeira proposição está relacionada com o fato de o poder, para Foucault, não ser algo que se possua ou se deixe escapar, mas sim algo que se exerce por todos sobre todos, a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. Para Michel Foucault, o poder somente existe como relação e esta relação se dá em ato e é uma prática social. Devemos compreender as relações de poder como estratégias variáveis que induzem a estados de poder. A segunda delas é que as relações de poder são imanentes a todas as demais relações (econômicas, conhecimento, sexuais), sendo os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que nelas se produzem e, ao mesmo tempo e reciprocamente, condições internas destas diferenciações. A terceira delas é que o exercício do poder é da ordem da conduta, do governo, ou seja, ele é uma ação sobre a ação dos outros. A quarta delas é que as relações de poder não estão no papel de superestrutura proibitiva, mas possuem um papel diretamente produtor. Este ponto de vista do poder como algo produtor detalharemos quando discutirmos o poder disciplinar e a constituição da subjetividade. A quinta proposição é que o poder não vem “de cima para baixo”, mas é criado pelas diferentes relações de força e surge de todos os lados: de cima a baixo, de baixo a cima e lateralmente. A este respeito, Deleuze (1988) destaca que para Michel Foucault poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de força é uma relação de poder. Esta relação de força não pode ser definida pela violência, já que a violência afeta corpos, objetos e seres determinados cuja forma ela altera ou destrói, ao passo que as relações de poder têm como objeto outras forças e não possuem outro ser se não as relações. Isto se dá, pois, como vimos, o poder se exerce sobre ações possíveis. A relação de força sobre a força (poder) pode limitar, incitar, induzir, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável. (Deleuze, 1988) Por fim, as relações de poder são “anônimas”, já que não são conduzidas conjuntamente por alguma pessoa ou grupo de que usam e abusam do poder ao seu bel-prazer. As relações de poder ocorrem de forma diversa e múltipla, sem que haja um comandante de sua racionalidade. A racionalidade de suas estratégias somente pode ser compreendida *a posteriori*. As relações de poder passam tanto pelos “dominados” quanto pelos “dominantes”, pois transpassa todas as forças em relação (Deleuze, 1988). No que diz respeito às resistências, Foucault considera que elas estão em todos os lugares em que há poder, modificando as relações de poder constantemente e infinitamente, já que são o outro termo destas relações. Foucault (1995)

adverte que o poder também não é a manifestação de um consenso, já que não se refere à renúncia da liberdade ou transferência de direitos, como considerava Hobbes no Leviatã.

Machado (1979) argumenta que o interessante da analítica de poder de Foucault está no fato de que o poder não está localizado em nenhum ponto da estrutura social. Ele funciona como uma rede, um conjunto de mecanismos do qual ninguém escapa. Não há exterior possível ou fronteira para o poder. Neste fato, adverte Machado (1979), está a idéia polêmica de que o poder não é algo que se detém como uma coisa que se possui ou não. Sendo rigoroso, o poder em si não existe, o que há são práticas ou relações de poder. Isto significa dizer que o poder funciona como uma máquina social que está disseminada por todo o corpo e estrutura da sociedade.

Maia (1995), em um ensaio sobre a analítica de poder foucaultiana, discute que o poder somente pode ser concebido como algo que se compreende em relação, envolvendo forças que se chocam e se contrapõem. Ele argumenta que há, para Foucault, um enfrentamento constante e perpétuo nas relações de poder. Este ponto é essencial para se compreender a concepção foucaultiana de poder. Frente a este caráter relacional do poder, Machado (1979) aponta que, como vimos na discussão da interação entre resistência e poder, o caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não podem ser feitas de fora do poder, mas sempre de dentro, já que dele nada escapa.

Podemos perceber, após apresentarmos a questão do poder no pensamento de Michel Foucault, que o modelo “jurídico-discursivo” apresenta somente uma face do poder, qual seja: a representação do poder soberano nas instituições e nas leis, ao passo que a analítica de Foucault procura analisar o poder em ação na sociedade. Não é por acaso que Poster (1984) considera esta analítica como sendo de vital importância para compreendermos as dinâmicas do poder na sociedade contemporânea.

Conforme vimos neste capítulo, a analítica do poder foucaultiana surge em oposição à concepção “jurídico-discursiva”. Para Michel Foucault, tal concepção nos impediria de

perceber a operação e o funcionamento concreto e histórico de novos mecanismos de poder<sup>22</sup>. A respeito da analítica do poder foucaultiana, Fonseca (2001) aponta que

*“na elaboração dessa analítica, em diversos momentos Foucault se utiliza de uma distinção entre dois modelos ou duas representações do poder: o modelo do direito (ou a representação ‘jurídico-discursiva’ do poder) e o modelo estratégico (ou a representação do poder enquanto mecanismo).”* (Fonseca, 2001, pg.89).

Na sua analítica do poder, Michel Foucault analisa dois mecanismos de poder, quais sejam: as disciplinas e a biopolítica. As disciplinas atuam sobre o corpo individual ao passo que a biopolítica atua sobre a população (Foucault, 1999f). A distinção entre esses mecanismos e técnicas de poder faz Michel Foucault falar em duas séries. Cada uma destas séries corresponderia a uma das acomodações realizadas pelas duas técnicas de poder citadas. As disciplinas corresponderiam à série “corpo – organismo – disciplina – instituições” e a biopolítica à série “população – processos biológicos – mecanismos regularizadores – Estado”<sup>23</sup>. A fim de detalhar estes mecanismos e técnicas de poder, iremos, no próximo capítulo, analisar as disciplinas e no quarto capítulo a biopolítica.

---

<sup>22</sup> Cf. Fonseca (2001, pg. 92).

<sup>23</sup> Cf. Fonseca, 2001, pg. 214.

## CAPÍTULO 03

### AS DISCIPLINAS

#### **Introdução**

O objetivo deste capítulo é prosseguir a apresentação da analítica do poder nas obras de Michel Foucault, mostrando os principais aspectos de sua análise sobre as disciplinas. No próximo capítulo, trataremos da biopolítica. Com isso, pretendemos apresentar e discutir os dois principais mecanismos e técnicas de poder analisadas pelas obras de Michel Foucault. Faremos isso com o intuito de apresentar a analítica do poder foucaultiana para que possamos, com base nesta analítica, no último capítulo problematizar a utilização das obras de Michel Foucault em Análise das Organizações e indicar alguns possíveis desenvolvimentos.

Para podermos compreender e contextualizar as disciplinas e a biopolítica, no primeiro item deste capítulo discutiremos a mudança de foco do poder dos Reis para a punição, bem como a transição entre o regime da punição ao regime disciplinar. No segundo item, iremos discutir as consequências e as causas desta mudança de foco, ou seja, o que significou a mudança de um poder que se exercia em nome da morte e que passou a se exercer com o intuito de majorar a vida. Depois, apresentaremos as disciplinas e suas características. Vale frisar Foucault realizou estas discussões na “etapa” genealógica de suas obras.

#### 3.1. Dos Suplícios à Punição: Fundamentos do Poder Disciplinar e da Biopolítica.

No Feudalismo e nas Monarquias o soberano era dono da vida de seus súditos, podendo, inclusive, sentenciá-los à morte. Nesse tempo, o poder era exercido como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas, além, de suprimir a vida das pessoas, quando o Estado ou a Monarquia julgava necessário. Como vimos no segundo capítulo, neste fato está a origem da concepção jurídico-discursiva do poder problematizada por Michel Foucault.

Nas sociedades em questão, quando a pessoa cometia um crime considerado grave pelo regime do soberano, sua pena era a supressão da vida ou outros tipos de penalizações

atrozes, tais como: cortar a mão, queimar partes do corpo, etc. A punição ocorria em locais públicos, por meio de um grande ritual espetacular que pretendia desencorajar os demais a cometerem crimes, ao mesmo tempo em que se procurava mostrar a potência do soberano. O objetivo era usar o infrator como exemplo para que ninguém cometesse crimes. Desta maneira, em nome da ordem e da preservação do Estado, os que atentavam contra a paz social cometendo crimes eram vítimas das mais diversas selvagerias (Foucault, 1987). No início de Vigiar e Punir, Foucault (1987) nos descreve um destes atos:

*“Dimiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris aonde deveria ser levado acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na praça Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimado com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas e suas cinzas jogadas ao vento”* (Foucault, 1987, p. 9).

Foucault (1999a) também nos relembra as curiosas provas físicas e corporais para se estabelecer a verdade e autoria de um crime. Um exemplo citado por Foucault (1999a) ocorreu no Império Carolíngio onde havia uma célebre prova de verdade imposta a quem fosse acusado de assassinato. O acusado do crime deveria andar sobre ferro em brasa, caso dois dias depois ainda tivesse cicatrizes no pé, seria condenado. Em outros lugares, havia a prova da água: amarrava-se o pé direito da pessoa à mão esquerda e jogava-se a pessoa na água. Se ela não se afogasse, perdia o processo, já que este era um sinal que nem mesmo a água lhe recebia bem. Caso se afogasse, ganharia o processo, pois a água não a rejeitava. O que estava em jogo em torno destas formas de verificar a verdade era saber, de forma simbólica, quem era mais forte (Foucault, 1999a). Ou seja, tais provas submetiam o acusado a uma espécie de luta contra o seu próprio corpo para verificar se suportaria a dor e venceria, demonstrando que falava a verdade, ou se iria sucumbir junto com a mentira.

Além dessas formas corporais, na época dos suplícios havia duas formas preponderantes de se verificar a veracidade de um fato, um crime. A primeira delas e mais tradicional era a de colocar nas mãos de Deus a decisão de punir aquele que mentia. Foucault (1999a) nos mostra isso relatando o duelo entre dois guerreiros - “Um lança ao outro seguinte desafio: ‘És capaz de jurar diante dos Deuses que não fizeste o que eu afirmo?’” (Foucault, 1999a, p.53). Neste procedimento, a palavra empenhada passava a significar a verdade e somente a Deus competia decidir se a pessoa dizia ou não a verdade. A segunda forma era o testemunho: aquele que via o fato acontecer tinha em suas mãos o poder de trazê-lo à tona e testemunhar a autenticidade do fato quando necessário.

Percebemos nos suplícios e na forma de estabelecer verdades de um dado crime as características do poder monárquico tradicional. A proteção nessas sociedades ocorria por meio de rituais que expressavam que o erro, o crime e a punição se intercomunicavam e se ligavam sob a forma de uma atrocidade. Tais rituais também expressavam uma certa mecânica do poder. Sua exaltação era o reforço por meio de manifestações físicas, fazendo valer as regras e as obrigações como laços pessoais, cuja ruptura constituía uma ofensa e exigia vingança. Um poder para o qual a desobediência era um ato de hostilidade e que na falta de uma vigilância ininterrupta procurava a renovação de seu efeito no brilho e na força de suas manifestações singulares e que se renovava ostentando ritualmente a sua realidade de superpoder (Foucault, 1987).

Todavia, destaca Foucault, no final do século XVIII e no começo do século XIX, a festa da punição foi-se extinguindo, o cerimonial da pena deixou paulatinamente de existir e passou a ser apenas um ato entre muitos na punição dos criminosos e no controle da sociedade. Passou-se a acreditar que o ritual da punição era tão feroz e desumano quanto o próprio crime cometido. Assim, o carrasco e os juízes eram vistos pela sociedade como criminosos. Ficou cada vez mais forte a idéia de que o espetáculo cruel da ostentação dos suplícios não deveria mais servir para impedir que crimes fossem praticados, mas o crime não deveria ocorrer pela certeza da punição.

Isso porque nas sociedades em que o espetáculo dos suplícios ocorria, ele deveria servir de exemplo para que os outros não cometessem atentados contra a sociedade, porém a punição somente ocorria ao “bode expiatório” que era condenado em praça pública. O poder de

punir e mesmo a vigilância da sociedade estavam concentrados em alguns pontos específicos: o Estado, Castelos e Igrejas. A mudança que se pretendia era que a sociedade como um todo passasse a ter certeza de que cometer um crime implicaria punição, o que não estava garantido nos suplícios.

A questão que surge é se a crueldade dos suplícios é suficiente para explicar esta mudança no regime de punição da sociedade. Além da crueldade dos suplícios, o motivo preponderante desta alteração foi outro. Para podermos compreender a alteração como um todo, devemos levar em conta um fenômeno importante: a nova forma assumida pela economia e produção com o final do regime feudal que gerou uma mudança fundamental na ordem da materialidade da riqueza na sociedade de então (Foucault, 1999a). A riqueza, que era essencialmente constituída pelas terras, passou a ter sua materialidade investida em mercadorias, estoques, máquinas, oficinas, matérias-primas devido o nascimento do capitalismo. Além disso, ocorreu uma alteração significativa na propriedade das terras

*“ a propriedade das terras vai mudar igualmente de forma com a multiplicação da pequena propriedade, a divisão e delimitação das propriedades. O fato de não mais haver, a partir daí, grandes espaços desertos e não cultivados, nem terras comuns sobre as quais todos podem viver, vai dividir a propriedade, fragmentá-la, fechá-la em si mesma e expor cada proprietário a depredações ”* (Foucault, 1999a, p.101).

Durante o regime dos soberanos pequenos furtos, invasões de terra, etc. eram tolerados, já que garantiam à sobrevivência de uma parcela significativa da população (Foucault, 1987). Entretanto, com a queda dos soberanos e a entrada no novo regime econômico com a alteração na forma da materialidade da riqueza em toda a sociedade, tais ilegalidades não poderiam mais ocorrer, já que eram ofensivas à nova ordem que começava a tomar força:

*“o desenvolvimento dos portos, o aparecimento de grandes armazéns onde se acumulavam mercadorias, a organização de oficinas de grande dimensões (com uma massa considerável de matéria primas, de ferramentas, de objetos fabricados, que pertenciam ao empresário e eram difíceis de vigiar) exigia também uma repressão rigorosa da ilegalidade. A maneira pela qual a riqueza tende a investir,*

*segundo escalas quantitativas totalmente novas, nas mercadorias e nas máquinas supõe uma intolerância sistemática e armada a ilegalidade”* (Foucault, 1987, p.72).

Assim, o que ocorreu, primordialmente, foi uma mudança na ordem das ilegalidades na sociedade, que acabou gerando uma alteração na forma de punir adequadas as necessidades da sociedade capitalista que começava a tomar vulto. Foucault (1987; 1999a) nos mostra que a reforma nos meios de punição nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra as ilegalidades até então toleradas, de tal sorte que “o direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (Foucault, 1987, p.76). Com isso a sociedade passou para a era do controle social (Foucault, 1999a).

A mudança do modo de punir se deu, mais especificamente, para estabelecer uma nova economia do poder de castigar, assegurando sua melhor distribuição no tecido social, fazendo com que não ficasse concentrado somente em alguns pontos privilegiados, mas que fosse repartido em circuitos homogêneos por toda a malha social. Pretendia-se fazer da punição uma função regular e coextensiva à sociedade, buscando punir sempre e melhor. Procurou-se defender a sociedade de seus perigos internos.

O foco do “novo” poder punitivo deixou de ser o punir especificamente e passou a ser prevenir. A busca da prevenção trouxe consigo a questão da “periculosidade”. A noção de periculosidade significa que o sujeito deve ser considerado pela sociedade em suas virtualidades, ou seja, não pelas infrações que cometeu, mas sim pelas que poderá cometer (Foucault, 1999a). A ordem geral era evitar que o crime ocorresse. Por isso, era preciso punir o suficiente para impedi-lo. Para tanto, procurou-se capacitar o poder de punir de um instrumento econômico, eficaz que fosse generalizável para todo o corpo social, que pudesse codificar todos os comportamentos e reduzir ao máximo todas as ilegalidades (Foucault, 1987). Além disso, esta forma de controle no nível da potencialidade do crime não poderia ser realizada apenas pela justiça isoladamente, mas por um conjunto de instituições laterais como a polícia, instituições de vigilância estatal e instituições de correção como manicômios, hospitais, escolas, etc. Tais instituições foram de importância fundamental na tão desejada defesa da sociedade (Foucault, 1999b).



Foucault (1987) nos mostra que este poder de punir repousou sobre algumas regras importantes para sua execução e representação<sup>24</sup>: **regra da idealidade suficiente**: deve-se maximizar a representação da pena e não a sua realidade corpórea; **regra dos efeitos laterais**: a pena deve ter efeitos mais intensos naqueles que não comenteram a falta para que percebam que não vale a pena praticá-la; **regra da certeza perfeita**: as pessoas devem saber o que é o crime, quais são suas penas, sendo que estas devem desencorajar as pessoas de cometê-lo, além disso, nenhum crime cometido deveria escapar ao olhar dos que devem fazer justiça, já que nada torna a punição mais frágil do que a certeza da impunidade; **regra da especificação ideal**: todas as infrações deveriam ser qualificadas, ou seja, classificadas e reunidas, não deixando nenhuma delas escapar e, por fim, **regra da verdade comum**: a certeza do crime e a respectiva punição somente podem ser admitidas, uma vez ele esteja inteiramente comprovado de forma racional e não mais por apelos divinos ou simbólicos.

Com a mudança do regime dos suplicios para o das punições assistiu-se também a transformação das práticas de descoberta de saber e a verdade de um dado crime (Foucault, 1999a). Tais alterações foram fundamentais para a história da Europa e para a história do mundo como um todo, já que o continente em questão se impôs ao resto do mundo nesse período. A mudança dos regimes trouxe a necessidade de uma elaboração racional da prova e da demonstração do crime. A preocupação passou a ser como produzir e recuperar a verdade de forma indubitável, que formas empregar, em que condições, que regras aplicar (Foucault, 1999a). O inquérito foi a forma de elaboração racional da prova e, conseqüentemente, da verdade. O procedimento do inquérito possui características importantes: o poder se exerce primeiramente fazendo perguntas, questionando, pois não sabe a verdade e procura sabê-la, além disso o poder para determinar a verdade dirige-se aos notáveis, ou seja, pessoas capazes de saber devido a sua posição e conhecimento. Assim, o inquérito é como um sistema racional de estabelecimento da verdade (Foucault, 1999a).

A partir desse fato, o ato de julgar passou a ser precedido de um longo processo que é o caminho para gerar a punição que buscava estabelecer a verdade bem fundamentada de um

---

<sup>24</sup> Foucault (1987:79) utiliza a palavra *semiotécnica* para descrever estas regras que para ele procuram “armar” o poder de punir.

dado crime: procurar as provas, os depoimentos, verificar a autoria, enfim: montar o processo. Uma vez comprovada a culpa de forma racional e irrefutável, ocorreria a condenação e o cumprimento da pena. Com isso, multiplicaram-se pequenas justiças e juizes em torno do julgamento principal: peritos psíquicos e peritos como um todo, educadores, magistrados para a aplicação das penas, etc. Tudo em nome de esclarecer a verdade do crime e garantir a punição justa. Como consequência uma série de que diferentes saberes, técnicas e discursos científicos se formaram e entrelaçaram-se com a prática do poder de punir (Foucault, 1987).

A aplicação do inquérito não foi somente jurídica. Como ele é essencialmente um sistema racional de estabelecimento da verdade, a partir dos séculos XIV e XV surgiram tipos de inquérito que buscavam estabelecer a verdade em domínios específicos, como por exemplo domínios como a medicina, a botânica e a zoologia (Foucault, 1999a).

Foucault vai além, apontando que “todo o grande movimento cultural que começa a preparar o Renascimento, pode ser definido em grande parte como o desenvolvimento, o florescimento do inquérito como forma geral de saber” (Foucault, 1999a, p. 75).

O que Foucault (1987) verifica é que o poder punitivo passou a apresentar uma espécie de receita geral para o exercício do poder sobre os homens, colocando o “espírito”<sup>25</sup> como superfície para a inscrição do poder, personificando uma tentativa de submissão dos corpos pelo controle das idéias. Começou a se desenvolver uma tecnologia de poderes sutis, eficazes e econômicos, sendo que este “poder ideológico” que buscava submeter as mentes das pessoas passou a ser cada vez mais utilizado.

O poder punitivo se desenvolveu para uma nova anatomia política em que o corpo se tornou a personagem principal. Desta maneira, houve, a partir do final do século XIII até meados do século XIX, uma defrontação de três dispositivos do poder de punir constituídos por três séries de elementos: 1) o corpo que é suplicado (o regime dos suplicios), 2) a alma que tem suas representações manipuladas (o regime das punições) e 3) o corpo que é treinado. Posteriormente, o último tipo de poder, que tinha elementos fortes do segundo tipo, prevaleceu: o Poder Disciplinar.

---

<sup>25</sup> Nossa interpretação é a de que esta palavra refere-se à subjetividade das pessoas. Tal argumento será desenvolvido na próxima seção.

Pudemos verificar neste item que houve uma alteração significativa na forma de exercício do controle na sociedade. Um poder que era personificado na figura do soberano com a entrada do novo regime econômico passou a ser inadequado para as necessidades do capitalismo. Com isso, o poder de punir alterou-se no seio do tecido social: de gerar a morte passou a se preocupar em majorar a vida. No próximo item discutiremos a questão do poder sobre a vida, questão de vital importância para a compreensão da analítica do poder em Michel Foucault.

### 3. 2. O Poder sobre a Vida

Conforme acabamos de discutir, no que diz respeito à sociedade como um todo, a partir da época clássica e concomitante à mudança do regime dos suplícios para o regime das punições e posteriormente às disciplinas e à biopolítica, ocorreu uma transformação profunda nos mecanismos de poder punitivo que operavam no tecido social. A necessidade cada vez maior de garantir a ação do poder em todos os lugares da sociedade, como vimos no item anterior, fez com que o confisco e a violência explícita deixassem de ser a forma principal do controle social para serem somente mais uma peça dentro de um quadro de outras funções de incitação, reforço, controle, vigilância e organização das forças que são submetidas pelo poder. No tecido social, começou a tomar ímpeto “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que destruí-las” (Foucault, 1988, p.128). Este poder pretendia entrar em todo o tecido social. Como aponta Foucault (1987), fazendo uma alusão aos vasos capilares do corpo humano que atingem as regiões mais distantes, passou a haver uma capilaridade do poder.

Assim, na dinâmica da sociedade Ocidental ocorrera uma transformação do poder de morte que se tornou então complemento de um poder que passou a se exercer sobre a vida com o intuito de geri-la e majorá-la, exercendo sobre ela controles precisos e regulações de conjunto - “Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Foucault, 1988 p. 130). Surgiu, então, um Biopoder cujo foco era gerir a vida.

Para gerir a vida, Foucault (1987) destaca que os sistemas punitivos e também de poder, em nossa sociedade, foram recolocados em uma “economia política” do corpo. O corpo, tanto

individual quanto coletivo, passou a ser o principal “alvo” do poder - “o corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (Foucault, 1987, p. 25). O poder político passou a assumir a tarefa de gerir a vida, estando intimamente relacionado com a administração calculista dos corpos.

Desta forma, a mudança dos suplícios para a punição, conforme descrito acima, gerou uma outra mudança: a questão que era jurídica passou a ser biológica, já que o poder passou a se exercer no nível da vida, da raça e dos fenômenos das populações. Os procedimentos da vida começaram a serem levados em conta por procedimentos de poder e de saber que os tentaram controlar e modificá-los. Desde então, deu-se a proliferação das tecnologias políticas que investiram o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar, de se morar, as condições de vida em suma: todo o espaço da existência humana. O biológico começou a se refletir no político. O poder passou a se encarregar da vida - “O homem, durante milênios, permaneceu no que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (Foucault, 1988, p. 134).

Para Rabinow e Dreyfus (1995), o poder sobre a vida é caracterizado pelo crescente ordenamento das pessoas em todas as esferas sociais sob o pretexto de desenvolver o bem estar dos indivíduos e das populações. Os autores destacaram que este ordenamento se revelou como uma estratégia, sem ninguém dirigi-la com todos os sujeitos cada vez mais emaranhados nela. Também esta estratégia teve como única finalidade o aumento da ordem do próprio poder. Além disso, o poder sobre a vida foi um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, na medida em que este sistema econômico somente pode ser garantido com a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos procedimentos econômicos. O surgimento do capitalismo exigia métodos de poder que fossem capazes de majorar as forças, as aptidões, a utilidade e a docilidade dos corpos e das pessoas em geral.

*“(...) O ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição*

*diferencial do lucro, foram, em grande parte, tornados possíveis pelo exercício do Biopoder em suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. Sabemos quantas vezes se colocou a questão do papel que uma moral ascética teria tido em toda a primeira formação do capitalismo; mas, o que se passou no século XIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, foi um outro fenômeno, talvez de maior amplitude do que esta moral que parecia desqualificar o corpo: foi nada menos do que a entrada da vida na história - isto é; a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas (...)" (Foucault, 1988, p. 132-133).*

O investimento político e de poder sobre os corpos estava ligado à sua utilidade econômica, de tal sorte que ele foi investido por relações de poder e dominação enquanto força de produção. A constituição do corpo como força de trabalho somente ocorre se ele está preso em um sistema de sujeição, ou seja, como destaca Foucault (1987), o corpo somente se torna útil se é concomitantemente corpo produtivo e corpo submisso. Esta sujeição se dá por meio de uma “tecnologia política do corpo”, caracterizada por um saber para controlá-lo, já que um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida, terá necessidade de mecanismos reguladores, contínuos e corretivos. Muito mais do que matar, um poder deste tipo tem de medir, qualificar, avaliar, hierarquizar. O que ele acaba por fazer é operar distribuições em torno da norma. A lei passa a funcionar cada vez mais como norma, o que acarreta uma sociedade normalizadora (Fonseca, 1995).

Foucault (1987) destaca que os procedimentos de poder sobre a vida são difusos, raramente formulados em discursos contínuos e sistemáticos, compondo-se, muitas vezes, de peças. Eles são, a bem da verdade, uma instrumentalização multiforme, sendo impossível localizá-los em um tipo específico de instituição ou em um aparelho de Estado, muito embora tanto instituições específicas quanto aparelhos de estado se utilizem deles - “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e forças” (Foucault, 1987, p. 26). Para submeter os

corpos, foram e são usados métodos “suaves” de trancar e corrigir as suas forças buscando sempre sua utilidade e docilidade. Isto é feito de forma direta e física sem ser violenta, já que a gestão dos corpos é calculada, organizada, tecnicamente pensada, sutil sem fazer uso do terror físico. Por isso, a submissão do corpo não é conseguida por meio do uso explícito de instrumentos de violência (Foucault, 1988).

Analisando a questão do Biopoder na obra do autor, Rabinow (1999) destaca que na sua análise da sociedade moderna, Michel Foucault diagnosticou o Biopoder enquanto a forma específica do saber de nosso tempo. O comentador aponta que esse poder pode ser definido como a maneira que tornou nossas práticas contemporâneas efetiva em uma ordem na qual o homem ocidental é visto como saudável, seguro e produtivo e que os desdobramentos deste tipo de poder nos oferecem um dispositivo para entendemos o tipo de seres humanos que somos hoje.

Foucault (1988) nos mostra que tal poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII em duas formas preponderantes: no adestramento do corpo para extrair o máximo possível de sua produtividade e na regulação das populações. Analisando a questão do poder sobre a vida no pensamento de Michel Foucault, Fonseca (2001, pg. 201) aponta que ele se organizou de forma concreta segundo dois eixos principais: o eixo das disciplinas e o eixo da biopolítica. No item seguinte, discorreremos sobre as disciplinas. No próximo capítulo, descreveremos a biopolítica.

### 3. 2. 1. As Disciplinas

O tema da disciplina surgiu nas obras do pensador a partir da sua aula inaugural no *Collège de France* denominada a Ordem do Discurso. Ela marca a passagem da Arqueologia para a Genealogia que vimos no capítulo 02 A principal obra na discussão deste tema foi Vigiar e Punir. O tema também foi discutido nos cursos que o pensador ministrou no *Collège de France* de 1971 até 1973 (*La volonté de savoir*, *Théories et institutions pénales* e *La société punitive*), além de ter sido tratado em um grupo de conferências que ocorreram no Brasil em 1973 que receberam o nome de A Verdade e as Formas Jurídicas (Foucault, 1999a).

Como vimos, a partir da época clássica, o corpo passou a ser, de forma mais clara, objeto e alvo do poder que buscava a sua docilidade. O corpo dócil é aquele que pode ser submetido e utilizado, transformado e aperfeiçoado (Foucault, 1987), transformando-se no corpo que pode produzir. O que realiza este processo são as disciplinas, caracterizadas essencialmente por serem uma arte do corpo humano

*“que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se, então, uma política das coerções que incluem o trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Está nascendo uma ‘anatomia política’, que é também igualmente ‘mecânica do poder’; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de econômicos de utilidade) e diminui estas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que podia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault, 1987, p. 119).*

O papel das disciplinas é dominar o corpo tornando-o dócil e produtivo, ao mesmo tempo em que diminui sua “utilidade” política, tornando-o obediente. Foucault (1999b) destaca que as disciplinas são um mecanismo de poder que controla o corpo social em seus elementos mais tênues: os indivíduos. Trata-se de uma técnica de poder cujo efeito é o de individualização e que responde as questões de como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar seus rendimentos, como multiplicar suas capacidades, como colocar seu corpo em um lugar que seja mais útil.

Trata-se de uma “anatomia política do detalhe”, pois o corpo se constituiu no principal alvo de um investimento político realizado por uma série de mecanismos que têm seu ponto de aplicação nas minúcias e sutilezas da existência física dos indivíduos<sup>26</sup>. Fonseca (2001) aponta que “por ‘disciplina’ deve-se entender, antes de tudo, uma tecnologia positiva do exercício do poder, um conjunto de táticas, um mecanismo estratégico a partir do qual se efetivam as relações de poder” (Fonseca, 2001, pg. 152).

Como discutimos anteriormente, Foucault (1987) defende que em toda e qualquer sociedade o corpo está submetido a relações de poder que lhe impõem limitações, obrigações ou proibições, porém, as técnicas de disciplina possuem algumas características que são novas nas limitações em impõem aos corpos, tais como: a escala do controle (não tratar do corpo “a grosso modo”, mas sim trabalhar sobre ele sem folga, exercendo uma correção constante e nos mínimos detalhes); o objeto do controle (a coação se faz sobre as forças do corpo); a modalidade (uma coerção ininterrupta e que se exerce esquadrinhando ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos). Assim, as disciplinas são os métodos que permitem o controle minucioso do corpo, realizando a sujeição constante de suas forças, impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade (Foucault, 1987).

Foucault (1987) defende que, desde o século XII, as disciplinarizações não pararam de ganhar campos cada vez mais vastos, buscando cobrir todo o corpo social. Elas já existiam nos conventos e exércitos, porém, no decorrer dos séculos XVII e XVIII tornaram-se fórmulas gerais de dominação. A necessidade de adestrar os corpos e gerir as populações ocasionou o desenvolvimento das instituições de disciplina<sup>27</sup> como escolas, colégios, casernas e o aparecimento, no terreno das práticas políticas e das observações econômicas, dos problemas relacionados com a natalidade, longevidade, saúde pública, habitação, migração.

---

<sup>26</sup> Cf. Fonseca (2001, pg. 171)

<sup>27</sup> As disciplinas foram encontradas, em sua forma “moderna” primeiramente nos colégios, depois nas escolas primárias, após isso investiram-se nos espaços hospitalares, sendo que sempre foram utilizadas e se impuseram para responder a problemas de conjuntura: disciplinar os alunos, os doentes, os loucos, a população para enfrentar doenças epidêmicas, etc. (Foucault, 1987).



Vale frisar que *as disciplinas* são diferentes de escravidão, já que não estão fundamentadas em uma relação de apropriação dos corpos; são diferentes da domesticidade, pois não é uma dominação ilimitada e estabelecida sob a forma singular da vontade do patrão; são diferentes da vassalagem, uma vez que ela não está relacionada com os frutos do trabalho e com rituais de obediência; são diferentes do ascetismo e das disciplinas monásticas, uma vez que as disciplinas não implicam obediência a outrem e não tem como foco principal renúncias de desejos do próprio corpo (Foucault, 1987).

Em primeiro lugar, as disciplinas distribuem os indivíduos no espaço. Muitas vezes, elas exigem a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Foucault (1987) mostra isso claramente ao analisar uma fábrica de 1777. As instalações da fábrica assemelhavam-se as de um convento ou a uma fortaleza; as portas somente abriam para os empregados entrarem e, depois da jornada de trabalho acabada, para aqueles que saírem. Neste intervalo, ninguém podia sair ou entrar, pois uma vez concentradas as forças de produção era importante retirar delas o máximo possível e neutralizar seus inconvenientes (interrupções de trabalho, roubos, etc). Foucault (1987) aponta que a clausura em si não é constante e tampouco indispensável e/ou suficiente aos aparelhos disciplinares, já que eles trabalham o espaço de maneira mais flexível e fina. Para tanto, usa em primeiro lugar o princípio da localização imediata ou quadriculamento: em cada lugar um indivíduo e cada indivíduo em seu lugar –

*“o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há de repartir (...) importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar”* (Foucault, 1987, p. 123).

No caso das fábricas, Foucault (1987) nos mostra que a questão do espaço foi um pouco mais complicada, já que, além de distribuir os indivíduos em um espaço onde ficassem isolados e localizados, também era importante articular esta distribuição em um aparelho de

produção que possui suas próprias exigências<sup>28</sup>. Na divisão do processo de produção, encontrava-se a decomposição de forma individualizada da força de trabalho, sendo que isso se deu com as repartições do espaço disciplinar.

Além de “quadricular” o espaço para as disciplinas aí se exercerem há, também, a regra das localizações funcionais, ou seja, codificar um espaço que a arquitetura deixa livre e pronto para vários usos, cuja função era não somente vigiar ou romper comunicações perigosas, mas também criar um espaço útil e produtivo (Foucault, 1987). Ademais, nas disciplinas, os indivíduos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série e a distância que o separa dos outros. A disciplina individualiza os corpos pela localização que lhes confere, mas os distribui e os faz circular em uma rede de relações. Elas criam espaços complexos que são ao mesmo tempo arquiteturais e funcionais ao organizar as celas, lugares e fileiras que garantem a obediência dos indivíduos e ao mesmo tempo garantem uma economia melhor dos gestos e do tempo. Assim, a primeira função das disciplinas é produzir “quadros vivos” que transformam as multidões inúteis e confusas em uma multiplicidade organizada para, a partir disso extrair dela o máximo possível (Foucault, 1987). Com isso, as disciplinas, aponta Foucault (1987), ligam o singular ao múltiplo. Elas são a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos, já que permitem a caracterização do indivíduo enquanto tal e colocam em ordem uma multiplicidade dada.

Foucault (1987) destaca alguns princípios temporais que servem ao controle da atividade e conseqüentemente à disciplinarização. O primeiro deles é o horário, pois as disciplinas buscam garantir a utilização máxima do tempo. A exatidão e a aplicação do horário são as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. O segundo deles é a elaboração temporal do ato, ou seja, busca-se definir um esquema anátomo-cronológico do comportamento: a ação é decomposta em seus elementos, define-se a posição do corpo, dos membros, das articulações, de tal sorte que para cada movimento é determinada uma direção, uma duração, uma amplitude. No final, o tempo penetra no corpo com todos os minuciosos controles do poder. Além destes dois princípios, o pensador aponta que o corpo e o gesto

---

<sup>28</sup> “É preciso ligar as distribuições dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade nas distribuições dos postos” (Foucault, 1987, p. 124).

são postos em correlação, já que o controle disciplinar impõe a melhor relação entre o gesto e a atitude global do corpo, configurando-se em sua condição de eficácia e rapidez<sup>29</sup>.

Foucault (1987) argumenta que a relação do corpo com o objeto também é estabelecida pelas disciplinas. Elas organizam uma economia positiva, colocando como princípio uma utilização exaustiva e crescente do tempo: a ordem é extrair do corpo o máximo possível em cada segundo. No que concerne ao tempo especificamente, quanto mais ele é decomposto, mais se pode acelerar uma dada operação. Sobre este tema, fica evidente que as disciplinas ao analisarem o espaço e decomponem e recompõem as atividades e tarefas, funcionam como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo por meio de quatro processos: dividir a duração do tempo em segmentos sucessivos, sendo que se ensina e se pratica cada coisa de uma vez e em forma de cadeia (no caso do exército ensinar primeiro a marcha, depois o tiro e assim por diante); organizar a sequência de forma analítica, de tal sorte que haja uma sucessão de elementos tão simples quanto seja possível e de forma crescente: do mais simples ao mais complexo; verificar se os indivíduos sabem realizar as funções a eles estipulados e, por fim, estabelecer séries de séries, ou seja, colocar cada um exercendo uma função de acordo com o seu nível, sua atividade, seu posto na atividade que lhe convém (Foucault, 1987).

Foucault (1987) destaca que colocar as atividades em série, possibilita um controle detalhado e uma intervenção pontual a cada unidade e momento do tempo. Tudo isso, deixa claro que o poder disciplinar se articula diretamente sobre o tempo, realizando seu controle e a partir disso garante a sua utilização máxima para extrair dele o máximo. Thompson (1967) em um artigo brilhante e clássico nos mostra isso, discutindo a relação entre tempo, disciplina de trabalho e industrialização capitalista. Ele argumenta que a grande difusão de relógios se deu na Inglaterra no momento exato em que a Revolução Industrial demandou uma grande sincronização do trabalho, inserindo o tempo no trabalho. A partir daí, o relógio se transformou no instrumento que regulava o ritmo da vida na sociedade industrial. Além disso, o autor destacou que nesse período surgiu a idéia de que tempo é dinheiro e que, por isso, dever-se-ia extrair o máximo possível de cada trabalhador em cada segundo. Thompson (1967) também mostrou que durante a Primeira Revolução Industrial as escolas

---

<sup>29</sup> “No bom emprego do corpo que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso e inútil: tudo deve ser chamado a chamar suporte do ato requerido (...). Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (Foucault, 1987, p. 130).

desempenharam um papel fundamental em disciplinar as pessoas. Elas naturalizaram em seus alunos o tempo-disciplina, fazendo com que eles entrassem nas indústrias já acostumados com isso.

Em suma, o exercício das disciplinas faz com que todos os corpos devam estar individualizados (quadricular o espaço) sob um mesmo teto; eles devem ser alvos de instrumentos de poder e técnicas de saber. Além disso, os corpos devem ser administrados e controlados de acordo com a possibilidade de se extrair o máximo no menor tempo possível e, para isso, o gesto e o corpo devem ser colocados em correlação. A exigência de produzir aparelhos eficientes, aponta Foucault (1987) , implica o corpo singular tornar-se um elemento que pode se colocar, mover e se articular com os outros, constituindo-se como uma peça. A combinação das peças exige um sistema preciso de comando (a ordem deve provocar o comportamento imediato requerido).

Como seria possível assegurar o exercício das disciplinas? O sucesso do poder disciplinar é garantido pelo uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a sua combinação em um procedimento específico: o exame. Discorreremos sobre cada um deles com mais detalhe.

Para a disciplina ser eficiente, há a necessidade de um dispositivo que obrigue os demais pelo jogo do olhar; um aparelho em que as técnicas que permitem visualizar induzam efeitos de poder e os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.

As instituições disciplinares, assim, produzem uma maquinaria de controle que funciona como um microscópio dos diversos comportamentos. As divisões analíticas por elas realizadas formam um aparelho de observação, registro e treinamento em torno dos homens. Nas fábricas, isso fica evidente, já que o controle se exerce em torno e ao longo de todo o processo do trabalho, tanto sobre a produção quanto sobre as atividades dos homens<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> “à medida que o aparelho de produção se torna mais importante e mais complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar torna-se, então, uma função definida, mas

A vigilância tornou-se um decisivo operador econômico, na medida em que foi uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar. Ela, segundo Foucault (1987), torna o poder disciplinar um sistema integrado que se organiza como um poder múltiplo, automático e também anônimo, repousando sobre os indivíduos e seu funcionamento. É o poder de uma rede de relações e olhares de cima a baixo, concomitantemente, de baixo para cima e lateralmente: nada escapa, pois tal rede de poder e olhares sustentam o conjunto e passa por ele por meio de efeitos que se apoiam uns sobre os outros e que nas palavras de Foucault (1987) geram

*“fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade: funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho interno que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controle continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente discreto, pois funciona permanentemente em grande parte em silêncio. A disciplina faz funcionar um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados (...)”* (Foucault, 1987, p. 148).

Pelo que acabamos de mencionar, Foucault percebe as instituições disciplinares como uma maquinaria que circunscreve todos os seus membros, tanto naqueles que estão em posição de exercer o poder quanto naqueles sobre os quais o poder é exercido por meio da vigilância. (Foucault, 1979d).

Assim, não há bons e maus, detentores de poder e pessoas sem poder, dominadores e dominados; todos estão imersos nesta teia de poder e são por ela controlados e submetidos

---

*deve fazer parte integrante do processo de produção; deve duplicá-lo em todo o seu comprimento. Um pessoal especializado torna-se indispensável, constantemente presente e distinto dos operários”* (Foucault, 1987, p. 146).

pelos olhares; não podemos dizer que alguns estão no comando dos outros, mas sim que, no limite, todos estão submetidos ao poder.

Além da vigilância, a sanção normalizadora existe em todos os sistemas disciplinares. Ela é um pequeno mecanismo penal beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas próprias leis, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. Há nelas, assim, toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências), da maneira de ser (grosseira, desobediência), da atividade (desatenção, falta de zelo), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes), da sexualidade (imodéstia, indecência) (Foucault, 1987). A punição para os “deslizes” tipificados se dá por uma série de processos sutis que vão desde ínfimos castigos físicos até pequenas humilhações. A sua importância está em fazer com que toda e qualquer falta seja punida no momento em que ocorrer, com exatidão, tornando penalizáveis as infrações mais tênues e as corrigindo no momento em que acontecem. Não há tolerância. Porém, a punição na disciplina não se expressa somente de forma negativa, ela também recompensa as atitudes desejadas, normais. Desta maneira, percebemos que a sanção tem por base um sistema gratificação-sanção, gerando uma qualificação dos comportamentos e atitudes das pessoas em torno do pólo positivo e pólo negativo, entre o desejado e o indesejado. A partir disso, os aparelhos disciplinares hierarquizam os bons e os maus indivíduos: os tidos como bons são promovidos subindo na hierarquia e nos lugares; os tidos como maus estagnam e são punidos. O próprio sistema de classificação dos indivíduos vale como punição ou recompensa.

Agindo da forma que descrevemos, a essência da punição no seio dos aparelhos disciplinares é a normalização dos seus integrantes, ou seja, fazer com que todos funcionem de acordo com as regras estabelecidas e que os desviantes sejam punidos no momento em que praticam seus atos e que os “normalizados” sejam recompensados. Sua essência é a de adequar as pessoas a uma norma pré-estabelecida - “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeneizada. Em uma palavra: ela normaliza” (Foucault, 1987, p. 153). Assim, a disciplina tem como dicotomia básica o normalizado/não-normalizado.

Assim, as disciplinas normalizam, ou seja, elas diferenciam os indivíduos em função de uma norma estabelecida. Sobre a norma disciplinar, Fonseca aponta que:

*“(...) Quanto à norma disciplinar pode-se dizer que seja fundamentalmente um critério de comparação e de constituição das individualidades. Ela diferencia os indivíduos um em relação aos outros, em função de uma regra interna ao conjunto que estes fazem parte. Essa regra aparece como uma média, uma medida a ser respeitada. A disciplina permite, por meio da norma, medir-se ‘o lugar’, ‘o valor’ de cada indivíduo em relação à média do grupo em que está inserido. (...) A norma disciplinar, portanto, é um critério de medida que se deve observar, uma medida que permite que se separe, no interior de um grupo determinado, duas categorias (talvez fosse mais apropriado dizer dois ‘estados’) de indivíduos: os indivíduos ‘normais’, que são aqueles que coincidem com o perfil estabelecido por essa medida, e os indivíduos ‘anormais’, que são aqueles que, de algum modo, se afastam desse perfil (...)” (Fonseca, 2001, pg. 178).*

Desta forma, a função das disciplinas é distinguir os “normais” dos “anormais” e corrigir os segundos.

Depois de discorrermos sobre a vigilância e a sanção normalizadora, passaremos a analisar o último dos instrumentos, que é apontado por Foucault como aquele que possibilita o sucesso da disciplina: o exame.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as sanções que normalizam, configurando-se como um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade por meio do qual eles são diferenciados entre os demais e sancionados de acordo, no mais das vezes, com seu aprendizado. Por isso, em todos os mecanismos disciplinares o exame é altamente ritualizado:

*“Nele vêem-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se*

*sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o brilho visível” (Foucault, 1987, p. 154).*

Podemos perceber o papel do exame na liberação epistemológica da medicina<sup>31</sup>, já que ele foi uma das condições essenciais para esta liberação, na medida em que no final do século XVIII o hospital foi organizado como um aparelho de “examinar”. A função do exame, no âmbito da medicina, estava mais evidente no ritual da visita aos pacientes, destaca Foucault (1987). Da mesma forma, analisa Foucault (1987), a escola tornou-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha o ensino. Neste caso, o exame é representado pelas provas, chamadas orais, etc. Destaca-se que aquele que se comportada de acordo com as regras, é recompensado e o que não o faz, é punido. O bom aluno sempre tira notas altas, já o que não demonstra aprendizado, em épocas remotas, podia até ser punido com a palmatória.

O exame, neste mecanismo, é a técnica e cerimônia que objetiva o poder disciplinar, já que possibilita a disciplina captar seus “alvos”. Ele faz a individualidade dos alvos das disciplinas entrar em um campo documentário, sendo que o seu resultado é um arquivo cheio de detalhes e minúcias constituído a partir das informações captadas ao longo dos dias daqueles que são alvos das disciplinas. O prontuário médico, o boletim da escola ou o diário de classe são grandes exemplos. Assim, além de colocar os indivíduos em um campo de vigilância, o exame também os coloca em uma rede de anotações escritas, em uma grandiosa quantidade de documentos que captam e fixam os indivíduos, ou seja, o exame gera um saber sobre os indivíduos.

A partir daí, constitui-se uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever e individualizar os traços dos indivíduos e também descrever o padrão e a norma de como todos devem agir. Graças a todo este aparelho de escrita que acompanha o exame, destaca Foucault (1987), abrem-se duas possibilidades interrelacionadas: a constituição do indivíduo como objeto descritível e analisável, que mantém seus traços singulares e suas aptidões e capacidades próprias sob o controle de um saber permanente e,

---

<sup>31</sup> Foucault tratada da questão da medicina na obra O Nascimento da Clínica.



também, a constituição de um sistema de comparação que possibilita a caracterização de indivíduos, a comparação dos indivíduos entre si e a sua distribuição em uma “população”.

O mais interessante do exame, destaca Foucault (1987), é que ele faz de cada pessoa um caso que concomitantemente é um objeto para o conhecimento e um alvo para o poder. Enquanto caso, a pessoa pode ser descrita, mensurada, medida e comparada a outras e a si própria, gerando a noção da pessoa que deve ser treinada, retreinada, classificada, normalizada ou excluída. Assim, esta descrição da pessoa se transformou em um método de controle.

O grande papel do exame, dentro das disciplinas, é dizer, é criar a verdade das pessoas que analisa, para, a partir daí, distribuí-las e organizá-las segundo suas aptidões. Podemos notar isso retomando aos exemplos dos boletins escolares, dos prontuários médicos e até mesmo dos programas de avaliação de desempenho das empresas. A partir da verdade que o exame cria: nota acima ou abaixo da média, doente ou são, “*high potential*” ou “*low potential*”; os indivíduos são agraciados ou penalizados.

Foucault (1987) afirma que o exame está no centro dos processos que constituem as pessoas como efeito e objeto de poder e enquanto efeito e objeto de saber, sendo ele a técnica que combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, ao realizar as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e dos tempos e de composição perfeita das aptidões.

No contexto das disciplinas, Foucault (1979d) destaca que a opinião tem também um grande papel disciplinar. O que está por trás do exame se não a opinião da pessoa que o realiza? Além disso, partindo-se do pressuposto que as relações de poder auxiliam na constituição da subjetividade das pessoas e que as opiniões são uma expressão destas relações percebe-se que ela tem um forte componente disciplinar.

Podemos notar uma diferença fundamental entre o inquérito, que descrevemos anteriormente e que foi peça fundamental na mudança do regime dos suplicios para o regime das punições, e o exame, que é um dos possibilitadores fundamentais da disciplina. O saber que o exame gera não tem por característica determinar algo que aconteceu no

passado, perguntar quem fez e porquê, mas sim, determinar se a pessoa se conduz ou não como deve, se ele age conforme as regras determinadas, se ela se ordena em torno da norma, se é normal ou não. O exame é a forma poder/saber que deu lugar não às grandes ciências da observação como foi o caso do inquérito, mas ao que chamamos Ciências Humanas: Sociologia, Psicologia, etc (Foucault, 1999a). Foucault (1987) destaca que as ciências sobre os homens somente se tornaram possíveis quando entrou em funcionamento a tecnologia do poder disciplinar

*“O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tornou lugar do ancestral, e a medida do lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma nova anatomia política do corpo”* (Foucault, 1987, p. 161).

A partir da utilização das disciplinas nasceu o homem do humanismo moderno (Foucault, 1987), ou seja, o homem de hoje foi e é constantemente gerado e regrado pelas disciplinas. A este respeito, Machado (1979) destaca que

*“A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada - o homem - como produção do poder. Mas também e ao mesmo tempo como objeto do saber”* (Machado, 1979, p. XX).

Em suma: a ação do poder disciplinar relaciona-se com a vigilância hierárquica quem tem em seu cerne uma máquina “dos olhares calculados”; as punições que têm por essência a normalização e o exame que constitui o indivíduo como objeto descritível, analisável e que relaciona a vigilância hierárquica e a punição.

Foucault (1987) apresenta o modelo compacto do dispositivo disciplinar como sendo o

*“(...) espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde os menores acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos (...)” (Foucault, 1987, p. 163).*

### 3.2.1.1 – A arquitetura do funcionamento das disciplinas: o Panóptico

O modelo compacto do dispositivo disciplinar é representado de forma arquitetural pelo Panóptico de Bentham. O Panóptico serve também como a grande caricatura deste poder. Passaremos a descrever o Panóptico.

A forma do Panóptico é largamente conhecida e divulgada: uma torre que possui largas janelas que se abrem sobre a face interna de um anel que rodeia esta torre. O anel está dividido em celas que atravessam todo o edifício. Cada cela tem duas janelas: uma voltada para o interior e outra para o exterior. As janelas permitem que a luz atravesse a cela de fora a fora. Coloca-se um vigia na torre central e as pessoas que se deseja corrigir nas celas. Pelo efeito da luz, o vigia sempre consegue ver as pessoas e elas nunca conseguem ver o vigia. Por isso, o detento nunca sabe se está ou não sendo vigiado, mas tem a certeza de que pode estar sendo.

*“o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce. Enfim, que os detentos se encontrem presos em uma relação de poder que eles mesmos são portadores”*  
Foucault (1987, p. 166).

Ou seja, a característica mais importante do Panóptico é propiciar, por meio da visibilidade constante sobre todos, o funcionamento do poder disciplinar de forma automática e

anônima maximizando a vigilância. O mais interessante é que os “detentos” estão submetidos numa relação de poder em que eles mesmos são os portadores do poder. Foucault ainda assegura que “É ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco porque o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente” (Foucault, 1987, p.197). Percebemos aqui que não há a necessidade do vigia; o importante é que todos se sintam vigiados. A importância deste dispositivo está em deixar o poder automático e em desindividualizar o seu exercício. Não interessa quem exerce o poder. Para o autor, “Quanto mais numerosos estes observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumenta para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado” (Foucault, 1987, p. 167); no limite todos podem vigiar e ser vigiados por todos.

O Panóptico, em suma, é uma máquina que, a partir dos desejos mais diversos, produz efeitos homogêneos de poder (Foucault, 1987).

A submissão nasce de forma mecânica a partir de uma relação fictícia. Não é necessário recorrer à violência e à força para garanti-la

*“ Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve-se em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer afrontamento físico e está sempre decidida por antecipação ” (Foucault, 1987,p. 168)*

Antes de ser o dispositivo arquitetônico do modelo disciplinar, o panóptico é um intensificador importante para qualquer aparelho de poder, assegurando sua economia (em pessoal, material e tempo); sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos (Foucault, 1987).

A partir da análise dos cursos de Foucault no *Collège de France*, Fonseca (2001) aponta que para Foucault as instituições disciplinares realizam na sociedade capitalista algumas funções de seqüestro. A primeira delas seria o ajuste do tempo da vida dos indivíduos ao tempo do trabalho, a segunda delas seria a plurifuncionalidade destas instituições, já que embora apareçam como monofuncionais (ensinar, curar, produzir) ela acabaram por tomar o controle direto ou indireto de toda a existência. Por fim, para poder controlar de forma efetiva a existência e o tempo dos indivíduos ela inclui uma instância de julgamento fazendo com que todos no interior destas instituições sejam submetidos a constantes julgamentos gerando punições e recompensas.

### 3.2.1.2 A Sociedade Disciplinar

Nos dispositivos disciplinares, todas as instâncias de controle individual, de acordo com Michel Foucault (1987), funcionam segundo um modo duplo: o da divisão binária e da marcação (normal-anormal) e também da determinação coercitiva e da repartição diferencial (quem é a pessoa, onde ela deve estar; como caracterizá-la, etc).

Apontamos anteriormente que as instituições disciplinares não pararam de ganhar campos cada vez mais vastos desde o século XII . Apontamos também que elas foram encontradas, em sua forma “moderna” primeiramente nos colégios, depois nas escolas primárias, após isso se investiram nos espaços hospitalares, nas fábricas, de tal sorte que sempre foram utilizadas e impuseram-se para responder a problemas de conjuntura: disciplinar os alunos, os doentes, os loucos, a população para enfrentar doenças epidêmicas, os empregados para produzir, etc. Estas instituições foram se tornando cada vez mais o modelo das instituições sociais, deixando de ser a exceção para ser a regra, ocasionando uma generalização disciplinar no decorrer da Era Clássica. Todavia, a multiplicação destas instituições representa somente as formas mais visíveis de diversos processos muito mais profundos.

Dentre estes processos podemos destacar a mudança de enfoque das disciplinas, já que antes cabia a elas o papel de neutralizar os perigos, fixar as populações inúteis ou agitadas, corrigir os desviantes. Depois, seu papel passou a ser de aumentar ao máximo possível a utilidade dos indivíduos, funcionando cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis. Por este fato, podemos entender sua aplicabilidade cada vez maior na

sociedade, especialmente nas funções que requerem maior produtividade e “utilidade”, como a produção manufatureira e a transmissão dos conhecimentos.

Destaca-se também a ramificação dos mecanismos disciplinares, uma vez que eles saíram das fortalezas fechadas em que funcionavam e passaram a circular em estado “livre”, decompondo-se em processos flexíveis de controle que podiam transferir e adaptar. As disciplinas, destaca Foucault (1988), não podem ser identificadas com uma instituição tampouco com um aparelho específico; devemos entendê-la de uma forma mais global, sendo um tipo de poder e uma modalidade para poder exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, técnicas, e procedimentos, além de níveis de tecnologia como vimos até aqui.

A irradiação deste poder no tecido de nossa sociedade não parou de ganhar ímpeto desde a Época Clássica. A bem da verdade, na opinião de Foucault, nossa sociedade é, em sua essência, disciplinar.

*“Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis (...) A sociedade disciplinar; no momento de sua plena eclosão, assume ainda com o Imperador do velho aspecto do poder do espetáculo. Como monarca ao mesmo tempo usurpador do antigo trono e organizador do novo Estado, ele recolheu uma figura simbólica e derradeira todo o longo processo pela qual os faustos da soberania, as manifestações necessariamente espetaculares do poder apagaram-se um por um no exercício cotidiano da vigilância, num panoptismo em que a penetração dos olhares entre cruzados há de em breve tornar inúteis a águia e o sol”* (Foucault, 1987, p. 179).

A formação desta sociedade está ligada a uma vasta gama de processos históricos estritamente relacionados com processos econômicos, jurídicos, políticos e científicos no interior dos quais o poder disciplinar teve cada vez mais lugar. Dentre estes processos devemos destacar a grande explosão demográfica do século XVIII; o crescimento do

aparelho de produção, ficando cada vez mais extenso e complexo e que deve ter a rentabilidade máxima para garantir a sua manutenção.

Esses dois processos, destaca Foucault (1984), não podem ser separados

*“não teria sido possível resolver o problema da acumulação dos homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e de utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornaram útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleraram o movimento de acumulação de capital”* (Foucault, 1987, p. 182).

O pensador prossegue seu raciocínio afirmando que a disciplina constituiu a célula de poder no interior da qual a separação, coordenação e controle das tarefas foram impostas. Assim, dando força ao que discutimos anteriormente, o pensador considera que o crescimento da economia capitalista foi o facilitador e o causador, ao mesmo tempo, da difusão do poder disciplinar na sociedade<sup>32</sup> moderna (séc. XIX e XX).

### 3.2.1.3 Poder disciplinar como produtor da individualidade

Vimos em alguns pontos discutidos anteriormente que o poder não é encarado por Michel Foucault como essencialmente repressivo e punitivo. A análise das disciplinas deixa muito claro que nessa configuração o poder tem um papel essencialmente produtor: produtor de corpos dóceis. Machado (1979) analisando este fato aponta que:

*“A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinar desempenharam nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral ou político e pensamos na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses principais da Genealogia do poder: o poder é produtor da individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber”* (Machado, 1979, p. XIX).

Ainda a este respeito, Foucault afirma que:

---

<sup>32</sup> Para aqueles que se interessarem pelo papel do poder disciplinar na afirmação da burguesia como classe política dominante veja Foucault (1987, p.182-184)

*“(...) O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica do poder que se chama a “disciplina”. Temos de deixar de descrever os efeitos do poder em termos negativos<sup>33</sup>: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade, ele produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter originam nessa produção (...)” (Foucault, 1987, p. 161).*

Machado (1979) argumenta que compreender a tese de que o indivíduo é efeito do poder, que sua individualidade é também um efeito de poder, é entrar no cerne da disciplina. Além da verdade, como mencionamos anteriormente, as análises genealógicas de Foucault não apresentam o indivíduo como um elemento que existe em comunidade nos vários períodos históricos, não podendo ser considerado algo inerte que fosse anterior ou exterior às relações de poder pelas quais ele seria atingido, submetido, atingido e destruído. A ideia aqui é a de que o indivíduo não possui uma essência desvinculada da história e da sociedade em que vive.

Foucault (1999a) analisa que, geralmente na filosofia ocidental e especialmente no marxismo, as relações de força, as condições econômicas, as relações sociais são dadas previamente ao sujeito e estas se impõem a um sujeito do conhecimento que passaria a ter a sua essência “deturpada”. O sujeito é postulado como fundamento e núcleo central de todo o conhecimento, como aquilo em que e a partir de que a liberdade é revelada e a verdade parecia surgir (Foucault, 1999a). Neste sentido, Machado (1979) aponta que se tornou hábito explicar o poder capitalista como algo que descaracteriza, massifica, destrói o indivíduo.

Para Michel Foucault, a constituição do sujeito não é dada definitivamente e o indivíduo não é destruído pelo poder. O poder disciplinar não o destrói, mas sim o fabrica. Desta forma, o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado. Para Foucault, o indivíduo é um dos mais importantes efeitos do poder. Foucault (1987, 1988 e

---

<sup>33</sup> O termo “negativo” é utilizado em sua conotação jurídica e não moral.



1999a) considera que o sujeito se constitui na história e é a cada instante fundado e refundado por ela. Ele se constitui historicamente a partir das relações de poder, dos regimes de verdade e dos discursos que sustentam estas relações. As condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou obstáculo para o sujeito, mas Foucault aponta que a partir destas condições se formam os sujeitos do conhecimento e, por consequência, as relações de verdade (Foucault, 1999a)

*“ Não se deveria dizer que a alma é ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torna, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados, e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a sua existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo, de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre esta realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificadas; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de sujeição bem mais profunda dele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça de uma anatomia política: a alma, prisão do corpo” (Foucault, 1987, p.29).*

Podemos notar este aspecto já no regime das punições que apresentamos no capítulo anterior. A punição buscava gerar uma transformação no comportamento do criminoso e para que esta transformação fosse possível ocorreu a formação de um saber dos indivíduos:

*“Organiza-se todo um saber individualizante que toma como campo de referência não tanto o crime cometido (pelo menos em estado isolado) mas a virtualidade de perigos contida num indivíduo que se manifesta no comportamento observado cotidianamente. A prisão funciona aí como um aparelho de saber (...) não se pune para apagar um crime, mas para transformar o culpado (atual ou virtual)”* (Foucault, 1987, p. 104).

Neste contexto, “a correção individual deve então realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito, pelo reforço dos sistemas e dos sinais e das representações que o fazem circular” (Foucault, 1987:106). E como o aparelho da penalidade funcionaria para requalificar o indivíduo infrator?

*“O aparelho da penalidade corretiva age de maneira totalmente diversa. O ponto da aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos. O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos formam o elemento que agora é proposto à intervenção punitiva. Mais do que uma arte da representação, ela deve repousar sobre uma manipulação refletida do indivíduo”* (Foucault, 1987, p.106).

Ou seja, a prisão e seus mecanismos não agiam somente sobre o corpo, mas também sobre a “alma”, ou melhor, sobre o que comanda e constitui o corpo: sua individualidade para torná-la submissa e evitar que o indivíduo voltasse a ser criminoso, buscando criar um sujeito obediente

Com base em Foucault, Machado (1979) explica como o indivíduo acaba por surgir a partir da disciplina “atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadrinhamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder” (Machado, 1979, p. XIX). Portanto, além do papel do regime das prisões na “requalificação” dos condenados, é legítimo afirmar, pelo que acabamos de discutir, que todos os demais aparelhos disciplinares também acabam por construir os indivíduos. Assim, as escolas, as empresas, os manicômios, como instituições

disciplinares, buscam docilizar o corpo e a individualidade de seus membros para poder “corrigi-los” e extrair deles o máximo possível.

À medida que os mecanismos disciplinares realizam suas funções, a individualidade vai tomando suas formas, recebendo suas marcas e encontrando as características que determinarão suas possibilidades e, também, seus limites (Fonseca, 1995). A disciplina produz, a partir dos corpos que são por ela controlados, uma individualidade dotada de quatro características: celular, orgânica, genética e combinatória. Ela é celular devido ao jogo de repartição espacial, ou seja, devido ao quadriculamento do espaço a que cada indivíduo está associado, formando uma individualidade única ligada à cadeira escolar, ao seu leito hospitalar, à sua máquina na indústria, por exemplo. A individualidade celular também é orgânica, já que está codificada em todas as suas atividades. O indivíduo moderno é colocado em funcionamento por meio de um complexo produtivo, não sendo constituído para viver à distância, mas sim para compor organicamente este complexo. Assim, por individualidade orgânica, Foucault designa o indivíduo moderno, produzido para ser ativo e útil e integrante de diferentes quadros de produção, já que cada um dos seus atos é medido e utilizado. Além de celular e orgânica, esta individualidade se mostra genética por ser o meio que permite a acumulação do tempo visando sua maior rentabilidade. Como descrevemos anteriormente, os mecanismos disciplinares adicionam e capitalizam o tempo por meio da possibilidade de articular proveitosamente as articulações temporais de cada um dos atos, bem como dos atos correlacionados. O indivíduo permite a acumulação e o armazenamento das durações temporais. Esta individualidade genética é capaz de reter tais durações temporais, articulá-las e transmiti-las a outras atividades. Deste fato provém sua designação de genética. Por derradeiro, essa individualidade é combinatória, já que o seu possuidor não é constituído para ser levado em conta isoladamente, mas sim como um indivíduo que inserido nos mecanismos disciplinares deve ser considerado como um componente de conjunto (Foucault, 1987; Fonseca, 1995)

Analisando a constituição do sujeito na Genealogia de Foucault, Fonseca (1995) destaca que, inserida no conjunto analisado, a individualidade adquire seu significado. Ela não é um fim, ela é um meio para a realização de uma finalidade e enquanto tal ganha significado desde que articulada com as outras. Há de se destacar que, contrariamente à idéia de

massificação, que faz desaparecer as diferenças individuais, o poder disciplinar distingue individualidades. Os mecanismos da disciplina produzem cada indivíduo, elaboram sua história e a arquivam, distribuem-nos no espaço de forma particularizada, elaboram suas atividades, controlam e relacionam seu tempo e os combinam com outros indivíduos. O indivíduo moderno possui uma identidade da qual depende suas marcas de utilidade e docilidade. Neste período das disciplinas, todo indivíduo é singularizado, tendo o status de ser possuidor de uma identidade que trás a marca da utilidade e da docilidade (Fonseca, 1995). Assim, as escolas produzem os estudantes, as fábricas os trabalhadores, as prisões os delinqüentes, os manicômios a loucura, etc.

Quando discutimos o poder sobre a vida neste capítulo, vimos que Foucault (1988) nos mostra que tal poder se desenvolveu a partir do século XVII em duas formas preponderantes: no adestramento do corpo para extrair o máximo possível de sua produtividade e na regulação das populações, a denominada biopolítica, que será o tema do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 04

### A BIOPOLÍTICA E A GOVERNAMENTALIDADE

#### **Introdução**

O objetivo deste capítulo é discutir a biopolítica. A série “mecanismos de segurança – população – governo” constitui o campo daquilo que podemos designar pelo termo em questão (Fonseca, 2001, pg. 194). A análise da biopolítica pela analítica do poder de Michel Foucault acarreta um deslocamento dentro do eixo do poder que apontamos, com base em Ortega (1999), na apresentação da Genealogia no capítulo 02. Para Fonseca (2001, pg. 194), ocorre uma ampliação dos campos e dos domínios sobre os quais Michel Foucault fez incidir suas análises sobre o poder. Assim, em sua analítica do poder, Michel Foucault primeiro analisou os mecanismos disciplinares, foco do capítulo anterior, e com os trabalhos sobre a biopolítica ampliou, mais uma vez, seu campo de análises sobre o assunto.

Para cumprir o objetivo do capítulo, no próximo item apresentaremos a biopolítica no pensamento do autor e, na segunda parte deste capítulo, focaremos a governamentalidade. Por fim, com base nas discussões realizadas no capítulo anterior e neste, discutiremos como as disciplinas e a biopolítica deram subsídios ao pensamento do autor para analisar as relações entre poder e saber e poder e verdade.

#### 4.1. A Biopolítica no Pensamento de Michel Foucault.

O tema da biopolítica aparece na obra de Foucault tanto no primeiro volume da História da Sexualidade: a vontade de saber (Foucault, 1988) quando no curso Em Defesa da Sociedade (Foucault, 1999f), publicado em francês e português. Os cursos inéditos *Sécurité, territoire, population* (1978), *Naissance de la biopolitique* (1979) e parte do curso *Du gouvernement des vivants* (1981) também versaram sobre o assunto (Fonseca, 2001).

Foucault argumenta que a partir da segunda metade do século XVIII começou a surgir na sociedade uma nova técnica de biopoder que não se dirigia ao corpo dos indivíduos separadamente, a exemplo da disciplina, mas sim ao homem como espécie (Foucault,

1999f, pg. 289). Para Michel Foucault, o homem como espécie se constituiria pela formação da massa global que é afetada por efeitos de conjunto próprios da vida: o nascimento, a morte, a produção, as doenças e tais efeitos podem ser regulados (Foucault, 1999f).

Esta biopolítica é um terceiro mecanismo de poder que difere dos anteriormente discutidos na analítica do poder. Para recordar, um primeiro mecanismo discutido e problematizado por Foucault foi o “jurídico discursivo”, que agia gerando exclusões; o segundo mecanismo, o disciplinar, incluía as individualidades no interior de um espaço atravessado por procedimentos de vigilância e controle, permitindo uma forma específica de normalização; o terceiro mecanismo, o da biopolítica, foca um conjunto de processos “populacionais”<sup>34</sup>, tais como: a proporção dos nascimentos e dos óbitos, as taxas de reprodução, de natalidade, a fecundidade de uma população, etc. Estes processos constituíram-se nos primeiros objetos de saber e nos primeiros alvos de controle desta biopolítica<sup>35</sup> (Foucault, 1999f). Com ela, implementaram-se as medições estatísticas dos fenômenos populacionais, ou seja, as primeiras demografias. Desta forma, esta biopolítica era o conjunto de mecanismos pelos quais os traços biológicos fundamentais da espécie humana puderam entrar no interior de uma estratégia geral de poder.

Analisando a biopolítica na obra de Foucault, Fonseca (2001) destaca que os mecanismos de segurança atuam sob um certo número de dados materiais, buscando majorar os elementos positivos e minimizar os negativos, tanto atuais quanto futuros.

A princípio, os mecanismos de segurança cuidaram dos fenômenos de natalidade e mortalidade populacional. Pela primeira vez na história, o foco não era mais as epidemias populacionais, mas sim, as endemias, ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração e a intensidade das doenças que sempre estão presentes em uma população dada: doenças

---

<sup>34</sup> “Eu lhes assinalo aqui alguns pontos a partir dos quais se constituiu esta biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder” (Foucault, 1999f p.292).

<sup>35</sup> Fonseca (2001, pg. 210) destaca que para Michel Foucault a soberania se exerce dentro dos limites de um território, a disciplina dentro do corpo dos indivíduos e as seguranças sobre o conjunto de uma população. Para uma comparação extremamente interessante realizada por Michel Foucault em um de seus cursos inéditos entre esses três modelos, veja: Fonseca (2001 pgs. 210-213).

difíceis de serem eliminadas, doenças que causam a subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixas de energias, custos econômicos. Ou seja, o primeiro objeto dos mecanismos de segurança foram as doenças enquanto fenômenos da população. Foram estes os fenômenos levados em conta no final do século XVIII e que introduziram uma medicina da higiene pública e da medicalização da população (Foucault, 1999f).

Com o passar do tempo, a biopolítica interveio em um conjunto de outros fenômenos que causavam problemas de produtividade à população, tais como: a velhice, os altos índices de acidentes, etc. Dentro desta perspectiva e função, o Estado passou a ser o coordenador e administrador de mecanismos de seguros, de poupanças individuais e coletivas; de seguridade social em geral. Outro domínio que a biopolítica interveio, no final do século XVIII e início do XIX, foi a relação entre a espécie humana e o seu meio de existência, seu meio geográfico, climático, hidrográfico, etc., bem como a sua relação com o espaço em que ela vive: as cidades. Posteriormente, a biopolítica passou a encampar os mais diversos domínios, sempre tendo em foco o ajuste e a regulação da espécie humana (Foucault, 1999f).

A partir desta perspectiva e da análise das populações, Foucault considera que há vários aspectos importantes. O primeiro deles é o surgimento de um novo elemento: o corpo social. As teorias de direito e as próprias disciplinas conheciam o indivíduo. A biopolítica lida com a população enquanto um problema tanto científico quanto político: como problema biológico e como problema de poder. Nota-se, a partir desta preocupação, o surgimento da noção de população como um conjunto de seres vivos coexistentes que apresentam traços patológicos e biológicos particulares e que, por isso, dizem respeito a técnicas e saberes específicos relativos às suas peculiaridades. O segundo deles é a natureza dos fenômenos que são levados em consideração. Fenômenos muitas vezes aleatórios e imprevisíveis tomados individualmente, mas que no plano coletivo são decifráveis e possíveis de se estabelecer. O terceiro aspecto importante destacado por Foucault é que o biopoder implementou mecanismos de medições globais para poder intervir e realizar modificações no nível das determinações dos fenômenos globais. Trata-se, sobretudo, de estabelecer mecanismos reguladores, que colocam um equilíbrio, mantém uma média e, nas palavras de Foucault procuram:

*“estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de providência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida (...) mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo: de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”* (Foucault, 1999f, p. 293 e 294).

No caso específico da regulação das populações, na administração de seus movimentos, tanto internos quanto externos, o corpo foi transpassado pela mecânica do ser vivo e encarado como o suporte de procedimentos biológicos. Tais procedimentos foram assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores para os fazer variar, formando uma biopolítica das populações como tentativa de gerir a vida. O que está por trás da biopolítica é a tentativa de racionalizar e ordenar os fenômenos próprios de uma população (Foucault, 1999d). Assim, a biopolítica é uma forma de poder que intervém, sobretudo, para aumentar a vida, controlando seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências globais. Ela age tentando regular a população.

Analisando a questão da normalização biopolítica em Foucault, por meio do acesso que obteve a cursos inéditos do autor, Fonseca (2001, pgs. 215 e 216) destaca que a biopolítica também pratica uma normalização, mas que diferentemente das disciplinas, se dá por meio de mecanismos de regulação, ou mecanismos de segurança, que atuam sobre os processos da vida de uma dada população. O que ela procura fazer é agir sobre uma população, não a partir de uma norma pré-determinada como no caso das disciplinas, mas combater certas normalidades vistas como mais desviantes em relação ao que se poderia definir como uma “curva normal geral”. Nestes mecanismos de segurança há, em primeiro lugar, uma localização das diferentes curvas de normalidade, ou seja, extrai-se do próprio comportamento da população o “normal” e o “anormal”. A normalização será feita analisando as diferentes distribuições de normalidade, umas em relação às outras. Os mecanismos de segurança procurarão conduzir as curvas desfavoráveis a estados mais favoráveis. Como podemos perceber, nestes mecanismos o normal vem antes e a norma é deduzida a partir dele. Primeiro, são estudadas as diferentes curvas de normalidade e



somente depois se fixa a norma. Esta norma será sempre específica para um grupo determinado (uma dada população) em relação a uma situação determinada (por exemplo, uma doença), isto se dará a partir de uma série de condições. Especificamente, as biopolíticas põem em operação um tipo específico de normalização, além de colocar um novo corpo como alvo do poder: a população.

Vale destacar que a noção de população começou, a partir do século XVII, a ser considerada, não como uma simples soma de sujeitos que vivem em um território, mas como uma variável dependente de um certo número de fatores que não são exclusivamente naturais (o sistema de impostos, a atividade de circulação, por exemplo, são determinantes essenciais da taxa de população). Tais variáveis podem ser analisadas racionalmente, de tal sorte que a população possa surgir naturalmente como dependente de fatores múltiplos que podem (e devem) ser racionalmente modificados. A população não era mais concebida como um conjunto de braços destinados ao trabalho ou como uma coleção de sujeitos de direito, mas sim como um conjunto de elementos que se vinculam ao regime geral dos seres vivos (população dizendo respeito à espécie humana) e que, por outro lado, dá vazão a intervenções articuladas (Foucault, 1987). Além disso, a população configurou-se, assim como princípio da dinâmica do poder do Estado, vista como um elemento que condiciona outros elementos, porque é ela que fornece mão-de-obra para todas as atividades dentro de um dado Estado. A população é o princípio de riqueza e força produtiva de qualquer governo e aparato de produção. Ela também passou, a partir do século XVIII, a ser encarada como objeto técnico-político de uma gestão. Devido a importância da população para o poder do Estado, buscou-se “a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (Foucault, 1999f, pg. 297). Como ela é constituída por diferentes indivíduos, cujos comportamentos não podem ser previstos de forma exata, ela possui uma naturalidade que não pode ser gerida de forma total e absoluta.

Michel Foucault apontou que os mecanismos de segurança possuem características específicas: lidam com uma série de eventos possíveis e prováveis, avaliam por meio de cálculo de custos comparativos e não prescrevem uma demarcação binária entre permitido e proibido, mas agem por meio da especificação de uma média ótima com uma variação tolerável (Gordon, 1991). Para majorar os elementos positivos e minimizar os negativos,

tanto atuais quanto futuros, os mecanismos de segurança trabalham com previsibilidades, riscos e probabilidades de ocorrências. Nos mecanismos de segurança está em jogo a gestão de séries abertas de elementos que se deslocam de forma indefinida (bens, pessoas, doenças), a partir de probabilidades e estatísticas. O funcionamento desta biopolítica ocorre, por exemplo, da seguinte forma: se uma dada população fosse atingida por uma doença, procurar-se-ia quantos indivíduos foram atacados pela doença em um espaço territorial determinado, qual a idade de cada afetado, o índice de mortalidade dos atingidos, as regiões mais afetadas, a probabilidade dos indivíduos morrerem, os riscos da vacinação, quais os efeitos estatísticos da doença sobre a população, etc. Podemos perceber que os mecanismos de segurança procuram organizar um “meio” em função de acontecimentos possíveis que podem ser regularizados em um quadro múltiplo e transformável. Entende-se por “meio” aquilo sobre o que se faz as circulações. Ele pode também ser visto como um conjunto de dados naturais e artificiais (aglomerações de indivíduos, de casas, produtos, etc.) que se constituem no campo possível para as circulações. As seguranças procuram dar conta do problema da naturalidade da espécie humana, tendo como base o “meio” em que a espécie está inserida (Fonseca, 2001). Assim, o foco é extrair a “verdade” da população e com estes dados procurar majorar a vida do grupo. Por isso, tais procedimentos envolvem a formação de saberes e a atuação sobre um grupo de indivíduos em que constituem uma população. Tais procedimentos não implicam uma exclusão ou uma disciplina, mas sim um “governo”, no sentido da “condução de condutas” tendo por foco central atuar sobre os processos inerentes à vida. Desta forma, eles implicam uma “arte de governar” como forma de atuação de uma biopolítica. Os contrastes e as regularidades populacionais são os componentes da natureza da população que constituem o objeto do governo (Fonseca, 2001).

A série analisada por Foucault dos “mecanismos de segurança – população – governo” parte da noção de mecanismos de segurança e complementa-se com as discussões sobre as “artes de governar”, também conhecida como governamentalidade, que trataremos no próximo item.

#### 4.2. A Governamentalidade

O caminho para o desenvolvimento da noção de governamentalidade já aparece na obra de Foucault na discussão sobre biopoder e biopolítica tanto em A Vontade de Saber, primeiro volume da História da Sexualidade, quanto no curso Em Defesa da Sociedade, de 1975-1976, ambos publicados em francês e português<sup>36</sup>. Porém, essa noção foi trabalhada de forma marcante por Michel Foucault nos Cursos do *Collège de France*<sup>37</sup> de 1977-1978, denominado *Sécurité, territoire et population* nos Cursos de 1978-1979, denominado *Naissance de la biopolitique* e, parcialmente, nos Cursos de 1979-1980, chamado *Du gouvernement des vivants*. Há também textos esparsos publicados na coleção *Dits et Écrits*. Embora nos seus últimos cursos no *Collège de France*, Foucault tenha passado a tratar dos temas relacionados à Ética, ele continuou a tratar do tema do governo em seminários de pesquisa e aulas realizadas nos Estados Unidos, principalmente em suas visitas a Berkley (Gordon, 1991, pg. 01).

No texto o “Sujeito e o Poder”<sup>38</sup>, Foucault define o poder como um conjunto de ações sobre ações possíveis e que se inscreve sobre o campo das possibilidades. Para o pensador, o termo conduta aparece como a melhor explicativa do que há de específico nas relações de poder. O exercício do poder consistiria em “conduzir condutas” e ordenar possibilidades, estruturando o eventual campo de ação dos outros. Tal exercício é da ordem do governo, não se referindo a estruturas políticas e à gestão do Estado especificamente, mas ao sentido que a palavra tinha empregada no século XVI, quando designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos e dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes (Foucault, 1995).

---

<sup>36</sup> Sobre a questão do governo na obra de Michel Foucault, Ortega (1999) aponta que: “Um ano após o aparecimento da *Vontade de Saber* (1976/1977), os cursos no *Collège de France* não são dados. O título das lições do ano anterior (1975/1976) era ‘É preciso defender a sociedade’ (*Il faut défendre la société*), em que se elaborava uma reflexão sobre a guerra como paradigma metodológico para o estudo das relações de poder. Foucault suspende os cursos de 1976 porque o caminho seguido até aquele momento não lhe parecia o mais adequado. Quando, em 1977, retoma as lições com o tema *Segurança, território e população* (*Sécurité, territoire et population*), aparece já a temática do governo da qual nunca falara antes. Isso implica uma mudança no plano original, pois pensava-se que Foucault falaria do problema da população segundo a linha do último capítulo da *Vontade de Saber*. A análise da problemática do governo continuará nos cursos de 1978/1979, sob o título de *Nascimento da biopolítica* (*Naissance de la biopolitique*). Nessas lições aparecem os tópicos principais em torno dos quais se organiza o pensamento de Foucault entre 1977 e 1999: governo, poder pastoral, razão de estado e liberalismo” (Ortega, 1999, pg. 39 e 40)

<sup>37</sup> Vale frisar que o acesso ao conteúdo dos cursos está restrito a fitas cassetes disponíveis no centro Michel Foucault na França. Os cursos integrais não foram publicados ainda. Frente a isto, podemos perceber a dificuldade de se tratar deste tema na obra do pensador, pois a maioria do material em que ele desenvolveu o tema ainda não foi publicado. Tal dificuldade foi parcialmente resolvida pela leitura da tese de doutoramento (*Foucault e o Direito*<sup>37</sup>) de Márcio Fonseca, defendida recentemente na Faculdade de Direito da USP, e do texto “Governmental Rationality: an Introduction” de Colin Gordon e co-organizadores em uma coletânea de textos sobre governamentalidade e suas aplicações denominada *The Foucault Effect*, de 1991. Ambos pesquisadores estiveram no centro Michel Foucault na França e tiveram acesso às gravações dos cursos em questão.

<sup>38</sup> Publicado originalmente em inglês, em 1983, com tradução para o português em 1995.

Assim, Foucault compreende governo tanto em sentido amplo quanto em sentido estrito. Ou seja, governo como atividade que diz respeito tanto à relação da pessoa com ela própria (tema desenvolvido na Ética) quanto à relação entre o governo das pessoas (população) por um grupo, ou seja, a questão do governo no domínio político (foco da governamentalidade) (Gordon, 1991).

Foucault se interessou pelo governo como atividade ou prática para saber no que elas consistem e como são realizadas. A governamentalidade concerne à natureza da prática de governar (quem pode governar, o que é governar, o que ou quem é governado). Ela diz respeito ao como se governa. A sua característica fundamental é ser uma prática de soberania política que busca governar as pessoas em conjunto ao mesmo tempo em que se preocupa com cada indivíduo, ou seja, uma gestão que procura ser totalizante e individualizante (Gordon, 1991). Em sua discussão sobre a governamentalidade, como último tema de sua análise do poder, Foucault vai reforçar a análise que fez nas disciplinas de que um dos principais aspectos das sociedades modernas é a existência de técnicas de poder que observam, monitoram, moldam e controlam o comportamento das pessoas .

No curso *Segurança, Território e População* Foucault apresenta o tema da governamentalidade. A primeira aula deste curso foi publicada em português no livro Microfísica do Poder. Nesta aula, Foucault (1979h) discute que as artes de governar começaram a tomar corpo no início do século XVI e surgiram no final do século XVIII, quando se consolidou a razão de Estado. No século XVI, o problema do governo estava relacionado a múltiplos aspectos: o governo de si (estoicismo), o governo das almas (pastoral), o governo das crianças (pedagogia) e o governo dos estados pelos príncipes. A preocupação do como se governar surgiu na convergência de dois processos: a instauração dos grandes estados nacionais e a reforma e contra-reforma que questionavam o modo de se dirigir para encontrar a salvação. O governo não se refere a um território, mas a um conjunto de homens e de coisas. Para Foucault (1979h), o governo pode ser definido como uma maneira correta de dispor cada uma das coisas a se governar para conduzi-las a um objetivo adequado. Ele o apresenta como a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia em seu sentido original: o governo da casa para o bem da família. O

desenvolvimento da arte de governar está em conexão com a emergência do problema da população. A noção de governamentalidade e “artes de governar” são sinônimos para Michel Foucault. “É o problema da gestão das coisas e das pessoas, é o problema do ‘governo’, entendido no sentido de ‘condução’” (Fonseca, 2001, pgs. 219 e 220) e na forma de conseguir os melhores resultados econômicos da gestão.

Assim, Foucault (1979h) compreende três “coisas” pelo termo governamentalidade : (1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, cálculos, reflexões que permitem exercer uma forma específica de poder que têm por alvo a população, por forma de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; (2) a tendência que conduziu, em todo o Ocidente, ao predomínio de um tipo de poder chamado governo sobre todos os outros (a soberania, a disciplina) e (3) o Resultado de um processo por meio do qual o Estado de justiça da Idade Média se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo e foi pouco a pouco governamentalizado.

Foucault, no restante de suas aulas do curso de 1978, recuperou a história da governamentalização do Estado, partindo da discussão sobre o poder pastoral que aponta como o modelo arcaico - ou precursor - das artes de governar, para depois analisar instrumentos políticos concretos como a polícia, passando para a análise do governo político dos homens (Fonseca, 2001). Em seguida, analisou o que considera ser três grandes formas históricas de governamentalidade ou três cristalizações das artes de governar: A Razão de Estado, presente na Idade Clássica, o liberalismo século XVIII e o neoliberalismo, tanto alemão quanto americano, do pós-guerra. No restante desta parte, discutiremos brevemente cada uma destas formas de governamentalidade.

#### 4.2.1. O Poder Pastoral – A Governamentalidade Arcaica

Foucault considera o poder pastoral como uma forma arcaica da arte de governar, ele inicia a discussão desse “tipo” de poder sugerindo uma outra maneira para buscar a compreensão das relações de poder. Tal maneira consiste em usar as formas de resistência como ponto de partida para a análise das relações de poder.

*“Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua*

*punição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de suas racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder por meio do antagonismo das estratégias” (Foucault, 1995, p. 234)*

No âmbito social, destaca Foucault (1995), geralmente existem três tipos de lutas: lutas contra as formas de dominação (Ética, religiosa, etc); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem e, por fim, contra aquilo que liga o sujeito a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). Foucault (1995) aponta que podemos encontrar esses três tipos de lutas sociais misturadas entre si em qualquer período histórico. Muito embora estejam misturadas, Foucault (1995) destaca que, em determinados momentos históricos, uma delas prevalece. Para o autor, a luta contra formas de subjugação (a submissão da subjetividade) tem sido cada vez mais importante nos nossos dias.

Utilizando-se da análise das resistências para entender a luta contra a submissão da subjetividade, Foucault (1995) mostra que existe uma série de oposições que se desenvolveram nos últimos anos e que são típicas deste tipo de luta: oposição ao poder dos homens sobre as mulheres; dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre o modo de vida das pessoas. O autor considera, no que diz respeito a essas lutas, que não basta afirmar que são antiautoritárias, elas têm em comum algumas características: são lutas transversais, ou seja, não são limitadas a um só país ou região, mas estão presentes em todos os países e em todos os lugares; os objetivos destas lutas são resistir aos efeitos de poder enquanto tal; e são lutas “imediatas” por dois motivos: criticam as instâncias de poder que lhes são mais próximas, não objetivando o “inimigo mor”, mas o inimigo imediato. Tampouco, esperam encontrar uma solução para seus problemas no futuro (revoluções, libertações, etc). São, além disso, lutas que não seguem nenhuma linha “teórica”.

Para o pensador, estas lutas têm aspectos originais e específicos, pois questionam o estatuto do indivíduo, já que por um lado afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo o que torna os indivíduos verdadeiramente individuais, mas, por outro, atacam o que separa o indivíduo e o que quebra a sua relação com os demais, forçando-os a se voltar para si

mesmos, ligando-os a sua própria identidade de modo coercitivo. São lutas contra o governo da individualização. Ademais, este tipo de luta é uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber e à qualificação. São, de fato, lutas contra os privilégios do saber. O que se questiona é a maneira pela qual o saber circula e funciona: suas relações com o poder. Além disso, todas as lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas recusam as abstrações dos estados de violência econômico e ideológico que acabam por ignorar quem somos individualmente e também recusam as investigações científicas e administrativas que determina quem somos (Foucault, 1995).

Foucault (1995) analisa que o objetivo das lutas atuais é resistir a uma técnica de poder específica, técnica esta que prevalece em nosso tempo. A técnica atacada por estas lutas é a de um poder que se aplica à vida cotidiana imediata, que caracteriza o indivíduo ao marcar a sua própria individualidade, ligando-o a sua própria identidade, impondo-lhe uma lei de verdade que todos devem reconhecer no próprio indivíduo. Tal forma específica de poder faz os indivíduos sujeitos (Foucault, 1995). Foucault (1995) destaca que há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência e sujeito preso a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. Este agenciamento dos fluxos de poder é mais bem representado tanto pelas disciplinas quanto pelas artes de governar e, a partir daí, Michel Foucault propõe a análise de um tipo destas artes que é o poder pastoral, a forma arcaica da governamentalidade.

A técnica de poder pastoral tenta criar indivíduos sujeitos (e subjugados) dentro de um dado regime de verdade. Além disso, o autor continua afirmando que

*“É certo que estes mecanismos de subjugação não podem ser estudados fora de suas relações com os mecanismos de exploração e dominação. Eles não constituem meramente o término de um mecanismo mais fundamental, mas interagem com todos estes mecanismos de forma complexa e circular”* (Foucault. 1995:236).

O poder pastoral subjuga os indivíduos, agindo sobre a identidade das pessoas individualmente, impondo uma lei de verdade pela qual a identidade deve passar a ser guiada. O que se pretende é governar as pessoas, governo este que pode ser de uma

coletividade, de uma população ou de um indivíduo (Foucault, 1990 e 1995). Foucault (1999e) destaca que o poder pastoral teve papel fundamental na transformação do catolicismo em religião do Estado Romano. Ele funcionou exatamente como um mecanismo de poder que inculcou nas pessoas do Estado Romano os imperativos morais desta religião.

A idéia da divindade do Rei como um pastor que é seguido por seu rebanho de “ovelhas” não estava presente notadamente na Grécia Antiga tampouco no Império Romano. O mesmo não ocorreu nas sociedades orientais antigas como no Egito, Assíria e Judaica (Foucault, 1990). Nestas sociedades a noção do Rei pastor estava eminentemente presente.

De forma mais marcante, foram os hebreus que ampliaram o tema pastoral e com uma característica singular: somente Deus é o pastor de seu povo. Na religião Judaica, a única exceção foi David, o fundador da monarquia, uma vez que Deus lhe designou a tarefa de reunir o rebanho (Foucault, 1990).

As características fundamentais desta função pastoral no judaísmo, destaca Foucault (1990), foram: 1) O pastor exerce um poder sobre seu rebanho, muito mais do que sobre terras. O pastor divino dá ou promete ao seu povo uma terra. 2) O pastor agrupa, guia e conduz seu rebanho. O pastor procura reunir os indivíduos dispersos e quando o pastor desaparece, o rebanho se dispersa, ou seja, o rebanho somente existe devido à presença imediata e graças à ação direta do pastor. 3) O papel do pastor é assegurar a salvação do seu rebanho. A forma desta salvação não se dá somente no momento do perigo, mas sim se dá por uma bondade constante e individualizada, uma vez que o pastor atende cada “ovelha” sem exceção. Além disso, ele dispõe de uma meta para seu rebanho. Metaforicamente, deve conduzir os indivíduos aos “melhores pastos”. 4) O exercício deste poder por parte do pastor é um “dever” e o próprio pastor está extremamente próximo da abnegação. Tudo o que faz deve ser para o bem do seu rebanho, sendo esta sua preocupação constante (Foucault, 1990).

O pastor cuida do sono de suas “ovelhas”. Este tema do cuidado dos indivíduos pelo pastor, destaca Foucault (1990), é de vital importância ao destacar dois aspectos da vida de pastor. O primeiro deles é que o pastor atua, trabalha e perde sua vida por aqueles que cuida. Em



segundo lugar, o pastor cuida, presta atenção e não perde nenhuma de suas “ovelhas” de vista. Ele conhece o seu rebanho no conjunto e no detalhe (Foucault, 1990).

A questão do pastorado se desenvolveu também de forma marcante no cristianismo. Ele gerou um código de Ética diferente do código do mundo antigo. Além disso, Foucault aponta que o cristianismo é a única religião que se organiza como uma Igreja e por isso postula que certos indivíduos podem, por sua qualidade religiosa, servir a outros como pastores (Foucault, 1995). A diferença entre o Judaísmo e o Cristianismo é que no Cristianismo todos devem ser pastores. Esta posição de pastor designa uma forma específica de existência possuindo suas características: 1) Na concepção cristã, o pastor deve poder dar conta de todas as ações de suas “ovelhas”, de todo o bem e mal que são capazes de fazer, de tudo o que acontece a elas. Além disso, entre cada “ovelha” e seu pastor, o cristianismo concebe um intercâmbio e uma circulação complexa de pecados e méritos. O pecado da “ovelha” é imputado ao pastor que deverá responder por ele no juízo final. Inversamente, ao ajudar seu rebanho a encontrar sua salvação, o pastor também irá encontrar a sua. 2) A concepção cristã concebe a relação entre pastor e suas “ovelhas” como uma relação de dependência individual e completa. O laço com o pastor é individual e de submissão pessoal e a obediência é uma virtude, ou seja, as pessoas devem se submeter permanentemente aos seus pastores. 3) O pastorado cristão supõe uma forma de conhecimento particular entre o pastor e cada uma de suas “ovelhas”. O conhecimento é particular e individualizante. Não basta ao pastor conhecer o estado de seu rebanho, deve conhecer cada uma de suas “ovelhas”. Até aqui nenhuma diferença com o Judaísmo. Ela se estabelece no sentido de que este poder se amplificou consideravelmente em três sentidos: o primeiro deles é que o pastor deve estar informado das necessidades materiais de cada membro do grupo e satisfazer quando for necessário, deve saber o que ocorre e o que faz cada um deles e por fim, ele deve saber o que acontece com a alma de cada um: conhecer seus pecados secretos e a sua progressão na via da santidade. Para isso, o pastor pode fazer o exame e a direção da consciência de suas “ovelhas”. A direção da consciência significa que as “ovelhas” devem deixar-se conduzir o tempo todo por seus pastores e o exame de consciência faz com que as “ovelhas” contem toda a sua vida para seus pastores. 4) Estas técnicas de exame de consciência e direção de consciência têm por finalidade a

mortificação das pessoas na terra, morte esta que possibilita a salvação no outro mundo (Foucault, 1990).

Foucault (1995) destaca que o poder pastoral é um poder individualizante, já que o bom pastor é aquele que cuida de cada indivíduo individualmente ao mesmo tempo em que deve assegurar a salvação de todos os indivíduos do rebanho.

Foucault (1999f), discutindo o significado para a sociedade Ocidental do poder pastoral, analisa que a existência deste poder implica a obrigação de procurar a salvação de cada indivíduo, ou seja, a salvação no Ocidente cristão é uma questão individual que não é objeto de escolha: todos os indivíduos devem procurar sua salvação, já que aquele que não buscava a salvação era castigado, sendo que neste fato reside a autoridade do pastor, aqueles que obrigam as pessoas a se salvarem. Além disto, esta salvação não é realizada individualmente: cada um realiza a sua, porém, somente se logra êxito caso se aceite a autoridade do pastor, que significa que todas as atividades que são realizadas pela “ovelha” devem ser conhecidas por seu pastor, pessoa que tem autoridade sobre elas e que pode dizer “sim” ou “não”. O pastor tem o direito de obrigar as pessoas a fazer tudo o que ele quiser, a fim de que elas consigam sua salvação. Está na posição de vigiar e exercer um controle contínuo, ou seja, seu poder se exerce respaldado na salvação. Foucault (1999f) destaca que em uma sociedade cristã, o pastor pode exigir dos demais obediência absoluta. Ele pode impor sobre as pessoas a sua vontade, sem que existam regras gerais ou leis que versem isso. No cristianismo, não se obedece ao pastor e seus mandos para se chegar a resultados. No cristianismo o maior mérito é ser obediente, pois o ser obediente é uma condição elementar às demais virtudes. A humildade cristã, não é nada mais do que a obediência, obediência, em última instância, à vontade de Deus (Foucault, 1990b).

Vale destacar que Foucault (1990b) aponta que o poder pastoral trás consigo técnicas e procedimentos que concernem à verdade e à produção da verdade. O pastor cristão ensina e, por isso, se inscreve na tradição daqueles que ensinam e propagam a verdade. O pastor ensina a verdade, a escritura, a moral, os mandamentos de Deus e os mandamentos da Igreja. E, além disso, para exercer seu pastorado, como apontamos, o pastor precisa saber sobre tudo de suas ovelhas: o que eles fazem, o seu interior, suas almas, seus sentimentos. O conhecimento da interioridade dos indivíduos é uma exigência fundamental para se

exercer a ação pastoral cristã. A própria ovelha para conseguir a salvação deve dizer ao pastor seus segredos mais íntimos.

De um modo geral, podemos dizer que o poder pastoral tem por características.

*“ 1) Esta é uma forma de poder cuja finalidade é assegurar a salvação individual no outro mundo. 2) O poder pastoral não é uma forma de poder que só comanda, mas sim, prepara o pastor para sacrificar-se pela vida e salvação do rebanho; 3) É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida; 3) É uma forma de poder não pode ser exercida sem conhecer o interior da mente das pessoas, sem explorar a alma das pessoas, sem fazer as pessoas revelarem seus segredos íntimos. Implica um saber da consciência e uma habilidade para direcioná-la. Esta forma de poder é orientada para a salvação das pessoas, É oblativa (por oposição ao princípio da soberania) tem caráter individualizante<sup>39</sup> (por oposição ao poder jurídico); É coextensiva à vida e constitui seu prolongamento; e relacionado com a produção da verdade – à verdade do próprio indivíduo” (Foucault, 1995: 237).*

O poder pastoral é definido por um “bem-fazer”, para conduzir todo o grupo cuidando de cada indivíduo. O poder pastoral se preocupa com a condução dos indivíduos e de suas almas que implica uma condução cotidiana e a gestão de suas vidas. É uma arte de conduzir, de guiar os homens, atingindo-os tanto coletiva quanto individualmente. Este é o sentido que Foucault dá para as “artes de governar”. Portanto, a pastoral é uma forma de condução das condutas e a questão da condução das condutas será o foco das diferentes governamentalidades especificadas por Foucault nos cursos de 1978 e 1979 (Fonseca, 2001).

#### 4.2.2. Governamentalidades: A Razão de Estado, o Liberalismo e o Neoliberalismo.

Foucault considera que a razão de Estado consolidou o exercício das governamentalidades. Para ele, essa foi a primeira forma “moderna” de governamentalidade. Michel Foucault discute que, desde o século XVI, uma nova forma política de poder se desenvolveu de

---

<sup>39</sup> Individualizante no sentido de agir sobre o indivíduo, sobre a pessoa.

modo marcante e contínuo, personificada na estrutura do Estado. Esta forma de poder, tanto individualizante quanto totalizadora, propiciou a ampliação do Poder Pastoral fora da instituição eclesiástica. Foucault não considera que o “Estado Moderno” se desenvolveu como uma entidade acima dos indivíduos, ignorando a sua essência e a sua existência. Contrariamente, para o pensador, o Estado se desenvolveu como uma estrutura sofisticada na qual os indivíduos puderam ser integrados sob a condição de que suas individualidades se submetessem a um conjunto de modelos específicos - “De certa forma **podemos** considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (Foucault, 1995:237).

O desenvolvimento da tecnologia pastoral de poder na gestão dos homens, tanto individualmente quanto em sua coletividade, mudou significativamente as estruturas da sociedade antiga (Foucault, 1990). Sob a égide do Estado, o poder pastoral assumiu novas configurações que foram abordadas por Foucault (1995). Primeiramente, houve uma mudança em seu objetivo, pois ele buscava não mais dirigir o povo para a salvação das pessoas no outro mundo, mas sim assegurar a salvação neste mundo. Neste contexto, a palavra salvação passou a ter significados diversos: saúde, bem estar, segurança, proteção contra acidentes, ou seja, a salvação passou a ter um caráter muito mais “mundano”. Concomitante à mudança do objetivo do foco do poder, houve um reforço da administração da governamentalidade. Às vezes, esta forma de poder era exercida pelo aparelho do Estado ou por uma de suas instituições como a polícia, o exército, a vigilância sanitária. Outras vezes, o poder se exercia por meio de empreendimentos privados filantrópicos. A função governamental em muitos momentos também foi exercida pela família. Finalmente, a multiplicação dos objetivos e agentes da governamentalidade enfocava o desenvolvimento de um saber sobre o homem em torno de dois pólos: um globalizador e quantitativo, que dizia respeito à população, e outro analítico, que dizia respeito ao indivíduo (Foucault, 1995).

Desta maneira, o poder de tipo pastoral, que durante séculos esteve associado à Igreja, ampliou-se para todo o corpo social e encontrou apoio em uma multiplicidade de instituições, que o exerciam por meio de uma tática individualizante, que caracterizou e

ainda caracteriza uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, dos empregadores e da educação (Foucault, 1995).

Analisando a questão da razão do Estado na obra Foucault, Fonseca (2001), com base nos cursos inéditos aos quais teve acesso, aponta que o problema central da governamentalidade foi definir o tipo de racionalidade que deveria orientar o governo dos homens a ser realizado pelo poder soberano e definir os objetivos ou a materialidade sobre as quais esse governo se assentaria. Com a razão de Estado, o governo dos homens não recorreu às regras transcendentais para o seu código de conduta, como no caso do poder pastoral, mas sim à imanência de sua prática. O Estado passou a ter sua própria razão que não estava relacionada com o sentimento nem com a religião (Gordon, 1991). O objetivo desta razão de Estado era o de conservar a integridade do Estado (Fonseca, 2001) e aumentar sua força (Gordon, 1991): este deveria ser o objetivo do poder do soberano. Assim, essa governamentalidade procurou governar o conjunto das práticas dos homens, com o objetivo de assegurar a conservação do Estado. Esta racionalidade política implicou dois conjuntos tecnológicos de poder: um que incidia sobre as relações externas<sup>40</sup> e outro sobre as relações internas do Estado (Fonseca, 2001). Ela procurou criar um conhecimento exaustivo e detalhado da realidade a ser governada, aspirando a tocar a existência dos membros individuais.

No âmbito externo, procurou-se agir em duas frentes: criação de uma diplomacia permanente e multilateral, visando à criação de um sistema de alianças que garantiria a integridade de cada Estado. Também, essa racionalidade política procurou criar um aparato militar personificado em um exército permanente que procurava garantir o respeito às fronteiras e evitar os ataques de inimigos externos à soberania. No âmbito interno, com o objetivo de assegurar a manutenção do Estado, procurou-se criar um conjunto de mecanismos que garantissem o bem estar da população que representava a força do Estado. Este conjunto de mecanismos constituiu-se naquilo que podemos chamar de “polícia”, no sentido que o termo possuía na Idade Clássica (séc. XVI e XVII). O seu foco de atuação era regular o que os homens realizavam, pois pretendia fazer com que as forças do Estado

---

<sup>40</sup> Fonseca (2001, pg. 225) destaca, que no plano externo esta governamentalidade responderá ao contexto histórico-político do final da Guerra dos Trinta Anos em que os Estados Europeus não mais se engajaram em uma política de conquistas, mas sim conversar sua integridade. A Razão de Estado responderá ao “equilíbrio de forças” que busca em sua relação com o exterior. .

crecessem ao máximo, ao mesmo tempo em que mantinham sua boa ordem. O foco desta polícia era trabalhar um meio específico e detalhado de regulação que procurava gerar a felicidade do indivíduo ao mesmo tempo em que procurava aumentar a força do Estado (Gordon, 1991). Assim, ela atuava, controlava e geria as atividades dos homens. Seu objetivo era criar a estabilidade do Estado, a partir do controle das atividades individuais (Fonseca, 2001).

Houve, assim, uma junção original entre a razão de Estado e a ciência da polícia que acabou por constituir a atividade do governo como uma arte com sua forma de racionalidade distinta e irreduzível e que forneceu ao soberano uma prática de pastoral política: um governo de todos e de cada um para o secular propósito da segurança e da prosperidade (Gordon, 1991).

Nas análises que realizaram sobre a governamentalidade foucaultiana, Fonseca (2001) e Gordon (1991) destacam que elas consideram que por volta da metade do século XVIII houve uma alteração importante nas formas de governamentalidade Ocidental. Esta transformação consistiu no aparecimento de uma limitação da arte de governar, no que dizia respeito às políticas internas adotadas pelos Estados. Começou-se a defender que a intervenção do Estado sobre a vida e as atividades dos indivíduos deveria obedecer a um princípio de limitação. O instrumento da transformação foi a economia política e o seu resultado foi uma nova governamentalidade, denominada *liberalismo*. Foucault não compreendeu o liberalismo como um simples conjunto de doutrinas de teoria política e econômica, mas como um estilo de pensar uma arte de governar. Para o pensador, o liberalismo foi uma transformação na relação entre saber e governo (Gordon, 1991).

A nova governamentalidade foi caracterizada pelo funcionamento de mecanismos que, por um lado, procuravam assegurar o crescimento, a força, o enriquecimento, o poder do Estado e, por outro, limitar o exercício do poder de governar a partir do interior. Nesta nova governamentalidade liberal, o modelo econômico tornou-se o principal referencial e instrumento da prática governamental. O mercado passou a ser visto como o local e o mecanismo de formação da verdade sobre o Estado e sobre a função de governar. Coube ao Estado deixar o mercado atuar com uma menor intervenção possível, a fim de que pudesse formar a verdade e propô-la como regra à prática governamental. É o mercado que deveria

indicar o preço natural das coisas. Assim, a idéia fundamental era: deixando o mercado atuar de acordo com a sua naturalidade iria se obter a verdade de como se deveria governar (Fonseca, 2001).

A governamentalidade liberal não se referia somente ao interesse do Estado no que diz respeito a ele mesmo, ou seja, à sua riqueza, ao seu crescimento e à sua população. Ela também procurou dar conta do conjunto de interesses que se cruzam no interior do Estado. Essa governamentalidade procurou organizar o jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, entre utilidade social e lucro econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, entre a liberdade dos indivíduos e a sua dependência do Estado. O governo passou a não mais ter acesso direto e irrestrito às coisas e às pessoas. O Estado somente poderia intervir sobre as coisas e as pessoas na medida em que o jogo dos interesses tornasse determinadas pessoas ou coisas relacionadas ao interesse do conjunto dos indivíduos. Portanto, o traço mais importante da governamentalidade liberal foi assegurar o jogo complexo dos interesses e garantir a liberdade para que este jogo se desenrolasse, buscando produzir e organizar a liberdade. Fonseca (2001) destaca, ao analisar os cursos inéditos de Foucault, a “segurança” como o que constituiu o princípio de cálculo para a fabricação das liberdades necessárias à arte de governar liberal. Vale frisar que esta governamentalidade possuía seu funcionamento atrelado à necessidade de determinar em que medida os interesses e as liberdades individuais constituíram um perigo para o interesse de todos. Ela procurou o equilíbrio entre a liberdade dos processos econômicos e as liberdades individuais. Assim, para o pensador, o jogo entre a liberdade e a segurança estava no centro da governamentalidade liberal (Fonseca, 2001, pg. 230). O objetivo central dessa governamentalidade foi assegurar um mecanismo de segurança que garantisse mecanismos e modos de intervenção estatal, cuja função era assegurar a segurança do processo natural, de processos econômicos e dos processos intrínsecos à população. A liberdade foi um elemento indispensável desta governamentalidade (Gordon, 1991).

A economia política desempenhou papel chave neste processo. Para ela, o objetivismo científico depende da manutenção de uma relativa distância e autonomia do estado. Ela anunciou a impossibilidade do conhecimento soberano da totalidade do processo

econômico e, como consequência, a impossibilidade de uma economia soberana. Foucault aponta que no seu slogan principal, *laissez-faire*, está contido a noção de que a forma de agir para o Estado é a não-ação e conduzir um governo para possibilitar que o mercado exista e funcione (Gordon, 1991).

A governamentalidade liberal trata a população de forma original e específica. Trata o homem da economia como um sujeito de interesse que age de acordo com suas preferências e escolhas individuais que são irredutíveis (os sentimentos pessoais não podem ser explicados por qualquer outro princípio fundamental) e intransferíveis (nada pode suplantiar ou limitar a determinação das preferências individuais) (Gordon, 1991).

Após a discussão da governamentalidade liberal, Fonseca (2001) e Gordon (1991) colocam que Foucault passou a discutir outro exemplo de “arte de governar”. Esta outra governamentalidade denominada **neoliberal** divide-se em duas: o neoliberalismo alemão, personificado nas idéias dos teóricos da escola de Friburgo e o neoliberalismo americano, personificado nas idéias dos teóricos da escola de Chicago. Na Alemanha, a governamentalidade neoliberal surgiu como crítica ao nazismo e à reconstrução do Estado alemão no pós-guerra. O neoliberalismo americano, por sua vez, estava relacionado à política do *New Deal*. Para Foucault, essas são as duas principais formas de neoliberalismo assumidas em nossa época. A governamentalidade neoliberal surgiu como resposta à crise do liberalismo desencadeada por algumas situações concretas e as respostas dadas a tais situações.

Foucault destacou que o problema fundamental da Alemanha pós-guerra era legitimar um Estado, a partir de um domínio não-estatal representado pela liberdade econômica e não pela afirmação do próprio Estado, como ocorrera no nazismo. A economia deveria ter o papel de produzir a soberania política. A liberdade do mercado deveria ser mantida e garantida pelo Estado. Assim, a tarefa do programa neoliberal alemão era organizar uma governamentalidade em que a coesão social deveria se apoiar somente nas leis do mercado, na qual o “Estado de direito” seria a garantia do respeito a estas leis por parte do Estado (Fonseca, 2001, pg. 232).



O contexto da organização do neoliberalismo norte-americano foi diferente. A ideologia liberal estava presente de forma marcante nos EUA desde a sua independência. Ela caracterizou o modo de ser e de pensar naquele país, constituindo-se em um tipo de relação entre governante e governados. Uma das características fundamentais do neoliberalismo norte-americano, de acordo com Foucault, foi a definição da análise do comportamento humano como uma das tarefas da economia, ou seja, ela analisaria a programação estratégica da atividade e do comportamento dos indivíduos. O foco de estudo da governamentalidade neoliberal foi a maneira como se produz e como se acumula o capital humano, pensando em termos do homem constituído como seu próprio recurso. Assim, a peculiaridade desta governamentalidade foi a maneira pela qual a economia de mercado passou a ser utilizada para decifrar as relações que não são propriamente de mercado. Neste contexto, a rede econômica foi utilizada para decifrar relações em fenômenos sociais diversos. Procurou-se generalizar a forma política do mercado no corpo social como um todo. A política governamental passou a ser submetida a um julgamento em termos de custo-benefício. O mercado tornou-se o tribunal da política governamental (Fonseca, 2001, pgs. 232 e 233). A economia tornou-se uma abordagem capaz, em princípio, de dar conta da totalidade do comportamento humano, como consequência, de organizar um método puramente econômico para programar a totalidade da ação governamental (Gordon, 1991).

Este pensamento neoliberal teve consequências para a maioria das sociedades ocidentais. Uma delas foi a ampla difusão da noção do indivíduo como sendo uma empresa: a noção do indivíduo que deve gerir a si próprio e como responsável total e direto pelas suas ações, virtudes e fracassos. Ocorreu, assim, uma capitalização do significado da vida (Gordon, 1991).

Por meio da exposição sobre as “artes de governar” que realizamos até aqui, podemos perceber que com a análise da biopolítica Michel Foucault agregou às suas discussões sobre a analítica do poder outros domínios (os processos da vida em uma dada população), outras práticas (práticas de gestão das condutas dos homens) e outras instâncias (o Estado e seus aparelhos administrativos) em relação às que foram realizadas na análise das disciplinas (Fonseca, 2001, p. 235). Com isso, podemos perceber a ampliação que o pensador realizou

em sua analítica do poder e que relatamos no início deste capítulo. A este respeito Fonseca (2001) aponta que:

*“com o estudo da série ‘mecanismos de segurança – população – governo’ Foucault avança em sua analítica das relações do poder tais como se efetuam no presente. Pela especificação de novos domínios, novos objetos e novos tipos de relações sobre os quais fez incidir sua rede de análise sobre o poder, a caracterização de um poder normalizador (que para o autor determina a forma de nossas sociedades) se desdobra, ganha novos contornos”* (Fonseca, 2001, pg. 236)

Como pudemos ver, as diferentes governamentalidades possuem em comum o fato de fornecerem a possibilidade da “salvação” para indivíduos, por meio da apresentação de uma verdade que quer ser aceita, que quer se impor. As “artes de governar” se aplicam à vida cotidiana das pessoas caracterizando-as, marcando suas identidades. Os indivíduos podem ser integrados, “salvos”, sob a condição de que suas individualidades se submetam a um conjunto de modelos específicos estabelecidos por esta verdade. A própria identidade da pessoa deve ser guiada por esta verdade, por esta “boa nova” anunciada pelo pastor ou, mais recentemente, pelo Estado. Isto se dá pelo fato da salvação depender do aceite da verdade por parte da pessoa. A salvação que propõe, a partir da entrada desta técnica de poder no Estado, é uma salvação neste mundo: saúde, bem-estar, segurança, proteção (Foucault, 1995)

Pelo apresentado no terceiro capítulo 03 e neste, podemos dizer que há alguma relação entre a biopolítica e as disciplinas? Se analisarmos os objetivos de cada uma delas, perceberemos uma diferença clara. As disciplinas atuam sobre os corpos dos indivíduos, ao passo que a biopolítica está centrada na regulação dos fenômenos populacionais. Assim, há duas séries diferentes para os dois mecanismos em questão: “corpo-organismo-disciplina-instituição” e “população - mecanismos regulamentadores – Estado”. Foucault assegura que não pretendeu em sua análise separar o Estado das instituições, na medida em que as disciplinas tendem a ultrapassar o âmbito institucional e local em que estão inseridas, chegando a assumir dimensões estatais, como por exemplo: a polícia; da mesma forma que os mecanismos de regulação são encontrados em instituições sub-estatais: instituições médicas, caixas de auxílio, etc. (Foucault, 1999d)

A despeito das diferenças, as disciplinas e a biopolítica podem se articular, pois não agem no mesmo nível. Por isso, não são necessariamente excludentes. Sobre a biopolítica, Foucault (1999f) afirma:

*“Uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobre tudo vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”* (Foucault, 1999f, p. 289).

O pensador apresentou um exemplo em que disciplinas e biopolítica se articulam: as cidades operárias. Foucault (1999f) aponta que estes eram espaços disciplinares possibilitados pela disposição espacial da cidade (cidade recortada em quarteirões, cada família localizada em uma casa, cada um em um cômodo, controle policial) ao mesmo tempo em que eram espaços que possuíam uma série de mecanismos reguladores que incidiam sobre a população: sistemas de seguro saúde, de seguro velhice, regras de higiene que garantem a longevidade da população, pressões sobre a reprodução das pessoas, a escolaridade, etc.

Foucault (1999f) argumenta ainda que a articulação entre estes dois níveis ocorre na norma. A norma pode ser aplicada tanto a um corpo que se quer disciplina quanto a uma população que se quer regular. A sociedade de normalização, adverte Foucault (1999f), não é somente uma sociedade em que imperam as instituições e o modelo disciplinar. Ela é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação, típica do poder biopolítico como vimos neste capítulo. Dizer que o poder tomou posse da vida no século XIX é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que engloba tanto a mecânica do corpo quanto a mecânica da população. A diferença entre elas é que a norma disciplinar define o normal que pretender produzir antes de agir, ou seja, a norma é definida *a priori*, e, depois, os mecanismos disciplinares tentam condicionar as pessoas individualmente a ela. No caso da regulação biopolítica, ela retira a norma da população e, depois, tenta modificar a “curva desfavorável” para uma que seja mais “favorável”, ou seja, ela primeiro faz uma apreensão do fenômeno que estuda para depois definir até onde o comportamento desejado da população deve ser conduzido.

Inúmeras vezes discutimos que para Foucault poder e saber estão intimamente relacionados. A questão do poder/saber e a relação entre poder e verdade estão intimamente relacionadas com os procedimentos de poder disciplinar e o procedimento de poder da biopolítica. Em ambos os casos, o poder somente se exerce a partir de uma nítida relação com a produção do saber e com a produção da verdade: discutiremos a seguir estas relações.

#### 4.3. Poder/Saber e a Relação Poder Verdade

Foucault (1999a) mostra como a questão do poder/saber está presente em nossa sociedade deste a Grécia Antiga. Argumenta que os tiranos gregos em geral tomavam o poder pelo fato de que detinha ou fazia valer um saber superior em eficácia ao dos outros. Para tanto, discute que o que está por trás no mito do Édipo é essencialmente uma questão de poder, de luta para chegar ao poder político<sup>41</sup>. No caso específico da questão poder/saber, Foucault (1999a) argumenta que Édipo foi o único que conseguiu resolver, por ser um homem sábio, o enigma da esfinge e, posteriormente, tornou-se Rei. O pensador continua sua argumentação colocando que nas sociedades indo-européias, no final do segundo e início do primeiro milênios, o rei e todos aqueles que o cercavam detinham um saber por deterem o poder, saber este que não podia e não devia ser comunicado aos outros grupos sociais. Assim, saber e poder eram extremamente correspondentes e superpostos. Não havia a possibilidade de estar a cargo do poder político sem a detenção de um saber especial (Foucault, 1999a).

Entretanto, Foucault (1999a) discute que esta relação entre saber e poder político foi desmantelada na filosofia Ocidental. Na sociedade grega, posteriormente, o homem do poder passou a ser visto como o homem da ignorância. O que aconteceu com Édipo, paradoxalmente, é que por saber me demasia, nada sabia. Com Platão, destaca Foucault (1999a), iniciou-se um grande mito Ocidental: existe uma antinomia entre saber e poder. Se há saber é preciso que ele renuncie ao poder. O poder é taxado como ignorante,

---

<sup>41</sup> “O que gostaria de mostrar é que, no fundo, Édipo representa na peça de Sófocles um certo tipo do que eu chamaria poder-e-saber, saber-e-poder. É porque ele exerce um certo poder tirânico e solitário, desviado tanto do Oráculo dos Deuses que não quer ouvir, quanto do que diz e quer o povo, que em sua sede de poder e saber, em sua sede de governar descobrindo por si só, ele encontra em última estância os testemunhos daqueles que viram” (Foucault, 1999a: 48). Para a análise de Foucault sobre o Mito de Édipo veja: Foucault, 1999a - Conferência II

inconsistente, obscuro. No caso dos mitos e da filosofia grega, a comunicação com a verdade passou a estar a cargo do adivinho e do filósofo (Foucault, 1999a).

Foucault (1999a) enfatiza que o mito da separação entre poder e saber precisa ser quebrado, pois as relações de poder e de saber sempre estão intimamente conectadas. A demolição desse mito, destaca Foucault (1999a), começou com Nietzsche, que, em inúmeros textos, tentou argumentar que por trás de todo saber, de todo conhecimento está em jogo uma luta de poder. Mesmo o poder político não está ausente do saber, mas sim é tramado com o saber (Foucault, 1999a).

Desta maneira, para Foucault, as relações de poder estão intimamente relacionadas com a criação do saber e vice-versa

*“Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não somente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Esta relação “poder/saber” não deve então ser analisada a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar, ao contrário, que o sujeito que conhece, os objetivos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder/saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não há atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder constitui saber, os procedimentos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento”* (Foucault, 1987, p. 27).

Tais considerações implicam práticas sociais que podem engendrar domínios de saber que, além de fazer aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, também engendram formas totalmente novas de sujeito e de sujeitos do conhecimento. (Foucault, 1999a).

Ao analisar este processo na Genealogia foucaultiana, Machado (1979) mostra que ela considera o saber como podendo ser compreendido como materialidade, prática e

acontecimento, ou seja, enquanto peça de um dispositivo político que se articula com a estrutura econômica. Mais especificamente, a questão que Foucault aborda em sua Genealogia é como se formaram os domínios de saber, chamados de ciências humanas, a partir de práticas políticas disciplinares. A idéia geral é que todo ponto em que se exerce o poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. O hospital pode mostrar isso, já que não é apenas uma máquina de cura, mas é também um instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber sobre os seres-humanos e a sua saúde, da mesma forma que a escola está na origem da pedagogia e o hospício da psiquiatria (Machado, 1979). A biopolítica gerou as demografias e as governamentalidades os saberes de como gerir. Na outra mão, todo saber assegura o exercício do poder

*“Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição do saber, devendo enviar aos que lhe delegam um poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce (...) mas, a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. E enquanto saber que tem poder”* (Machado, 1979. p.XXII).

Quando os saberes são criados o que está sendo criado, concomitantemente, é um tipo específico de regime de verdade. A questão poder/saber trás consigo a relação entre poder e verdade, que passaremos a discutir agora.

Vimos anteriormente que ao longo da história da humanidade, na justiça criminal, a questão da verdade foi de fundamental importância para se estabelecer e punir os culpados e absolver os inocentes. A punição somente pode ocorrer com a verdade do crime estabelecida. Vimos também que a fim de se estabelecer a verdade do crime havia procedimentos que estavam relacionados com a produção de saber. No caso específico do inquérito, ele configurou-se essencialmente como um procedimento para se descobrir a verdade que ultrapassou os limites jurídicos. No caso do exame, o que estava em jogo era a produção de um saber sobre as pessoas, saber este que era conseguido trazendo à tona a “verdade das pessoas”: culpado ou inocente, bom ou mau aluno.

Na análise da história da medicina, na obra O Nascimento da Clínica, a questão da verdade entrou em cena. Qual é a função do médico se não a de trazer a “verdade” sobre uma dada doença? De discriminar os sãos dos doentes? Qual a função do psiquiatra se não distinguir os loucos dos normais?

O poder que produz saber e este saber que produz poder também se relaciona de forma marcante com a verdade. A verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é “desse mundo”, ela é produzida no poder graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados (Foucault, 1979).

Foucault (1999a) aponta que há duas histórias da verdade. A primeira é uma história interna da verdade, a história de uma verdade que se dá a partir de seus próprios princípios de regulação. Esta é a história da verdade tal como é feita hoje ou a partir da história da ciência. Por outro lado, Foucault (1999a), diz que acredita que há em nossa sociedade vários outros lugares onde a verdade se forma, em que um certo número de regras do jogo são definidas - regras de jogo, a partir das quais nascem determinadas formas de subjetividade, determinadas formas de objeto, determinados tipos de saber.

Temos de deixar claro que por “verdade” Foucault (1979) entende um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a repartição, a circulação, a lei e o funcionamento dos enunciados. A verdade está ligada de forma circular aos sistemas de poder, que acabam por produzi-la e apoiá-la. Ela está ligada também a efeitos de poder que a induzem e que a reproduzem, ou seja, a “regimes de verdade”. Estes regimes de verdade são indispensáveis às dominações, dominações que são efeito das relações de poder. Esse regime também não é somente ideológico ou superestrutural; ele foi, por exemplo, uma condição para a formação e desenvolvimento do capitalismo e com modificações funcionou na consolidação dos regimes socialistas.

Em nossa sociedade, destaca Foucault (1979a) a verdade tem cinco características peculiares: 1) a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; 2) ela está submetida a uma constante incitação econômica e política, (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); 3) ela é objeto de várias formas de uma imensa difusão e de um imenso consumo; 4) ela é

produzida sob o controle dominante de alguns aparelhos políticos ou econômicos (universidade, meios de comunicação, escolas, centros de pesquisa) e, por fim, 5) é objeto de debate político e de confronto social. Neste contexto, o intelectual tem um papel importantíssimo na produção da verdade e vive dentro de uma luta pela verdade, para mostrar que a sua verdade é a essencial e a “mais verdadeira”.

Cada sociedade específica tem seu “regime de verdade”, sua política geral de verdade, ou seja, seus tipos de discursos tidos como verdadeiros, bem como os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, as maneiras como se sancionam uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção de uns e outros e o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1979).

Foucault (1979a), dentro deste contexto, assinala que não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e somente podemos exercê-lo por meio da produção da verdade. Aqueles que enunciam a verdade tem a possibilidade de estar em posição de privilégio na rede de poder. Isto vale para qualquer sociedade.

Na sociedade Ocidental em particular, Foucault (1979a e 1988) destaca que somos não somente obrigados pelo poder a produzir verdade, mas também somos condenados a confessá-la<sup>42</sup>. Como vimos anteriormente, a verdade sempre foi solicitada a ser dita pelos sujeitos, direta ou indiretamente. Dentro deste processo, destacamos anteriormente as formas de decifrar a verdade de um crime, as provas corporais desta verdade, a evolução destas formas ao inquérito e a maneira que as ciências assumiram este inquérito, com sua metodologia de busca de verdade. Foucault tratou destas questões inicialmente em “A Verdade e as Formas Jurídicas” e também em “Vigiar e Punir”.

Na sua obra “A Vontade de Saber”, o pensador retoma a questão da produção desta verdade analisando a confissão. Foucault (1988) mostra a importância da confissão na produção da verdade do sujeito e em sua constituição como sujeito. Antes da confissão, o sujeito conhecia a sua verdade a partir dos outros. O inquérito é um claro exemplo disso: a verdade

---

<sup>42</sup> Para uma análise sobre o papel da confissão na produção da verdade do sujeito veja: Foucault (1988)



é dada pela investigação dos atos cometidos pelo sujeito. Com a confissão, a questão da produção da verdade mudou de foco. O sujeito é chamado a falar de si, a dizer a sua verdade. A sua identificação se dá a partir do discurso de verdade que ele próprio profere, oriundo de sua introspecção. Disto deriva o fato de a confissão estar no cerne dos procedimentos de individualização realizados pelo poder no Ocidente (Foucault, 1988; Fonseca, 1995). A confissão se dá, uma vez que o indivíduo acredita que a partir dela terá um auto-conhecimento. O desejo de conhecer a verdade de si mesmo exerce sobre o sujeito um poder que o leva à confissão.

A partir daí, criou-se a idéia de que o indivíduo pode conhecer a verdade de si, caso confesse a quem sabe interpretá-lo e assim traduzir sua verdade. Dessa maneira, há um ritual que se dá em uma relação de poder, já que não se confessa sem a presença da pessoa que deve ouvir e, por ser capacitada para tanto, interpreta o objeto de confissão (Fonseca, 1995). A pessoa atribui ao sujeito sua constituição como pecador, blasfêmio, esquizóide, narcisista, etc. Além disso, dentro do mecanismo de confissão, há a idéia implícita de que a verdade somente aparece quando a confissão é produto de um exame de consciência e quando contém um relato completo dos atos e pensamentos ocorridos. O resultado de este exame dever ser o discurso que deve dizer não apenas o que foi feito e pensado, mas também, os sonhos, desejos mais obscuros, as intenções, os prazeres. O âmbito religioso da confissão é ultrapassado a partir do século XVI, na medida em que esta prática se estende aos outros domínios, entrando na esfera da pedagogia, da medicina, das prisões, a fim de pautar as relações internas destes “recintos”. Igualmente se expande a forma de realização desta confissão que pode se dar por consultas, narrativas, cartas, etc. Este processo de expansão da confissão marca a transferência desta prática para a matriz do poder, sendo que esta transferência suscita a adequação dessas práticas ao discurso científico (Foucault, 1988; Fonseca, 1995). Neste ponto não se trata de analisar a constituição do sujeito como um objeto gerado pelas disciplinas, mas sim de um sujeito gerado pelo seu exame de si.

Então, os procedimentos de poder em si não param de nos interrogar, registrar, institucionalizar a busca da verdade. Ele a profissionalizou e sempre a recompensa.

Estamos submetidos à verdade na medida em que ela é a lei e produz o discurso verdadeiro que transmite e produz efeitos de poder - “afinal, somos julgados, condenados,

classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 1979a p.180). Verdade esta que também nos constitui como sujeitos.

## CAPÍTULO 05

### PROBLEMATIZANDO A ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES FOUCAULTIANAS

#### **Introdução**

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentamos um inventário sobre a produção acadêmica no campo da Análise das Organizações que utiliza os trabalhos de Michel Foucault como referência. Como a maioria dos artigos utilizava-se da analítica do poder foucaultiana, procuramos rever nos trabalhos do autor sobre o assunto os principais passos dessa analítica. Para tanto, no segundo capítulo posicionamos a questão do poder no contexto das obras do pensador e apresentamos as especificidades de suas análises sobre esse tema. Nos capítulos terceiro e quarto analisamos, respectivamente, as disciplinas e a biopolítica.

A partir do inventário que realizamos sobre a utilização das idéias de Michel Foucault em Análise das Organizações e da sua analítica do poder, neste capítulo problematizaremos a utilização feita pelos autores organizacionais de suas noções e indicaremos alguns pontos que poderiam ser explorados nas futuras discussões nesse campo. Assim, na primeira parte do capítulo realizaremos a problematização e na segunda indicaremos os possíveis desenvolvimentos.

#### 5.1. Problematizando a Análise das Organizações Foucaultianas

Nesta primeira parte do capítulo, problematizamos alguns pontos levantados quando realizamos o inventário sobre os usos das idéias de Michel Foucault pelos analistas organizacionais. Em primeiro lugar, discutiremos a pertinência da utilização das idéias foucaultianas em Análise Organizacional e, em seguida, se é possível classificar o autor como um representante da “corrente de pensamento pós-moderna”, já que é assim que ele tem sido classificado nessa área de estudo. Após isso, discutiremos as limitações da utilização da analítica foucaultiana em Análise das Organizações e, por fim, problematizaremos as fundamentações conceituais que são utilizadas pelos autores baseados em Foucault na análise das organizações

### 5.1.1. Foucault é Pertinente?

O campo de análise das organizações pretende estudar organizações de uma forma geral. Porém, em sua grande maioria, são realizados estudos sobre empresas. A corrente dominante dessa análise está fundamentalmente focada na busca de soluções para a resolução de problemas práticos da gestão das organizações. Desta forma, mesmo que haja crescente espaço para visões alternativas, proliferam artigos e livros de caráter eminentemente prescritivo. Não resta dúvida que o campo de análise das organizações possui um grande viés prático para a solução de problemas cotidianos (Thompson e McHugh, 1990). Visto desta forma, como as idéias de Foucault poderiam contribuir para o campo? De fato, abordaremos neste item se as idéias de Foucault possuem alguma pertinência para nosso campo de estudo.

Se pensarmos em fornecer instruções ou receitas para a prática das organizações, a resposta é que não deveríamos “perder tempo” estudando e aplicando noções foucaultianas. Por esse ponto de vista, parece haver fundamento na indagação feita a Burrell pelos avaliadores de um dos periódicos mais importantes da área sobre a pertinência da aplicação de noções desenvolvidas por um filósofo francês, até então desconhecido, para a análise das organizações. Definitivamente, suas idéias não nos ensinam como gerir melhor uma empresa, não nos mostram melhores caminhos para a condução da estratégia empresarial e, tampouco, apresentam mecanismos de gestão para melhorar o clima das organizações ou para atingir metas.

Porém, partimos do pressuposto: a análise das organizações é um campo do conhecimento que procura investigar os fenômenos organizacionais de uma forma ampla e não está circunscrita a gerar soluções específicas para os problemas das empresas (Hatch, 1997 e Thompson e McHugh, 1990). Visto desta maneira, o campo assume uma perspectiva multidisciplinar em que saberes de diferentes áreas das ciências humanas<sup>43</sup> são utilizados para melhor compreender as dinâmicas, tanto internas quanto externas, das organizações. Obras consagradas na área mostram uma clara vinculação entre as teorias das ciências humanas e as teorias organizacionais (Burrell & Morgan, 1979). Tendo este ponto como

---

<sup>43</sup> Dentre os saberes utilizados nestas análises os que mais se destacam são: psicologia, sociologia e economia.

pressuposto, qual seriam, então, as especificidades abertas pelas abordagens foucaultianas às análises organizacionais?

Alguns teóricos de nossa área realizaram artigos e coletâneas em que procuraram destacar a pertinência das idéias de Michel Foucault para compreender o fenômeno organização (Burrell, 1988; Knights, 1992 e McKinlay e Starkey, 1998). Gibson Burrell (1988) indicou que o pensamento de Foucault poderia abrir novos caminhos à análise organizacional, especialmente, nas discussões sobre homogeneidade e heterogeneidade de formas organizacionais, ao mostrar que os indivíduos vivem atrelados ao mundo organizacional em que impera *o modo de dominação* disciplinar; para discutir criticamente o aumento do uso das tecnologias de informação, apontando como o Panóptico é uma boa metáfora para as redes de computadores das empresas modernas e, também, para discutir a normalização da sexualidade nas empresas. Knights (1992) discutiu que uma abordagem fundamentada nos trabalhos de Michel Foucault seria pertinente para mostrar como a administração e suas teorias são mecanismos de poder baseados em construções de verdade específicas, constituídas como formas de poder/saber. Para Knights (1992), as teorias dominantes em análise organizacional induziriam uma “arte de governar”. Ademais, o autor discutiu que uma perspectiva baseada em Foucault seria útil para tornar clara as regras de formação política, filosófica, sociológica e econômica do desenvolvimento de teorias específicas da administração e para examinar as condições de possibilidade desta teoria ser derivada de específicos exercícios de poder. O autor mostrou que a distinção fundamental entre a abordagem foucaultiana e as demais em análise das organizações é sua capacidade de desafiar e ameaçar a estabilidade de formas positivas de ciência administrativa e de romper tanto saberes totalizantes quando eruditos que oferecem tecnologias políticas em nome de experiência técnica. Por sua vez, McKinlay e Starkey (1998) apresentaram a relevância de Foucault para as discussões sobre poder nas organizações, principalmente para as discussões a respeito do poder disciplinar em ação nas organizações, as relações de poder/saber e seu papel na constituição do sujeito no cotidiano organizacional.

As idéias de Foucault têm aberto novas perspectivas para analisar o fenômeno organizacional e as relações de poder. Nesse aspecto, tais idéias ajudaram a ir além das análises que viam o poder como algo facilmente decifrável e localizável, que poderia ser

utilizado ao bel-prazer dos gestores. Elas também foram além das análises críticas que encaram o poder como essencialmente repressor e punitivo que, possuído pelos executivos que estão localizados no topo da hierarquia, possibilitava a dominação dos empregados nas empresas. Além disso, as idéias de Foucault também foram importantes no sentido de ir contra a noção de ideologia utilizada por muitos teóricos críticos em análise das organizações para mostrar como os poderes das empresas fazem seus funcionários presos a estruturas de dominação que inibem seus potenciais. Vimos também que nas discussões do *Labor Process Theory* que a utilização das noções desenvolvidas por Foucault foi de vital importância para trazer à tona o papel da construção das subjetividades nas relações de trabalho, para rediscutir as formas e mecanismos de operação do poder no controle dos trabalhadores e reavaliar o papel da resistência.

Especificamente, os escritos de Foucault mostraram-se pertinentes para os teóricos das organizações tentarem compreender o caráter relacional do poder nas dinâmicas organizacionais (Chua, 1986; Hinthorne, 1996 e Knights e McCabe, 1998) e para poderem ver a relação inerente entre poder e saber no contexto das organizações. Os artigos de Miller & O'Lerry (1989), Barker (1993), McLean, Hasesn (1997) e Hoskin (1998) são exemplos deste tipo de análise. Outro ponto a se destacar foi a utilização dos trabalhos de Michel Foucault para mostrar como as subjetividades são construídas pelas relações de poder (Newton, 1998 e Alvesson, 1998), bem como o papel dos discursos nestas relações (Xu, 1999 e 2000). A bem da verdade, é possível perceber pelo inventário que apresentamos no primeiro capítulo que as noções foucaultianas de poder/saber, poder disciplinar e constituição do sujeito pelas relações de poder foram extremamente pertinentes para renovar os trabalhos na análise organizacional, gerando, inclusive, intensos debates entre os foucaultianos e os anti-foucaultianos, como vimos no capítulo 01. A utilização das idéias de Foucault em artigos na área de análise das organizações também foi de vital importância para desenvolver e consolidar o movimento denominado *Critical Management Studies* (Alvesson e Wilmott, 1996; Fournier e Grey, 2000; Davel e Alcadipani, 2002).

Ademais, como vimos no capítulo 01, as idéias de Foucault estão sendo úteis para inserir maior reflexividade em áreas tradicionalmente pragmáticas e utilitárias que sempre foram

voltadas para a busca de resultados a todo custo, tais como: recursos humanos, contabilidade, marketing e pesquisa operacional.

Assim, percebemos que os trabalhos de Michel Foucault são pertinentes para a área, tanto para renovar as discussões sobre poder nas organizações quanto para problematizar especialidades tradicionalmente fundamentadas em uma perspectiva positivista e pragmática.

Porém, percebemos que há limitações nestas análises se as virmos à luz da obra do autor. Estes pontos passarão a ser discutidos a seguir.

#### 5.1.2. Michel Foucault como Pós-Moderno

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar, como dissemos no primeiro capítulo, que a disseminação das idéias do pensador Michel Foucault em análise das organizações ocorreu mediante a abertura do campo para a perspectiva pós-moderna. A maioria dos teóricos organizacionais (Burrell, 1988, Calas & Smircich, 1999) classifica Foucault como um “pensador pós-moderno” e as análises que estão baseadas em sua perspectiva como “análise organizacional pós-moderna” (Cooper e Burrell, 1988). No final do primeiro capítulo, dissemos que assumimos esta utilização porque foi por meio desse caminho que as idéias do pensador começaram a ser utilizadas na nossa área de estudo.

Porém, seria coerente com os trabalhos de Michel Foucault classificá-los como “pós-modernos”? Rabinow (1999), um dos mais respeitados comentadores de Michel Foucault em contexto anglo-saxão, avalia que ele opõe-se ao que chama de anti-pensadores: os pós-iluministas e os pós-modernos, que questionam a seriedade em geral. Quando classificamos o autor como pós-moderno acabamos por limitar seu pensamento a um campo limitado e disciplinado do saber, a uma circunscrição do conhecimento e a um tipo específico de teoria. Com isso, além de criarmos um saber disciplinado sobre o que fez, geramos um discurso de verdade sobre sua obra que induz a uma maneira *correta e verdadeira* de compreendê-la e, assim, analisar sua contribuição. Os trabalhos de Michel Foucault já foram classificados de diversas maneiras, como reconheceu o próprio Michel Foucault em

uma entrevista dada a Rabinow (1999). Ele relatou que se divertia com a multiplicidade de rótulos com os quais foi classificado:

*“De fato, acho que tenho sido localizado consecutiva ou simultaneamente em todas as casas do tabuleiro político. Já fui tido como anarquista, esquerdista, marxista ostentoso ou dissimulado, niilista, anti-marxista, tecnocrata ao serviço do gaulismo, neoliberal, etc. (...) nenhuma destas caracterizações é importante em si mesma: mas, se tomadas em conjunto, elas significam algo. E admito que gosto do que elas significam”* (Foucault, 1999g, p. 19.)

Burrell (1996) reconhece a limitação de classificar como pós-modernista as obras de um autor com idéias complexas e “posicionamentos teóricos imprecisos”, pois ele pode ser encarado como filósofo, historiador, sociólogo, sem que seja, na verdade, nenhuma destas coisas de forma absoluta (Rabinow, 1999). O que mais parece temerário em classificá-lo como tal é o fato do pensador ter dedicado boa parte de suas obras à denúncia desses mecanismos classificatórios, discutindo como eles constituem disciplinas com interpretações “verdadeiras” sobre uma dada realidade e como a verdade é contingente a uma dada época e a um dado período.

Portanto, a despeito do início da utilização das noções desenvolvidas por Foucault na análise das organizações ter ocorrido por meio da introdução de pensadores tidos como pós-modernos neste campo de estudo, classificá-lo como tal é simplificar seu legado e ir contra aspectos importantes de sua obra.

Ademais, há um problema específico com a categoria de classificação “pós-moderno”. Ela pode ser vista, somente para citar alguns exemplos, como um movimento artístico (Hassard, 1993), como novas perspectivas de estudo (Parker, 1992), como características de um novo tipo de sociedade (Bauman, 1988a e Bauman, 1988b) e como um novo tipo de organização (Clegg, 1990), sem que haja coerência entre estas diferentes vertentes. Trata-se, na verdade, de uma categoria bastante ampla e carente de unidade, pretendendo ser muitas coisas ao mesmo tempo. Por isso, utilizá-la para classificar e ordenar pensamentos e “epistemologias” como as de Michel Foucault nos parece bastante temerário.



### 5.1.3. Utilizando a Analítica do Poder na Análise Organizacional: Algumas Limitações

Pudemos perceber, por meio do inventário que realizamos no primeiro capítulo sobre a utilização dos trabalhos de Michel Foucault na análise das organizações, que o pensamento do autor serviu para submeter o conteúdo deste campo ao crivo crítico. Assim, a partir das noções desenvolvidas por ele foram realizadas reflexões que tentam desnaturalizar o fenômeno organizacional e os seus processos internos. Neste sentido, conforme vimos no primeiro capítulo, os autores organizacionais que utilizaram sua perspectiva estão criticando as teorias em análise das organizações, a questão do poder e as construções de verdade em seu contexto, os mecanismos de controle e vigilância, a construção das subjetividades e as desigualdades entre os gêneros.

Como apresentamos no primeiro capítulo, para realizar suas críticas, os teóricos organizacionais que utilizaram os trabalhos de Michel Foucault partiram, fundamentalmente, da sua analítica do poder. Dentre os diferentes temas dessa analítica, focaram quase que exclusivamente a questão do poder disciplinar, a noção do poder como relacional e as relações entre poder/saber e seus efeitos na construção das subjetividades.

Percebemos que, a partir do uso da analítica do poder foucaultiana para a análise das organizações, surgiu a noção de que as organizações são espaços privilegiados em que o poder disciplinar está presente de forma marcante, já que, como vimos, a grande maioria dos textos em análise das organizações baseados nas obras de Michel Foucault apropriaram-se da noção de poder disciplinar para a realização dos artigos. Vimos no capítulo terceiro que esse poder disciplina corpos e individualidades, impondo uma norma sobre o que quer adestrar e garante-se por mecanismos específicos, tais como: a vigilância constante e a sanção normalizadora. Por isso, as análises organizacionais fundamentadas nessas noções acabam por trazer à tona a idéia de que as organizações são o *locus* do poder disciplinar.

Se recordarmos a analítica do poder apresentada anteriormente, perceberemos que o próprio Foucault reconheceu a importância das disciplinas nas dinâmicas de instituições como escolas, conventos, fábricas e prisões. Porém, com os desdobramentos de suas análises,

Foucault ampliou a analítica do poder com as discussões a respeito da biopolítica. O pensador discutiu claramente a relevância da biopolítica e de sua articulação com os mecanismos disciplinares para a compreensão das relações de poder na sociedade coetânea.

Desta maneira, focar a análise do poder, a partir dos trabalhos de Michel Foucault, somente na questão das disciplinas e dos seus mecanismos, é negligenciar parte importante das idéias do pensador. Por isso, ao analisar pontualmente a questão do poder disciplinar nas organizações, as análises organizacionais tocam em um ponto crucial, mas deixam de lado outros aspectos vistos pelo próprio Foucault como fundamentais para a compreensão das dinâmicas das relações de poder na sociedade atual, bem como nas organizações inseridas nesta sociedade.

Além disso, a noção de poder disciplinar consegue “dar conta sem limitações” de analisar as relações de poder presentes no *paradigma* taylorista/fordista de produção. O poder disciplinar aplica-se para disciplinar e normalizar, a partir de uma definição de um comportamento desejável *a priori*. Com esta definição do normal realizada, os mecanismos disciplinares procuram fazer com que as pessoas o adquiram. Se observarmos as propostas de Taylor e Ford sobre como deveria ser executada a tarefa de trabalho no chão das fábricas, é exatamente isso que pregam. McKinlay e Starkey (1998) mostraram que as disciplinas eram a forma essencial de controle no regime fordista e que elas se transformaram ao longo do tempo.

No que diz respeito à evolução das formas de controle nas organizações, Carvalho da Silva e Alcadipani (2001) analisaram as formas de controle em uma usina do grupo brasileiro Guerdau e constataram que com a entrada do *paradigma* da qualidade, o controle que era do comportamento das pessoas e da forma de executar a tarefa (disciplinar) passou a estar preso a definições de metas organizacionais e da venda para os trabalhadores da idéia de que os programas de qualidade seriam uma salvação para os problemas da empresa e que todos seriam salvos, desde que aceitassem o novo discurso organizacional.

Analisando o discurso da cultura corporativa e da excelência, Willmott (1993), baseado em uma mescla de referenciais que incluem Foucault, Habermas e Orwell, mostrou que esses discursos pretendem ser hegemônicos e totalizantes ao buscarem gerar a “auto-disciplina”

dos funcionários com o objetivo de que eles “vistam a camisa” da organização. Nota-se que não há a definição de uma atividade a ser feita, de uma tarefa a ser executada e de uma norma a ser seguida. Há sim a idéia de um discurso totalizante que quer se impor como verdadeiro e que oferece, como nos aponta Willmott (1993), a salvação. Barkey (1993) mostrou como times de trabalho criados em uma empresa que analisou acabaram por gerar as próprias regras que regulam suas atuações. O artigo de Barkey (1993) discute que os times de trabalho formam sua própria forma de controle coercitivo, em que todos controlavam todos, sem a necessidade do supervisor da empresa ou da imposição de comportamentos desejados, como ocorria nas linhas de montagem fordista. Notamos, mais uma vez, nuances com relação à noção de poder disciplinar desenvolvida por Foucault, principalmente pelo fato dos próprios “detentos” se controlarem e estabelecerem como devem agir. Estes estudos mostram que para a organização cabe somente determinar as metas e regular os fluxos internos para facilitar que os funcionários atingissem o que os executivos desejavam.

Assim, quando nos voltamos para a análise de ferramentas de gestão atuais, tais como: a qualidade total, as culturas corporativas, as equipes de trabalho, etc., notamos que os artigos que partem da noção do poder disciplinar e/ou Panóptico mostram que, no cotidiano das organizações, o poder disciplinar não aparece de forma “pura”, muito embora seja uma noção importante para compreender parte das dinâmicas das relações de poder.

Temos, então, um quadro em que os teóricos organizacionais que analisaram as relações de poder e o exercício destas relações nas organizações cotidianas, fundamentados nos escritos de Michel Foucault, não estão conseguindo dar conta da realidade observada com as noções que usam ao mesmo tempo em que a analítica do poder possui “instrumentos” mais adequados para este fim, como veremos na segunda parte deste capítulo. Além disso, não encontramos entre os artigos analisados, os trabalhos que discutissem a questão do poder fora da dinâmica interna das organizações, ou seja, como as diferentes organizações exercem poder sobre as pessoas fora de suas fronteiras e a lógica externa que influencia a adoção dos mesmos mecanismos de controle por diferentes organizações. Há, também, a possibilidade de analisar as relações entre mecanismos de disciplinarização e mecanismos de regulação em contextos específicos.

Percebemos, também, uma preocupação dos artigos de nossa amostra em analisar as relações de poder, a partir das instituições e dos que comandam estas instituições. Em muitos dos artigos<sup>44</sup>, os autores deixam transparecer a idéia de que há um comandante da lógica das disciplinas e que as relações de poder nas empresas são coordenadas por gestores exploradores que as impõe sobre os demais empregados, como se eles estivessem livres dos seus efeitos e vivessem a margem das relações de poder.

Gostaríamos de destacar um último ponto<sup>45</sup>. Como dissemos, os teóricos organizacionais fundamentados nas idéias de Foucault utilizaram em suas análises sobre o objeto organizações fundamentalmente a questão do poder disciplinar, deixando de lado outros aspectos relevantes da analítica do poder do autor. Com isso, acabaram por fazer o que criticam, pois realizaram uma utilização ‘correta’ e disciplinada das obras do autor. Qual o motivo disso? Em primeiro lugar, vemos que a obra Vigiar e Punir é a mais famosa do pensador e apresenta a possibilidade de desenvolver paralelos interessantes com as organizações de uma forma geral. Com isso, as pessoas tendem a lê-la de forma isolada, deixando de lado a compreensão da complexidade da analítica do poder foucaultiana. Vimos no capítulo 01 que os autores em análise das organizações que utilizaram Foucault fizeram isso usando noções isoladas do contexto da obra do autor como se eles fizessem parte de uma caixa de ferramentas conceitual que pode ser usada quando necessário, ou seja, uma parcela significativa<sup>46</sup> das análises com base em Foucault é realizada por meio do uso de noções individuais sem que elas estejam dentro do contexto metodológico da Genealogia. Vimos que este fato se repetiu com outros autores que foram utilizados para complementar as leituras foucaultianas. Na nossa opinião, isso evidencia que a área de análise das organizações é marcada por uma utilização simplificada de conceitos complexos sem as devidas problematizações ao mesmo tempo em que tem um grande gosto pela instrumentalização simplificada de conceitos (Bertero, Caldas e Wood, 1999)<sup>47</sup>. Outro ponto a se destacar é que, como dissemos no quarto capítulo, a maioria das discussões de

---

<sup>44</sup> Knights e Willmott, 1992; Casey, 1999; Collinson, 1999; Chikudate, 2002; Thompson e Hirschman, 1995; Trethewey, 1999; Weaver, 1997; Miller e O’Lerry, 1989; Barker, 1993; McLean e Hasesn, 1997; Hoskin, 1998; Coombs, Knights e Willmott, 1992; Covaleski, Dorsmith, Heiane e Samuel, 1998; Chua, 1986; Hinthorne, 1996; Knights e McCabe, 1998.

<sup>45</sup> Gostaríamos de agradecer ao Prof. Márcio Fonseca por esta indicação de desenvolvimento.

<sup>46</sup> Knights e Willmott, 1992; Casey, 1999; Collinson, 1999; Chikudate, 2002; Thompson e Hirschman, 1995; Trethewey, 1999; Boje, 1995; Weaver, 1997; Sewell, 1998; Miller e O’Lerry, 1989; Barker, 1993; McLean e Hasesn, 1997; Hoskin, 1998; Coombs, Knights e Willmott, 1992; Covaleski, Dorsmith, Heiane e Samuel, 1998; Clegg, 1989; Brocklehurst, 2001; Chua, 1986; Hinthorne, 1996; Knights e McCabe, 1998; Mirgers, 1992; Chan, 2000; Newton, 1998 e Alvesson, 1998.

<sup>47</sup> Aprofundaremos a questão do uso simplificado de conceitos no próximo item

Foucault sobre a biopolítica não está disponível ao público, já que fazem parte dos cursos não publicados do autor. Desta forma, as análises sobre estes temas dependem dos trabalhos de autores como Gordon (1991) e Fonseca (2001) que tiveram contato com os cursos e nos deram indicações de como Foucault desenvolveu os temas de nosso interesse neles. Assim, juntamos uma área que não tem o costume de aprofundar suas análises com a falta de material: esta pode ser uma possível explicação para a grande utilização do poder disciplinar dissociado de outras noções e problematizações realizadas por Michel Foucault.

#### 5.1.4. Uma *Colcha de Retalhos* Conceitual?

Neste item problematizaremos as fundamentações conceituais que são utilizadas pelos autores baseados em Foucault na análise das organizações. Como vimos no primeiro capítulo, dos 47 artigos analisados, 16 deles somente utilizaram-se das idéias de Foucault para a construção do argumento de seus artigos. Os demais utilizaram as idéias de Foucault e de outros autores. Habermas, Marx, Derrida, Giddens, Freud e Weber são os mais recorrentes nos artigos que constam em nosso inventário. Mostramos no capítulo 01 que quando analisamos os artigos de forma detalhada, percebemos que eles não ficam presos somente a conceitos foucaultianos e de mais um autor. Muitos deles vão além extraindo conceitos de vários outros pensadores. Por exemplo, mostramos que junto com Habermas e Foucault, autores em análise das organizações complementaram seus argumentos com idéias extraídas de Orwell, fenomenologia transcendental e Arrendt. Com Foucault e Derrida, apareceram também Bruno Latour e Michel Callon, além de Saussure. Ademais, uma vasta gama de diferentes abordagens e autores complementaram os artigos que utilizaram as noções desenvolvidas por Michel Foucault para a construção de seus argumentos, tais como: teorias feministas, teorias de estratégia, psicanálise, teorias de gênero e até mesmo marxismo para a construção de argumentos de artigos. Ou seja, as idéias de Foucault foram complementadas por uma vasta gama de teóricos e perspectivas.

Conforme apontamos no primeiro capítulo, autores em análise das organizações falaram de poder e verdade por meio de estudos etnográficos ou poder/saber por meio de entrevistas. Na realidade, os artigos com base em nos trabalhos de Foucault fizeram uso de diferentes perspectivas teóricas em conjunto com as idéias do pensador. Outro aspecto a se destacar é o de que as noções foucaultianas também foram utilizadas extraídas do seu contexto nos

trabalhos do autor. O quadro 03 mostra que as noções foucaultianas aparecem separadas do contexto de suas obras. Os artigos analisados exploraram as idéias dos autores provenientes de outras áreas de ciências humanas que achavam interessantes ao seu bel-prazer para a argumentação que estavam promovendo. Realizam, na verdade, uma *colcha de retalhos* de conceitos sem preocupações com contextualizações e se as idéias dos autores eram ou não compatíveis. Utilizam conceitos derivados de diferentes matrizes teóricas como se usassem uma *caixa de ferramentas* e diversas noções foucaultianas sem utilizar a Genealogia como método. Podemos perceber isso, por exemplo, no caso da junção entre as idéias da psicanálise e Foucault. Casey (1999) extrai da psicanálise a questão da influência dos processos primários na atividade humana e de Foucault a questão da construção da individualidade disciplinar. Utiliza-se destes conceitos para interpretar dados empíricos extraídos de entrevistas e pesquisa etnográfica que realizou com o intuito de verificar os processos de disciplina e integração em culturas organizacionais. Outro exemplo que nos chamou atenção foi de Leflaive (1996) que construiu um artigo apontando as organizações como estruturas de dominação, mas para tanto, utilizou-se de conceitos foucaultianos, marxistas, habermasianos e de Luhmann para a construção de seu argumento.

Vale frisar que relação do pensamento foucaultiano com o pensamento psicanalítico não é de complementaridade direta. Há pontos de choque e discordância (Chaves, 1988). No caso das idéias do marxismo o mesmo fato se repete. Foucault tem sérias objeções a concepção de poder e ideologia dos marxistas, como vimos nos capítulos 02 e 03. Com Habermas não é diferente. Foucault teve, inclusive, embates com este autor sobre o Iluminismo e seu significado (Rabinow, 1999).

Portanto, verificamos nos artigos que analisamos uma utilização de autores complexos como se fossem complementares. Isso não pode ser feito sem uma análise rigorosa da possibilidade da junção de conceitos e da admissão das simplificações que este tipo de uso pode causar. Conceitos e noções teóricas surgem dentro do contexto da obra de autores e formam conjuntos complexos de “teorias”. Quando os extraímos sem a devida relativização, a chance de cometermos absurdos teóricos é muito grande

## 5.2. Possíveis Desenvolvimentos

Nesta segunda parte do capítulo, indicaremos os possíveis desenvolvimentos para a análise das organizações foucaultianas, a partir de sua analítica do poder. Indicaremos, no primeiro item, a possibilidade de explorar as metodologias foucaultianas, no segundo, as possibilidades que a noção de biopolítica podem abrir para as discussões sobre poder nas organizações e, no terceiro, os possíveis desenvolvimentos para tematizar a resistência em contexto organizacional.

### 5.2.1. Metodologias

Neste primeiro item, indicaremos a possibilidade da realização de estudos com base em metodologias desenvolvidas por Michel Foucault e não somente em algumas de suas noções desvinculadas das metodologias foucaultianas. Notamos, conforme apontamos na parte anterior do capítulo, que os artigos analisados “usam” noções específicas da obra do pensador e as agregam a conceitos de outros pensadores para realizar a *colcha de retalhos* conceitual que serve de base para analisar diferentes objetos. Além disso, apontamos que há uma grande quantidade de ensaios teóricos, além de diversos estudos de caso que utilizam como procedimento de coletas de dados, entrevistas, estudos participantes, estudos etnográficos e análises de documentos. Há uma clara preocupação em empregar noções foucaultianas para analisar objetos empíricos, ao mesmo tempo em que ocorre um uso reduzido tanto da Arqueologia quanto da Genealogia. No caso específico da questão do poder, as noções desenvolvidas pelo pensador são utilizadas pelos teóricos em análise das organizações fora do contexto da Genealogia foucaultiana.

Vimos no segundo capítulo que a Arqueologia possui como foco as práticas discursivas de diferentes “domínios de saber”. O método arqueológico não leva em conta a verdade ou falsidade dos enunciados propostos por cada um dos domínios que analisava, ou seja, a preocupação não era esclarecer ou discutir a verdade ou a falsidade dos ensinamentos de seus objetos. O que a Arqueologia pretende é tratar o que foi dito pelas “ciências” como “discursos-objeto”. O objetivo é tentar clarificar quais são as regras que regem os discursos científicos. Desta forma, a Arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local (Burrell, 1988 e Rabinow e Dreyfus, 1995). Na análise das organizações, encontramos sua utilização somente pelos artigos de Xu (1999 e 2000) que analisou como ocorreu a

formação discursiva da noção de qualidade e as regras de funcionamento desde discurso, desde os círculos de controle de qualidade até a qualidade total.

Como apresentamos no segundo capítulo, a Genealogia, por sua vez, procura apresentar as descontinuidades que nos atravessam (Foucault, 1979b). A Genealogia é uma forma de história que dá conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc. sem se referir a um sujeito consciente e “senhor de si” (Foucault, 1979a). Ela é um diagnóstico que se concentra nas relações de poder e saber na sociedade moderna (Rabinow e Dreyfus, 1995, pg. 117). O genealogista observa as relações de força funcionando em acontecimentos particulares<sup>48</sup>.

Nos artigos que analisamos Knights e Morgan (1991) foram os únicos que utilizaram a Genealogia para discutir, em um artigo extremamente provocativo, as teorias de estratégia corporativa por meio desta metodologia, mostrando as condições da possibilidade do desenvolvimento da estratégia empresarial e como ele ocorreu no interior de relações e lutas de poder. Fizeram isso analisando artigos e livros sobre estratégia corporativa.

O método genealógico possui um grande potencial para ser explorado em análise das organizações. Ele poderia, por exemplo, ser utilizado tanto para analisar as condições reais do aparecimento de determinados discursos no interior de lutas e tramas de poder em áreas de especialidade da administração, tais como: recursos humanos, marketing e finanças quanto para mostrar a legitimação dos executivos como pessoas importantes e fundamentais nas organizações, em detrimento dos demais membros das organizações, e de áreas de especialidade dentro de organizações específicas. No primeiro caso, a análise poderia ser muito útil para discutir as condições de possibilidade do surgimento de modismos gerenciais, tais como: sistemas integrados de gestão (Caldas e Wood, 2001) ou ISO-9000. Uma análise genealógica seria útil para mostrar as relações entre estes discursos e os jogos de poder que os sustentam. Estas seriam algumas possibilidades de desenvolvimento, sem a criação de *colchas de retalhos* conceituais.

### 5.2.2. Possibilidades de uso da Biopolítica

---

<sup>48</sup> Cf. Rabinow e Dreyfus, 1995, pg. 121.



Parece que o segundo deslocamento que houve na analítica do poder desenvolvida por Michel Foucault não se repetiu em nossa área de estudo, pois, conforme discutimos no primeiro capítulo e neste, a maioria dos trabalhos em organizações fundamentada em noções foucaultianas realizaram suas análises “utilizando-se” quase que exclusivamente as disciplinas. Discutimos no item 5.1.3. as limitações dessa perspectiva para as análises a respeito das técnicas e instrumentos de gestão mais atuais e apontamos que nesta parte do capítulo discutiríamos as possíveis contribuições dos demais aspectos da analítica do poder para o estudo destas relações nas organizações. Neste item, focaremos especificamente nossa análise nas possíveis contribuições das discussões de Michel Foucault sobre a biopolítica que, como indicaremos, podem contribuir para renovar e refinar as discussões sobre poder em análise das organizações.

Como apresentamos no primeiro capítulo, poucos autores organizacionais procuraram utilizar noções da biopolítica para a construção do argumento de seus artigos. As exceções foram os trabalhos de Munro (2000), Townley (1993), Knights (1992) e Jackson e Carter (1995).

Munro (2000) utilizou a noção de biopolítica para discutir a questão do poder não disciplinar nas organizações. O autor apontou que na dinâmica das organizações, especialmente nos aspectos relacionados à tecnologia da informação atual, a noção de poder disciplinar não consegue dar conta, como referencial analítico, por completo das explicações para os exercícios de poderes. Munro (2000) apontou que é muito presente nas empresas coetâneas uma forma de poder relacionada ao controle de fluxos de informação e acesso a esses fluxos, em detrimento de técnicas de observação hierárquica ou imposição de exercícios disciplinares, presentes nas organizações e nos sistemas de informação organizacional. Porém, usou a noção de biopolítica somente para mostrar que o próprio Foucault não via as disciplinas como a única técnica de poder. Munro não aprofundou sua análise da biopolítica e propôs um modelo próprio para analisar o poder nas organizações atuais. Este modelo não contemplou a questão da norma biopolítica, tampouco a questão do governo.

A noção de biopolítica foi utilizada por Townley (1993) ao discutir as técnicas de recursos humanos, tais como: descrição de tarefa, avaliação de desempenho e processos de seleção,

apontando tais técnicas como formas de criar um saber para se poder governar uma “população de pessoas”. Todavia, a autora deixou tal idéia sem desenvolvimento e preferiu discutir as demais funções de poder/saber das práticas de RH e como elas geram possibilidades de disciplinarização das pessoas, sem, com isso, discutir as diferentes formas de normalização e suas articulações para gerir as pessoas.

Knights (1992) apontou, em um artigo, as possibilidades de análises abertas para a área da estratégia empresarial por uma visão foucaultiana destacando, brevemente, o impacto das noções de biopolítica e governamentalidade para o estudo da estratégia. Neste sentido, ele discutiu que o sistema de verdade de conceitos mercadológicos como estratégia empresarial é produto do poder exercido por grandes corporações, governos e escolas de negócios dentro dos quais há um incentivo para gerar conhecimento sobre os mercados e sobre como geri-los. Knights (1992) defende que as teorias em estratégia empresarial são discursos que colocam a gestão como um elemento da racionalidade governamental corporativa. Tal discurso foca o mercado e procura fazer com que ele possa ser gerido pelas corporações, além de preconizar as relações econômicas como problema fundamental. Apesar da análise interessante, ela aparece sem grandes desenvolvimentos de argumentação e implicações para analisar a área o seu objeto, já que o objetivo do autor era somente levantar como os diferentes aspectos dos trabalhos de Michel Foucault poderiam ser úteis para discutir e problematizar a estratégia empresarial. Assim, a questão da biopolítica ocupa um papel secundário nas suas discussões.

Jackson e Carter (1995) pretenderam utilizar a governamentalidade para discutir e problematizar a governança corporativa. Os autores descrevem que a governança surgiu em uma época em que as organizações estão sendo acusadas de praticarem atos ilegais e por isso ela seria uma forma de “colocar a casa em ordem” e de jogar luz e transparência nas práticas corporativas. Todavia, os autores apontam que a governança é mais um mecanismo de poder/saber por meio do qual o capitalismo protege seus interesses. Eles denunciam que o uso da frase “governança corporativa” reflete uma conotação de associação deste conceito com o papel do governo de gerar a equidade, a justiça e a proteção das pessoas. Eles utilizam a noção de governamentalidade dizendo que Foucault, nesta discussão, apontou os papéis do governo enfatizando a compreensão do seu foco em termos das propostas que ele

é designado a atingir. A governamentalidade mostraria, segundo os autores, uma mudança da tentativa de proteger as fronteiras do Estado para uma discussão da importância de regular e ordenar o que ocorre dentro destas fronteiras. Por isso, discutiram que a proposta da governança corporativa seria mascarar o lado obscuro das empresas, protegendo os interesses da corporação e procurando evitar atitudes antiéticas ao mesmo tempo em que tentam mostrar somente o que interessa para as empresas que venha à tona. Se compararmos os usos feitos pelos autores da noção de governamentalidade que discutimos no capítulo anterior, poderemos perceber que eles realizaram um uso reduzido da questão da governamentalidade, pois se limitaram a usar esta noção para discutir um aspecto específico do mundo empresarial que é a governança corporativa em algumas de suas facetas.

Pelo que expusemos, percebemos que tanto os artigos que se apropriam da noção de biopolítica quanto os que se apropriam da noção de governamentalidade fizeram isso de forma superficial. Aspectos importantes, tais como: as diferenças entre a normalização disciplinar e biopolítica, as articulações entre as práticas de gestão dentro de uma mesma “governamentalidade”, ou melhor dizendo, dentro de uma mesma lógica e os mecanismos utilizados para a regulação das populações foram deixadas de lado. Além disso, percebemos que vários autores que usaram a análise do poder foucaultiana notaram que as disciplinas não são suficientes para compreender as dinâmicas das relações de poder nas organizações que analisaram. Por isso, iremos apresentar algumas possibilidades de discussão que os autores em análise das organizações poderiam desenvolver utilizando outros aspectos da análise do poder foucaultiana.

Um ponto que nos parece fundamental na diferenciação e complementaridade entre as disciplinas e a biopolítica, que não foi explorado em nenhum dos artigos que analisamos com base em Foucault na análise das organizações, é a questão da norma. Vimos no capítulo anterior que tanto as disciplinas quanto a biopolítica normalizam. Porém, exercem esta normalização de forma diferente. A normalização disciplinar funciona por meio da imposição, sobre quem ela atua, de um modelo ótimo definido *a priori*. Procura fazer pessoas, gestos, ações, atos e atitudes funcionarem de acordo com esse modelo. Elas fazem isso porque analisam, decompõem os indivíduos, os lugares, o tempo. Depois, classificam

os termos decompostos, estabelecem ordenações entre eles, fixam procedimentos de correção e controle e, com isso, procuram estabelecer uma separação entre o normal e o anormal. Em contra-partida, a normalização da biopolítica age de forma diferente. Os dispositivos de segurança não definem um normal *a priori* para separar os normais dos anormais e agir sobre os últimos. O que eles fazem é identificar diferentes tipos de normalidade. Procuram encontrar as diferentes curvas, no que pretendem analisar, em populações específicas. Depois disso, agem para combater as curvas mais distantes do que foi definido como a curva mais comum. Assim, antes de procurar criar o normal, os mecanismos da biopolítica estudam as diversas curvas de uma dada população e, *a posteriori*, definem o qual é a curva mais normal<sup>49</sup>, para então agir e tentar mudar as curvas desfavoráveis, buscando aproximar as mais desfavoráveis da definida como normal. Como discutimos anteriormente, o próprio Foucault considera que na norma ocorre a articulação entre a disciplina e as biopolítica, por isso, esta questão é fundamental.

Desta maneira, os teóricos organizacionais poderiam utilizar a noção da norma biopolítica para analisar a realidade das organizações e procurar observar como diferentes empresas possuem diferentes normalidades que são específicas e quais os mecanismos (técnicas de gestão, inovações gerenciais, estratégias de ação, programas organizacionais, etc.) utilizados pelas organizações não para disciplinar, mas para criar curvas mais favoráveis, buscando a regulação de seus funcionários. Poderíamos tentar perceber como os mecanismos de regulação estão presentes em diferentes contextos organizacionais, como as empresas na atualidade procuram regular os fluxos internos em suas organizações, dando maiores possibilidades de participação para seus empregados, fugindo de um controle disciplinar e buscando um controle de regulação. Neste aspecto, poderíamos analisar como técnicas gerenciais servem para a apreensão de diferentes curvas de normalidade dentro de empresas específicas para depois agir sobre as curvas desfavoráveis. Por exemplo, se analisarmos os sistemas integrados de gestão perceberemos este fato de forma patente. Um sistema integrado deste tipo procura levantar e centralizar todos os tipos de informações das organizações, tais como: vendas, lucros por produto, absenteísmo, custos por matéria prima, níveis de estoque por produto comercializado, *turn-over*, salários, produtividade por

---

<sup>49</sup> No caso da biopolítica, a norma surge como um jogo no interior de normalidades diferenciais (Fonseca, 2001, pg. 216)

operário, produtividade por célula de trabalho, benefícios, etc. Trata-se de uma forma de diagnosticar a organização por meio de números e curvas estatísticas e de centralizar as informações nas cúpulas dirigentes. Por meio deste sistema, o escritório central das empresas pode acompanhar o comportamento diário de suas subsidiárias, verificando suas diferentes curvas de normalidade, tomando conhecimento das diferenças regionais, e definindo metas que devem ser atingidas de forma particular. Com estas informações, os gestores podem identificar os pontos problemáticos, as curvas desfavoráveis e agir sobre seus comportamentos.

Além disso, poder-se-ia investigar a articulação entre a norma disciplinar e a norma biopolítica. Usando esta diferenciação, por exemplo, poderíamos partir dos pontos levantados por Munro (2000) em seu trabalho e analisar como os sistemas de informação nas organizações buscam apreender e agir sobre diferentes curvas de normalidade e verificar as normalidades regionalizadas. O autor poderia, inclusive, analisar como os fluxos de informação são regulados de forma diversa em diferentes contextos organizacionais, já que seu comportamento não é homogêneo, mas diferenciado em cada ponto. Com isso, poderia ter refinando ainda mais suas análises. Por sua vez, partindo dos interessantes *insights* levantados por Townley (1993) em seu artigo poderíamos discutir como programas de recursos humanos agem não somente para disciplinar as pessoas, mas também para regulá-las. Multinacionais, por exemplo, utilizam sistemas de avaliação de desempenho mundial<sup>50</sup>. Ou seja, as filiais localizadas nos diferentes países analisam seus funcionários de acordo com a mesma metodologia e todos são comparados entre todos. Os planos de carreira são equivalentes nos diferentes países e as pessoas são alocadas aos cargos gerenciais e de diretoria de acordo com a sua avaliação mundial. Mas, antes disso, cada país levanta as informações de seus executivos e constrói a curva de desempenho de cada país, ou seja, antes da comparação entre os diferentes países analisam os desempenhos regionais sem um padrão pré-determinado. Com estes dados, a matriz decide a alocação de verba para treinamento e desenvolvimento gerenciais por região de atuação mundial. Todavia, para se atingir um cargo de diretoria regional, por exemplo, existem as habilidades

---

<sup>50</sup> Soubemos desta utilização pelo relato de executivos que trabalham neste sistema que é realizado praticamente por quase todas as multinacionais. Informações sobre este sistema de avaliação de desempenho podem ser encontradas nos sites da rede mundial de computadores das empresas. Um dos mais famosos deste tipo de sistema ocorre na Unilever e pode ser consultado no <http://www.unilever.com>

que são desejadas e os que querem chegar a estes cargos devem passar por treinamentos rigorosos para que possam evidenciar que possuem tais habilidades. Assim, percebemos que neste caso tanto a norma biopolítica de regulação quanto a norma disciplinar estão presentes no sistema, ou seja, há uma articulação entre elas e o referencial foucaultiano poderia ser muito “útil” para interpretar estes fatos.

Desta forma, podemos perceber, por esses pequenos exemplos que acabamos de citar, que as análises das diferentes normalizações disciplinares e biopolíticas podem ser de grande relevância para a compreensão das dinâmicas de poder das práticas organizacionais e das técnicas de gestão atuais, principalmente, se forem realizadas por meio de uma elaboração genealógica.

Outro ponto passível de ser desenvolvido são as possíveis contribuições para análise organizacional a partir da noção de governamentalidade. Mostramos no primeiro capítulo que a utilização desta noção foi muito pouco desenvolvida pelos teóricos em análise das organizações. Os que fizeram isso na base de dados que levantamos foram Knights (1993), Townley (1993) e Jackson e Carter (1995). O primeiro apresentou algumas possibilidades de desenvolvimento de análise, a partir desta noção, para a estratégia empresarial e, os outros dois autores analisaram a governança corporativa usando algumas noções específicas da governamentalidade. Além deles, Townley (1993) fez brevíssimas considerações sobre o tema e suas implicações para as práticas de Recursos Humanos. Todos estes autores que tocaram no tema acabaram por não o desenvolver de maneira mais detalhada, deixando aberta uma grande avenida de possibilidades para análise.

Apresentamos no capítulo anterior que a governamentalidade diz respeito à gestão das coisas e das pessoas, constituindo-se como o problema do governo compreendido no sentido da condução (Fonseca, 2001) e na forma de se conseguir os melhores resultados econômicos desta gestão. Os objetos do governo seriam os contrastes e as regularidades populacionais, sendo uma atividade que buscava moldar, guiar ou “afetar” a conduta de um grupo de pessoas ao mesmo tempo em que buscava agir nas pessoas isoladamente (Gordon, 1991, Fonseca, 2001). Um dos significados apontados por Foucault (1979h) para o termo governamentalidade é o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, cálculos, reflexões que permitem exercer uma forma específica de poder que tem por alvo a

população, por forma de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Estes dispositivos lidam com uma série de eventos possíveis e prováveis, avaliam por meio de cálculo de custos comparativos e não prescrevem uma demarcação binária entre o permitido e o proibido, mas agem por meio da especificação de uma média ótima com uma variação tolerável. As governamentalidades variam ao longo das épocas histórias e buscam objetivos específicos para o governo, fazendo com que seus dispositivos funcionem em conjunto para assegurar uma dada finalidade. Apresentamos estas variações discutidas por Foucault quando no capítulo passado destacamos a pastoral, a razão de estado, o liberalismo e o neoliberalismo como formas de conduzir as condutas e governar as pessoas em épocas históricas específicas. Cada uma dessas governamentalidades possuía objetivos específicos: a pastoral procurava assegurar a salvação “das ovelhas”; a razão de Estado assegurar a preservação do Estado; o liberalismo fazer funcionar mecanismos que por um lado procuravam assegurar o crescimento, a força, o enriquecimento, o poder do Estado e, por outro, limitar, a partir do interior, o exercício do poder de governar e, por fim, o neo-liberalismo que no caso da Alemanha procurou garantir a coesão social apoiada nas leis do mercado e na limitação do Estado. No caso Norte-Americano, buscou fazer com que a economia passasse a analisar as relações não somente de mercado, colocando o mercado como tribunal da política e demais esferas da vida. Para Foucault, “a governamentalização é o movimento pelo qual se trata de assujeitar os indivíduos, por meio de mecanismos de poder que reclamam para si uma verdade no interior de uma prática social” (Fonseca, 2001, pg. 272).

A noção de governamentalidade poderia ser de grande valia para compreender as dinâmicas de governo das organizações e os instrumentos e mecanismos utilizados para fazer a condução de todos e de cada indivíduo ao mesmo tempo para se conseguir o melhor resultado econômico desta gestão, vendo como se dá e quais os mecanismos que geram as integrações entre as disciplinas e a biopolítica dentro das empresas e demais organizações. Seria extremamente pertinente para analisar os mecanismos de poder que assujeitam os indivíduos por discursos de verdade específicos e que “vendem”, de forma clara ou velada, a possibilidade de salvação. Este aspecto seria muito “útil” para refinar as análises de Willmott (1993) sobre a cultura corporativa e também para analisar as formas de legitimação das técnicas de gestão atuais que usualmente aparecem como salvadoras.

De forma complementar, a governamentalidade seria pertinente para analisar as interações de diferentes empresas e organizações que se articulam entre si e utilizam métodos similares, mas que levam em conta suas peculiaridades, ao se integrarem a lógicas comuns. No caso das multinacionais, seria de particular interesse analisar, de forma pormenorizada, os modelos e métodos de gestão impostas às suas subsidiárias pelas centrais, dentro da gestão utilizada para a *multi* como um todo e as peculiaridades e as variações que estas gestões assumem em diferentes contextos. Dentro deste espectro de análise, poderia ser investigado como uma lógica mais geral, tanto nacional quanto internacional, e o tipo de regulação que elas impõem afetam as diferentes organizações. Mecanismos nacionais como agências de regulação, legislações específicas, órgão de ministérios, bem como mecanismos internacionais, tais como: OMC e OIT, além de ONGs como *Greenpeace* e *Corporate Predators*, afetam diretamente o tipo de gestão que é desenvolvido nas organizações e o tipo de instrumentos e técnicas de gestão implementados para geri-las. Liberações de crédito e aceitação de produtos, muitas vezes, dependem do cumprimento de regras, tais como: não utilizar mão de obra infantil, não degradar o meio-ambiente e adotar técnicas de gestão específicas como sistemas de auditoria, SAPs<sup>51</sup> ou ISO-9000. Assim, tais integrações poderiam ser analisadas e pormenorizadas discutindo como elas afetam a forma do governo e da condução de condutas dentro das empresas. Foi neste sentido que dissemos que Jackson e Carter (1995) poderiam ter explorado mais a análise que desenvolveram vendo como a questão da implementação de técnicas de governança corporativa poderia estar relacionada e articulada com interações entre diferentes organizações.

O último ponto que gostaríamos de destacar nessa discussão sobre as possibilidades abertas pelos outros temas da analítica do poder em Foucault para o enriquecimento das discussões em análise das organizações nos foi levantado pela obra já mundialmente reconhecida de Hardt e Negri (2001). O paralelo nos parece pertinente porque os autores utilizam as partes significativas da analítica do poder para desenvolver seus argumentos e para analisar a contemporaneidade.

Hardt e Negri (2001) escreveram um livro extremamente provocativo em que apontam o surgimento do Império: a substância política que regula as permutas globais e o poder

---

<sup>51</sup> SAP é um tipo específico de sistema integrado de gestão.



supremo que governa o mundo. Com base em uma perspectiva interdisciplinar, pretenderam analisar a articulação das estruturas e instituições que governam o mundo de hoje. Apontam que os fatores primários de produção e troca (dinheiro, tecnologia, pessoas e bens) estão se comportando cada vez mais à vontade em um mundo acima de fronteiras nacionais. Porém, indicam que o declínio da soberania do Estado-nação não implica que a soberania esteja em declínio. Argumentam que por meio das transformações contemporâneas, os controles políticos, as funções do Estado e os mecanismos reguladores se articulam formando o Império que determina a produção e as permutas econômicas. Estas forças se articulam e criam o campo de possibilidades de atuação. O Império é a soberania que tomou nova forma sendo composto por mecanismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica e regra única. O mercado mundial é o modelo de soberania do Império.

Um dos aspectos extremamente interessante da análise desenvolvida pelos autores é apontar que o Império não estabelece um centro de poder territorial nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas e não está localizado de forma absoluta em nenhuma superpotência específica. Ele é uma estratégia anônima sem comandante e um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que tem incorporado gradualmente todo o mundo dentro de suas fronteiras que estão abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. Ele é derivado, e ajudou a causar, uma mudança do modo de produção em que o econômico, o político e o cultural se sobrepõem e completam uns aos outros, fazendo com que o capital se defronte com um mundo definido por complexos regimes de diferenciações e homogeneizações que ora se desterritorializam e ora se territorializam novamente. Hardt e Negri (2001) destacam que o Império caracteriza-se pela ausência de fronteiras, já que o poder que exerce não possui limites e que seu poder governa todo o mundo ‘civilizado’. Ademais, ele apresenta-se como um regime fora da história, pois figura como uma ordem que suspende a história e determina o estado de coisas existentes e atinge as profundezas do social criando o mundo em que as pessoas habitam, além de regular a natureza humana, procura regê-la. Além disso, os autores afirmam que o Império tem como objetivo de seu governo a vida social como um todo. Por isso, os autores afirmam que ele se apresenta como a forma paradigmática do biopoder. Por

fim, destacam que ele se dedica à paz para garantir o máximo de produção. Os autores advertem que ele é absoluto, mas apresenta possibilidades para a liberação de seu domínio, pois as forças que criaram as multidões que sustentam o Império são capazes de construir uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais.

Os autores discutem que “as grandes corporações transnacionais constroem o tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico em certos e importantes sentidos” (Hardt e Neri, 2001, p. 50). Para eles, as corporações industriais e financeiras multinacionais começaram a *estruturar biopoliticamente* territórios globais, pois elas articulam territórios e populações, fazendo dos países instrumentos de registro do fluxo de mercadorias, dinheiro e populações que colocam em movimento.

*“as corporações transnacionais distribuem diretamente a força de trabalho pelos mercados, alocam recursos funcionalmente e organizam hierarquicamente os diversos setores mundiais de produção. O complexo aparelho que seleciona investimentos, dirige manobras financeiras e monetárias determina uma nova geografia do mercado mundial, ou com efeito a nova estruturação biopolítica do mundo”* (Hardt e Neri, 2001, p. 51).

Neste sentido, Hardt e Neri (2001) afirmam que o mundo reduziu-se a perspectiva monetária fazendo com que nada exista fora do campo permeado pelo dinheiro. Assim, as grandes potências econômicas, industriais e financeiras produzem não apenas mercadorias, mas também subjetividades dentro dos contextos biopolíticos: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes, acabando por produzir produtores. Na esfera desta biopolítica a vida é levada a trabalhar para a produção e esta para a vida. A comunicação desempenha, para os autores, papel fundamental nesta biopolítica, pois organiza o movimento da globalização e controla o sentido de direção do imaginário, ou seja, o imaginário é canalizado e guiado dentro da máquina de comunicação. Esta máquina possui papel fundamental em legitimar o Império. A máquina imperial vive da produção de um contexto de equilíbrio e redução das complexidades, apresentando um projeto de cidadania universal para intensificar a eficácia de sua intervenção.

O uso do conceito de Império e suas inter-relações com as organizações nos parece um campo promissor para a análise. Em primeiro lugar, porque não é apresentada uma teoria conspiratória em que alguns dominam e subjagam muitos por meio de uma manipulação velada, mas comandada por pessoas ou países. Hardt e Negri (2001) não oferecem uma explicação para a realidade do mundo atual recorrendo às ações de homens inescrupulosos que comandariam uma conspiração para dominar o mundo. Os autores tentam mostrar os efeitos e as articulações das diversas forças e instituições que acabam por canalizar o mundo e a interação entre as suas partes para um caminho que valoriza o mercado, as trocas econômicas e a instrumentalidade. Estas forças, como discutimos, criam os campos de possibilidade de ações. Neste contexto, há uma lógica anônima de atuação e as organizações apresentam papel decisivo na construção deste mundo e na composição das forças deste Império (Hardt e Negri, 2001). A atuação do Império se dá pela regulação das populações e as corporações, especialmente as multinacionais, representam, como vimos no parágrafo anterior, uma das forças fundamentais do poder de regulação no mundo.

Os teóricos em organizações poderiam se aproveitar das noções de biopolítica e governamentalidade para analisar como as organizações em geral e as corporações em particular compõem e participam da lógica Imperial. Seria extremamente interessante investigar como as diferentes técnicas gerenciais fazem parte desse processo e da regulação que compõem uma lógica mais geral e acabam por criar os campos de possibilidade de ações das pessoas, tanto dos “clientes internos” quanto dos “clientes externos”. Dentro deste espectro de análise, poder-se-ia investigar as formas de governo que as corporações impõem, sem que sejam comandadas por uma racionalidade maligna, para seus funcionários e para as sociedades em que atuam e os mecanismos utilizados para “conduzir” todos e cada um no sentido de garantir a “vontade” do Império e a maximização de suas forças. Como Hardt e Negri (2001) apontaram que a indústria da comunicação desempenha papel fundamental na legitimação do Império e é um mecanismo importante na regulação da sociedade, poderíamos investigar as articulações entre a mídia de negócios, as corporações e as escolas de administração, pois produzem e propagam o saber administrativo. Além disso, a investigação das articulações e relações das políticas de gestão organizacional e das interações entre as diversas organizações estatais e não estatais que propusemos acima poderiam ser feitas tendo como pano de fundo suas articulações

com o conceito de Império. Uma investigação deste tipo passaria pela análise das relações entre as regulações, as disciplinarizações e a lógica imperial, além das formas de atuação dessas regulações e disciplinarizações sobre a população do Império, ou melhor, a forma que constroem os nossos campos de possibilidade de ações.

### 5.2.3. Resistência

Apresentamos no capítulo 01 que uma das portas de entrada da utilização do pensamento de Michel Foucault na análise das organizações ocorreu nas discussões do *Labor Process Theory*. Neste ramo da análise, ocorreram embates teóricos entre os marxistas e os foucaultianos. Um dos pontos em que essa luta se travou foi nas discussões sobre resistência e emancipação. As abordagens foucaultianas foram duramente criticadas pela forma que discutiram (ou deixaram de discutir na visão dos marxistas) a questão da resistência. A argumentação básica dos estudiosos marxistas é que essas abordagens não discutiram a questão da resistência de forma apropriada. Isso se deveria ao fato de os foucaultianos, segundo seus críticos, colocarem o poder como presente em todos os lugares ao mesmo tempo deixando, assim, a resistência para o segundo plano. Os críticos afirmaram que ela foi sub-discutida, pois os foucaultianos viam que somente o poder é positivo e produtivo, enquanto a resistência seria uma simples reação a esta produção. Para os marxistas do *Labor Process Theory*, os foucaultianos viam a resistência de maneira altamente fragmentada e sem substância, pois ela quase não era tematizada nas discussões foucaultianas em análise das organizações e, em seu lugar, somente apareceria a linguagem da disciplina e da obediência. Apontaram, ainda, que o problema não é a descrição que os foucaultianos realizavam sobre as formas de controle das organizações, o problema seria que eles imaginavam que essas técnicas de controle funcionariam de fato (Thompson e McHugh, 1990; Thompson, 1993). Para os marxistas, a consequência direta foi que, como os foucaultianos não discutiram de forma apropriada a questão da resistência, não tematizaram a emancipação, deixando as pessoas sem esperança de se libertarem das estruturas que as dominam (Thompson, 1993). Cumpre destacar que a questão da resistência é uma temática extremamente importante na *Critical Management Studies* (Alvesson e Willmott, 1996; Fournier e Grey, 2000 e Davel e Alcadipani, 2002).

Se procurarmos as críticas levantadas pelos marxistas nos artigos que constam no inventário que realizamos, perceberemos que, de fato, poucos artigos discutiram a questão da resistência nas análises que realizaram. Ball e Wilson (2000) discutiram as dinâmicas das relações entre poder, controle e resistência em monitoradores eletrônicos de desempenho em uma empresa. Os autores verificaram que poder, controle e resistência eram constituídos no nível individual e estavam especificamente relacionados com o uso (e abuso) dos monitoradores de desempenho. Apontaram, ainda, que os monitoradores, a despeito de estarem submetidos à resistência constante dos que são monitorados, acabam por desempenhar um papel importante na construção de uma subjetividade disciplinada. Por sua vez, Gabriel (1999) tratou da relação entre poder, discurso e resistência, analisando a questão do poder disciplinar em Foucault e nos usos que foram feitos de sua perspectiva em análise das organizações. Concluiu que os trabalhos de Foucault viam o indivíduo como dependente ou como mera consequência das relações de poder, retirando quase que absolutamente a sua liberdade de ação. Para tentar “recuperar o sujeito”, Gabriel (1999) recorreu a uma abordagem psicanalítica. Hardy e Leiba-O'Sullivan (1997) utilizaram em seu artigo as noções de constituição da subjetividade, poder/saber, resistência, poder disciplinar e a relação entre discurso e poder. Todavia, na discussão sobre *empowerment*, não discutiram na questão da resistência em Foucault. Ela foi citada superficialmente. Assim, podemos perceber que a questão da resistência foi pouco explorada pelos autores em análise das organizações.

Conforme já dissemos exaustivamente, quando analisamos quais eram as noções foucaultianas utilizadas pelos autores para a análise das organizações, verificamos que a discussão do poder disciplinar foi a que mais se destacou. A utilização das disciplinas fora do contexto da Genealogia desenvolvida pelo pensador e uma leitura superficial da biopolítica podem passar a impressão de que os críticos marxistas em organizações estão corretos em suas críticas. Pode-se imaginar que, de fato, Foucault subvaloriza a questão da resistência e possui uma visão ingênua, acreditando que as formas de controle são absolutas. Parece que vivemos em um mundo em que os seres humanos estão fadados, condenados a serem sempre disciplinados, a população a ser regida e as subjetividades submetidas pelos regimes de verdade e pelas relações de poder. Tais fatos, em uma época, como a que vivemos, em que há o domínio de um modo de produção econômica que acaba

por reduzir tudo a mercadorias, toma cores fortes e possui consequências desastrosas. A análise de poder foucaultiana parece não deixar brechas, não deixar portas, não deixar lugar, se quer para um simples e reles sonho de liberdade. Mundo onde a disciplina se desenvolveu e estabeleceu, mundo de homens feitos para serem dóceis e submissos, mundo de populações que devem ser reguladas constantemente, mundo em que os homens devem ter a sua subjetividade subjugada, a fim de que se possa extrair ao máximo deles. Qualquer outro regime ou sociedade traria consigo agenciamentos e faces de procedimento de poder em que todos estariam igualmente submetidos.

Todavia, de acordo com o que discutimos no capítulo 02 que para Foucault, onde há poder, há resistência sendo que por este motivo ela. Por tal motivo, a resistência nunca se encontra em posição de exterioridade com relação às relações de poder. As resistências somente podem existir, por definição, no campo estratégico das relações de poder (Foucault, 1988). Desta maneira, Foucault (1979e) aponta que a partir do momento que há relação de poder, há resistência em potencial. Por isso, jamais somos aprisionados por uma forma homogênea de poder, já que os choques entre poder e resistência geram novas e infindáveis configurações de poder. O autor discutiu também que apesar dos pontos de resistência estarem presentes em toda rede de poder, eles não são um reverso passivo das relações em questão, fadados a derrota e também não se reduzem a poucos princípios heterogêneos. As resistências são o outro termo nas relações de poder, já que se inscrevem nelas, sendo distribuídas de modo irregular (Foucault, 1988).

Frente ao constante questionamento realizado pelas outras perspectivas críticas sobre a questão da resistência em Foucault, dois artigos (Knights e Vurdubakis, 1994<sup>52</sup> e Chan, 2000) discutiram esta temática com relativa profundidade na análise das organizações.

Knights e Vurdubakis (1994) realizaram uma defesa das abordagens foucaultianas no âmbito do *Labor Process Theory*, apontando que as críticas aos foucaultianos tendem a ser enraizadas em distinções dualísticas sobre as várias polaridades entre sujeitos e objetos. Os autores discutiram que nesse pensamento dualístico a resistência é percebida como um pólo que sempre deve ser oposto e estar do lado de fora do poder. Knights e Vurdubakis (1994)

---

<sup>52</sup> Este artigo não consta em nossa base de dados, mas como é seminal para a discussão sobre a resistência em LPT incluímos ele aqui

argumentam que Foucault, ao analisar que poder constitui resistência e vice-versa de forma permanente, vai à direção de desconstruir esses dualismos. Eles argumentam que a resistência não pode ser encarada como algo que é oposta e está fora das relações de poder, pois as constituições destas relações implicam a constituição de resistências. Eles também respondem algumas das críticas levantadas pela corrente marxista da *Labor Process Theory* contra suas análises. A primeira delas seria: qual espaço poderia ser ocupado pela resistência se o poder está em todo o lugar. A resposta deles aponta que como o poder somente pode ser exercido dentro ou por meio de relações sociais, ele nunca pode ser tão total, coerente e exaustivo para impossibilitar a resistência. A segunda objeção diz respeito ao problema da possibilidade de ação das pessoas: se todos os sujeitos são constituídos pelas relações de poder, quem poderia ser o agente da resistência? Neste aspecto, os autores argumentam que ação de poder não é mutuamente exclusiva a ação de resistência. A questão não é que alguns possuem poder e outros estão alijados dele, mas sim que os atos de resistência também são atos de poder e que os mesmos agentes podem estar envolvidos nos dois tipos de ação. Por fim, eles discutiram o problema da justificativa: como a resistência pode ser explicada se não há uma libertação última para ser oferecida? A base da resposta de Knights e Vurdubakis (1994) é feita por meio de uma citação de Foucault: “the best theories do not constitute a very effective protection against political choices. Great themes such as ‘humanism’ can be appealed to in order to legitimate any end whatever” (Foucault<sup>53</sup> apud Knights e Vurdubakis (1994, p. 192)) e afirmando que a emancipação não ocorre de uma única vez, mas que a crítica implica a atividade de sempre induzir reflexões sobre o que está estabelecido e buscar uma outra ordem.

Chan (2000) utilizou-se das noções de liberdade e resistência em Foucault para apresentar uma alternativa de redirecionamento da crítica em análise das organizações. Chan (2000) apontou, a partir de Foucault, que em cada racionalidade em que o poder é exercido há relacionado uma resistência e que ela não ocorre de maneira global, mas sim por meio de atitudes locais, pois é no local e em arenas específicas que novas formas de poder são inventadas, aplicadas e revisitadas. Como teóricos organizacionais, o autor destaca que

---

<sup>53</sup> Os autores citam: FOUCAULT, M. *The Foucault Reader* edited by P. Rabinow, Harmondsworth: Penguin, 1984 pg. 374)

devemos questionar e desafiar as formas por meio das quais nossa subjetividade vem sendo construída.

O ponto levantado por Chan (2000) foi discutido por Foucault em seu texto “O Sujeito e o Poder” (Foucault, 1995). Nele, o pensador aponta que:

*“Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e a totalização própria das estruturas de poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade por meio da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos”* (Foucault, 1995, p.239).

A recusa ao tipo de individualidade que nos foi imposta é um tema importante para o aperfeiçoamento das discussões sobre a questão da resistência pela perspectiva que utiliza as idéias de Foucault para pensar o mundo das organizações. Esta recusa não foi desenvolvida pelos artigos que analisamos em nosso inventário. Somente Chan (2000) tratou a questão da resistência por meio dessa “recusa”, mas não entrou na discussão sobre a “atitude crítica”. A recusa da subjetividade que nos é imposta passa pela “atitude crítica” que é a recusa de ser governado (Fonseca, 2001). Esta noção nos foi apresentada pela discussão de “um direito novo” realizada por Fonseca (2001). Ele aponta que Foucault desenvolveu uma concepção do poder como uma estratégia formada por uma rede de mecanismos de normalização que atinge todos os domínios da vida das pessoas e da coletividade.

Frente a isso, Fonseca (2001, pgs. 266 e 267) afirma que devemos pensar qual é a forma de resistência a este tipo de poder. Para ele, foi a partir da noção de governamentalidade que se pode tratar de maneira consistente o tema da resistência ao poder normalizador em Foucault. Fonseca (2001) afirma que a concepção de poder, a partir da qual se organizaram os estudos sobre normalização disciplinar, fez com que o Michel Foucault procurasse



explorar o eixo “poder-saber”, ou melhor, as implicações entre os campos de saber e os mecanismos de poder que constituem a subjetividade moderna. Com a governamentalidade, há um segundo deslocamento que sai do eixo “saber-poder” e passa a dar conta do eixo “governo dos homens”. Com isso, a relação entre saber, poder e subjetividade não será pensada como sendo efeitos dos mecanismos de poder, mas como os três domínios se articulam no interior de uma *arte de governar* (Fonseca, 2001, p. 268).

Antes dessa noção, aponta Fonseca (2001), a resistência tinha de ser pensada dentro do caráter de difusão e capilaridade do poder normalizador. Essa difusão e capilaridade determinavam os limites no interior dos quais era possível pensar em resistência e que somente poderia vir junto com a difusão e com a capilaridade da normalização disciplinar. É este aspecto da resistência que apresentamos anteriormente e que os teóricos em análise das organizações acabaram por contemplar em suas discussões sobre o tema condutas. As discussões de Ball e Wilson (2000) vão claramente por esse caminho, pois observaram o funcionamento do poder disciplinar e da resistência a ele no detalhe. Knights e Vurdubakis (1994) ficaram presos às discussões parametrizadas pelos marxistas e responderam suas críticas sem recorrer ao papel que teve a governamentalidade realizou sobre a questão da resistência nos trabalhos de Michel Foucault.

Com a governamentalidade, destaca Fonseca (2001), a resistência ganha uma nova consistência, pois se pode resistir às formas de um governo (compreendido como conjunto de mecanismos de condução de condutas), já que há a possibilidade de recusar ser governado. A atitude crítica seria justamente a recusa em ser governado por outra pessoa. Fonseca (2001) afirma que para Foucault “como governar” e “como não ser governado” são problemas correlatos da governamentalidade dos homens. Essa atitude seria: “como não ser governado desse modo, por esse modo, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não desse modo, não para isso, não por eles” (Foucault apud Fonseca, 2001, p. 270)<sup>54</sup>. Assim, se as artes de governar procuram “assujeitar” os indivíduos por meio de mecanismos de poder que procuram para si uma verdade no interior da realidade de uma prática social, a crítica será o movimento em que o

---

<sup>54</sup> O texto original citado é *Qu'est-ce que la critique?* Foi apresentado na sociedade francesa de filosofia em 1978. Citei por achar o trecho indispensável e por não ter acesso ao original.

sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre os efeitos do poder do governo e interrogar o poder sobre seus discursos de verdade (Fonseca, 2001, pg. 272). Vimos no primeiro capítulo que somente pode haver relação de poder, nas discussões realizadas por Michel Foucault, quando há possibilidade de alternativas, pois se sua forma de atuação é conduzir condutas isso somente pode acontecer quando as pessoas são livres.

Pelo que acabamos de apresentar, vemos que as discussões sobre resistência nos estudos em organizações poderiam ser mais bem elaboradas por meio do uso da noção de “atitude crítica”. Poder-se-ia investigar as “atitudes críticas” tomadas pelos indivíduos em diferentes contextos organizacionais, seus significados, suas formas de atuação e suas conseqüências. Seria interessante analisar os motivadores destas atitudes nos contextos organizacionais e as suas formas de expressão, além de observar as diferenças dessas atitudes no nível individual e no nível coletivo. Hardt e Negri (2001), em sua discussão sobre o Império, apontaram que as pessoas e as populações que sustentam o Império poderiam mudar a forma do agenciamento dos fluxos que ele comanda e formar uma nova configuração. Desta maneira, teóricos organizacionais poderiam discutir possibilidades de resistência, por meio de uma atitude crítica, as tecnologias de poder presentes nas corporações e organizações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi realizar um inventário sobre a utilização de Foucault em análise das organizações, resgatando as origens do uso de suas idéias e as principais características de tal uso. Como isso ocorreu de forma mais intensa por meio do emprego de noções de sua analítica do poder para compreender a dinâmica das relações de poder e controle em contexto organizacional, apresentamos os principais pontos da analítica do poder foucaultiana nos capítulos 02, 03 e 04. Tendo como fundamento a analítica do poder realizada por Michel Foucault, problematizamos o uso de suas idéias na análise das organizações e sugerimos algumas possibilidades de desenvolvimento destas análises.

No inventário que realizamos sobre os usos das noções foucaultianas em análise das organizações, percebemos que desde 1986 há artigos que utilizam as idéias de Michel Foucault no contexto internacional para a análise das organizações, muito embora esta utilização tenha ganhado destaque e maior proeminência a partir dos anos 90 com a popularização de pensadores tidos como pós-modernos na área de análise organizacional. No Brasil, as obras seminais que realizaram o uso do pensador foram as de Prestes Motta (1982) e de Segnini (1986). Porém, um pequeno número de autores perseguiu trilhando esse caminho e, quanto o fizeram, realizaram aplicações da noção de poder disciplinar tanto como fundamento um referencial marxista (Davel e Alcadipani, 2002). Além disso, constatamos que por meio do uso de idéias foucaultianas uma pluralidade de temáticas foi discutida e problematizada em análise das organizações. Tais temáticas vão desde a denúncia de mecanismos de controle das organizações, passando por críticas às teorias de análise organizacional tradicional até discussões sobre gênero. As idéias de Foucault foram úteis para a análise crítica de uma série de objetos, tais como: ferramentas de gestão (qualidade total, times de trabalho, etc.), estratégia empresarial, discussões sobre discriminação de sexo, tecnologia de informação, processos organizacionais, discurso de grandes corporações, governança empresarial, etc. Tais idéias serviram para submeter estes objetos de pesquisa ao crivo crítico e, por isso, a grande maioria das temáticas dos artigos que utiliza os trabalhos de Foucault em nossa área de estudo está relacionadas com o tipo de pesquisa desenvolvido e consagrado dentro do campo da *Critical Management Studies*

(Alvesson e Willmott, 1997). Ademais, a utilização das idéias de Foucault está sendo de grande importância para o fortalecimento desta perspectiva crítica em análise organizacional (Fournier e Grey, 2000). Além disso, notamos que Foucault vem sendo utilizado por meio de sua analítica do poder discutida nos capítulos segundo, terceiro e quarto. A disciplina é a que mais tem sido utilizada para a realização das análises dos autores em análise das organizações. Algumas destas discussões utilizam-se também das obras do autor sobre o Panóptico e as relações entre poder/saber e constituição do sujeito disciplinado no contexto das organizações. Outros aspectos da Genealogia do poder como a biopolítica aparecem de forma extremamente restrita nos artigos que analisamos. O mesmo ocorreu com as discussões do autor sobre a questão da resistência. A maioria dos artigos é de ensaios teóricos. Todavia, observamos a existência de estudos de caso que utilizaram as idéias de Foucault para auxiliar na interpretação da realidade encontrada. Muito embora as idéias de Foucault estejam sendo utilizadas na área de organizações, historicamente mais aberta para perspectivas alternativas ao funcionalismo, há uma utilização em áreas da análise das organizações que são reconhecidamente mais pragmáticas e cujos fundamentos epistemológicos são muito mais atrelados ao paradigma funcionalista, tais como: marketing, contabilidade, pesquisa operacional, tecnologia da informação e recursos humanos.

Em termos da problematização dos usos de Foucault em análise das organizações, primeiro apontamos a pertinência da utilização de Foucault para compreender as organizações e sua teoria. Depois disso, vimos que a classificação das idéias de Foucault como pós-modernas é bastante temerária, pois o pensador rejeita estas rotulações e classificações por considerá-las como geradoras de discursos de verdade e de saberes disciplinados. Também apontamos que a maioria dos artigos analisados utiliza as noções desenvolvidas por Foucault de forma restrita, não dando conta da pluralidade da sua analítica do poder e construindo “colchas de retalhos” conceituais sem as devidas problematizações e rigor.

Nas possibilidades de desenvolvimentos para a análise das organizações, a partir da analítica do poder do autor, discutimos e exploramos de forma indicativa que a utilização da Genealogia aprofundadamente pelos teóricos organizacionais, as noções da biopolítica e

de “atitude crítica” são caminhos que podem ser abertos para problematizar, refinar e explorar aspectos importantes das organizações no mundo de hoje.

Por fim, uma dissertação como esta pode parecer um projeto inusitado na área de administração. Com ela, não procuramos indicar soluções para problemas práticos de empresas, não testamos teorias consagradas, não geramos conhecimento aplicável, não recorremos a levantamentos e análises de dados empíricos. Gostaríamos de recordar um trecho de Michel Foucault quando ele realizou o último deslocamento de ênfase metodológica em suas obras para justificar o projeto de estudar os trabalhos deste filósofo francês e as suas implicações para as discussões sobre poder nas organizações:

*“Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade - em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: Não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que esses jogos consigo mesmo tem que permanecer nos bastidores; e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de percepção que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofia hoje em dia - quero dizer a atividade filosófica - se não o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que é mundano, no seu próprio pensamento por meio do exercício de um saber que lhe é estranho. O “ensaio” - que é necessário entender como experiência modificadora de si no jogo de verdade,*

*e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação - é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma 'asce', um exercício de si, no pensamento" (Foucault, 1998, p. 13).*

Uma dissertação como a que fizemos procura ter uma “atitude crítica” com relação ao campo em que estamos inseridos e esta é a forma de darmos sentido para nosso trabalho.

## Referências Bibliográficas

- ACKROYD, S. e THOMPSON, P. Organizational Misbehaviour. London: Sage, 1999.
- AKTOUF, O. Le management entre tradition et renouvellement. Montréal: Gaëtan Morin, 1994.
- ALCADIPANI, R. e ALMEIDA, A. “Por fora bela viola, por dentro...: Análise crítica sobre a gestão do espaço nas organizações por meio de um estudo de caso sobre a implementação de um escritório aberto no Brasil” Organização e Sociedade. vol. 07, no. 19, 2000.
- ALVESSON, M. “Gender Relations and Identity at work: a case of masculinities and femininities in na advertising agency” Human Relations. vol. 51, no. 08, 1998.
- ALVESSON, M. e WILLMOTT, H. Making Sense of Management. London: Sage, 1996.
- ALVESSON, M. “The meaning and the meaningless of postmodernism: some ironic remarks.” Organization Studies. vol. 15 no. 05, 1995.
- ARAÚJO, I. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Editora UFPr, 2000.
- BALL, K. e WILSON, D. “Power, Control and Computer-based performance monitoring: repertories, resistance and subjectivity” Organization Studies. vol. 21 no. 03, 2000.
- BARKER, J. “Tighting the iron cage: Concentive control in the self management team.” Administrative Science Quarterly vol. 38, no. 03, 1993.
- BAUMAN, Z. “Is there a Postmodern Sociology?” Theory, Culture and Society. vol. 5 no. 2, 1988a.
- BAUMAN, Z. “Viewpoint: Sociology and Postmodernity” Sociological Review vol. 36 No.6, 1988b.
- BERTERO, C. CALDAS, M. e WOOD, T. “Criterios de avaliação de produção” Relatório de Pesquisa NPP-FGV no. 20, 1998

- BERTERO, C. "Poder e Organizações: Uma perspectiva Brasileira. Trabalho a ser apresentado no Colóquio de Estratégia e Organização". Seminário Internacional sobre estratégia e Organizações Zacatecas- México- Julho, 2000.
- BLOOMFIELD, B. e COOMS. R. "Information technology, control and power: the centralization and decentralization debate revisited". Journal of Management Studies. vol. 29, no. 04, 1992.
- BOJE, D. "Stories of the tellingstories organization: A postmodern analysis of Disney as a Tâmara- Land". Academy of Management Journal. Vol. 38, no. 04, 1995.
- BRAVERMAN, H. Labor and monopoly capital. New York: Monthly Review Press, 1974.
- BROCKESBY, J. e CUMMINGS, S. "Foucault plays Habermas: na alternative phylosophical underpinning for critical systems thinking". Journal of the Operational Research Society. vol. 47, no. 06, 1996.
- BROCKLEHURST, M. "Power, Identity and new technology Homework: Implications for new forms of organizing". Organization Studies. vol. 22 no. 03, 2001.
- BURAWOY, M. Manufacturing consent. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- BURCHELL, G., GORDON, C. e MILLER, P. The Foucault Effect: Studies in Governamentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- BURRELL, G. "Modernism, post-modernism and Organization analysis 2: The contribution of Michel Foucault" Organization Studies. Vol. 09, no. 02, 1988.
- BURRELL, G. "Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogy of analysis." Em: CLEGG, S. , HARDY, C. e NORD, W. Handbook of Organization Analysis. London: Sage, 1996.
- BURRELL, G. e MORGAN, G. Sociological paradigms and organization analysis. London: Routledge, 1979.



- BURRELL, G. "Modernism, post-modernism and organizational analysis 4: The contribution of Jurgen Habermas." Organization Analysis. vol 15 no. 02, 1994
- CALÁS, M. e SMIRCICH, L. "Past Posmodernity? Reflections and Tentative directions." Avademy of Management Review. vol. 24 no.4, 1999.
- CALDAS, M. e WOOD, T. "Reduccionism and complex thinking in ERP systems implementations." Revista de Administração Contemporânea. vol. 05, no. 02, 2001.
- CARVALHO DA SILVA, R. e ALCADIPANI, R. "Controle e poder pastoral nas Organizações". Anais do XXV ENANPAD, 2001.
- CASEY, C. "Come, join our family: discipline and integration in corporate organizational culture." Human Relations. vol. 52 no. 02, 1999.
- CHAN, "A Redirecting Critique in Postmodern Organization Studies: The Perspective of Foucault." Organization Studies. vol. 21 no. 06, 2000.
- CHAVES, E. Foucault e a Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CHIKUDATE, N. "Collective myopia and disciplinary power behind the scenes of unethical practices: a diagnostica theory on japonesse organization." Journal of Management Studies. vol. 39, no. 03, 2002.
- CHUA, W. "Radical Developements in Accounting Theory". The Accounting Review. vol. 61, no. 04, 1986.
- CLEGG, S. "Foucault, Management and Organizations" em: MCKINLAY, A. e STARKEY, K. Foucault, Management and Organization Theory. London: Sage, 1998.
- CLEGG, S. e DUNKERLEY, D. Organization, class and control : an insider's guide to politics. London : Routledge e Kegan Paul, 1980.
- CLEGG, S. Frameworks of Power. London: Sage, 1989.
- CLEGG, S. Modern Organization. Londres: Sage, 1990.

- CLEGG, S. "Radical Revisions: Power, Discipline and Organizations" Organization Studies. vol. 10. no. 01, 1989.
- CLEGG, S. "Weber and Foucault: social theory for the study of organizations" Organization vol. 1. no. 01, 1994.
- COLLINSON, D. "Surviving the rigs': safety and surveillance on North Sea oil installations" Organization Studies. vol. 20, no. 04, 1999.
- COOMBS, R.; KNIGHTS, D. e WILLMOTT, H. "Culture, control and competition; towards a conceptual framework for the study of information technology in organizations" Organization Studies. vol. 13, no. 01, 1992.
- COOPER, D. (1989). "Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis3: The contribution of Jaques Derrida." Organizational Studies. Vol. 09 no. 01, 1989.
- COOPER, D. e BURRELL, G. "Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis." Organizational Studies. vol. 09 no. 01, 1988.
- COVALESKI, M. DORSMITH, M. HEIN, J E SAMUEL, S. "The calculated and the avowed: Techniques of discipline and struggles over identity in six big public accounting firms." Administrative Science Quarterly. Vol. 43, no. 02, 1998.
- CUMMINGS, C. "Back to the Oracle: Postmodern Organization Theory as a Resurfacing of the Pre-Modern Wisdom", Organization, vol. 3, nº 2, 1996.
- DAVEL, E. & CHENNOUFI, M. "Les études critiques en management: un aperçu de la littérature récente." The Annual Conference of Administrative Sciences Association of Canada Proceedings (Organization Theory Division). London: ASAC, 2001.
- DAVEL, E. e ALCADIPANI, R. "Estudos Críticos em Administração no Brasil" Recife: Anais Eletrônico II Eneo, 2002
- DELBRIDGE, R "Surviving JIT: control and resistance in a Japanese Transplant". Journal of Management Studies vol. 32 no. 06, 1995.

DELEUZE, G. Foucault. Lisboa: Edições 70, 1988.

EDWARDS, R. C. Contested terrain: the transformation of the workplace in the twentieth century. New York: Basic Books, 1979.

EZZAMEL, M, WILLMOTT, H. e WORTHINGTON, F. “Power, control and resistance in the factory that time forgot”. Journal of Management Studies. vol. 38, no. 08, 2001.

FEATHERSTONE, M. “In pursuit of the postmodern: an introduction” Theory, Culture and Society. vol. 05. no. 02, 1988.

FELDMAN, S. “The revolt against cultural authority: power/knowledge as an assumption in Organization theory”. Human Relations vol. 50, no. 08, 1997.

FONSECA, M. Foucault e o Direito. Tese de Doutorado. USP, 2001.

FONSECA, M. Michel Foucault e a Constituição do Sujeito. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, M. “Verdade e Poder” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

FOUCAULT, M. “Soberania e Disciplina” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

FOUCAULT, M. “Nietzsche, a Genealogia e a História” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979c.

FOUCAULT, M. “Genealogia e Poder” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979d.

FOUCAULT, M. “O Olho do Poder” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979e.

FOUCAULT, M. “Não ao Sexo Rei” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979f

FOUCAULT, M. “Sobre a História da Sexualidade” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979g.

FOUCAULT, M. “A Governamentalidade” em: MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979h.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. “Omnes et Singulatim: Hacia Una Crítica de la Razón Política” em MOREY, M. Michel Foucault Tecnologías del yo y Otros Escritos. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990a.

FOUCAULT, M. “Tecnología del Yo” em MOREY, M. Michel Foucault Tecnologías del yo y Otros Escritos. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990b.

FOUCAULT, M “O Sujeito e o Poder” em: RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M A Ordem do Discurso. 4ª São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. 2ª Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999a.

FOUCAULT, M. “Las mallas del poder”. FOUCAULT, M. Michel Foucault Estética, Ética e hermennéutica. Barcelos: Paidós, 1999b.

FOUCAULT, M. “El Cuidado de la Verdad”. FOUCAULT, M. Michel Foucault Estética, Ética e hermennéutica. Barcelos: Paidós, 1999c.

- FOUCAULT, M. "Nascimento de la biopolítica" FOUCAULT, M. Michel Foucault EstÉtica, Ética e hermennéutica. Barcelos: Paidós, 1999d.
- FOUCAULT, M. "Sexualidad y soledad" em: FOUCAULT, M. Michel Foucault EstÉtica, Ética e hermennéutica. Barcelos: Paidós, 1999e.
- FOUCAULT, M. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999f.
- FOUCAULT, M. "Política da Verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault". Em: RABINOW, P. Antropologia da Razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999g.
- FOURNIER, V. & GREY, C. "At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies", Human Relations, vol. 53, no 1, 2000.
- FULOP, L. & LINSTED, S. Management: a critical text. London: Macmillan Press, 1999.
- GABRIEL, Y. "Beyond Happy Families: A critical reevaluation of the Control-Resistance-Identity tringle." Human Relations vol. 52. no. 02, 1999.
- HARDT, M. e NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- HARDY, C. e LEIBA-O'SULLIVAN, S. "The power behind emporwerment: implications for research and practice" Human Relations vol. 51, no. 04, 1998.
- HASSARD, J. Sociology and organization analysis: positivism, paradigms and post-modernism. Cambridge : University of Cambridge, 1993.
- HASSARD, J. & PARKER, M. (Eds.) Postmodernism and organizations. London: Sage Publications, 1995.
- HATCH, M. Organization Theory: modern, symbolic and postmodern perspectives. New York: Oxford, 1997.
- HATCHUEL, A "The Foucauldian Detour: a ribirth of Organization Theory? Human Relations. vol. 52, no. 04, 1999.

- HAZEN, M. "Response to the revolt against cultural authority: Power/knowledge as na assumption in organization theory" Human Relations vol. 50 no. 09, 1997.
- HINTHORNE, T. "Predatory capitalism, pragmatism and legal positivism in the airline industry". Strategic Management Journal. vol. 17, no. 04, 1996.
- JACKSON, N. e CARTER, P. "Organizational chiaroscuro: throwing light on the concept of corporate governance." Human Relations vol. 48, no. 08, 1995.
- JERMIER, J. KNIGHTS, D e NORD, W. Resistance e Power in Organization. London: Routledge, 1994.
- KATZ, D. e KAHN, R. The social psychology of organization. New York : J. Wiley, 1966.
- KNIGHTS, D. "Change spaces: the disrruptive impact of a new epistemological location for the study of management". Academy of Management Review. vol. 17, no. 03, 1992.
- KNIGHTS, D. e McCABE, D. "Are there no limits to authority?: TQM and Organizational power.". Organization Studies. vol. 20 no. 2, 1999.
- KNIGHTS, D. e McCABE, D. "Dreams and degins on strategy: a critical analysis of TQM and management control". Work, Employment & Society. Vol. 12, no. 03, 1998.
- KNIGHTS, D. e MORGAN, G. "Corporate Strategy, Organizations and Subjectivity: A Critique". Organization Studies. vol. 12 no. 2, 1991.
- KNIGHTS, D. e VURDUBAKIS, T. "Foucault, Power, Resistance and All That". In: JERMIER, J. KNIGHTS, D e NORD, W. Resistance e Power in Organization. London: Routledge, 1994
- KNIGHTS, D. e WILLMOTT, H. "Conceptualizing leadership process: a study of senor managers in a financial services company." Journal of Management Studies. vol. 29, no. 06, 1992.

- KNIGHTS, D. e WILLMOTT, H. "Power and subjectivity at work: from degradation to subjugation in social relations" Sociology vol. 23, no. 04, 1989.
- LEE, M. "The Lie of power: empowerment as impotence". Human Relations vol. 52, no. 02, 1999.
- LEFLAIVE, X. "Organizations as Structures of domination". Organization Studies. vol. 17, no. 01, 1996.
- LYOTARD, J. La Condicion postmoderna. Madrid: Catedra, 1989.
- MACHADO, R. "Por uma Arqueologia do Poder" em MACHADO, R. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MAIA, A. "Sobre a Analítica do Poder de Foucault". Tempo Social vol. 6. no. 1-2, 1995.
- MARSDEN, R. "The politics of Organizational Analysis". Organization Studies. vol. 14 no. 01, 1993.
- MARSDEN, R. e TOWNLEY, B. "The Minerva Woven." Em: CLEGG, S. , HARDY, C. e NORD, W. Handbook of Organization Analysis. London: Sage, 1996
- MCKINLAY, A e TAYLOR, P. "Through the looking glass: Foucault and The politics of production." Em: MCKINLAY, A. e STARKEY, K. Foucault, Management and Organization Theory. London: Sage, 1998.
- MCKINLAY, A. e STARKEY, K. Foucault, Management and Organization Theory. London: Sage, 1998.
- MCLEAN, C. e HOSKIN, K. "Organizing madness:reflection on the forms of form". Organization. vol. 05 no. 04, 1998.
- MILLER, P. O' LERRY, T. "Hiearchies and American Ideals" Academy of Management Review. vol. 14, no. 02, 1989.

- MILLS, A. J. & SIMMONS, T. Reading organization theory: a critical approach to the study of organizational behaviour and structure. Toronto: Garamond Press, 1999.
- MINGERS, J. "Recent development in critical management science". Journal of Operational Research Society". vol. 43, no. 01, 1992.
- MORGAN, G. Images of Organization. London: Sage, 1986.
- MUNRO, I. "Non-Disciplinary Power and the Network Society." Organization. vol. 07 no. 04, 2000.
- ORTEGA, F. Amizade e Estética da Existência em Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- PARKER, M. "Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization", Organization Studies, vol. 16, nº 4, 1995.
- PARKER, M. "Capitalism, subjectivity and ethics: debating labour process analysis". Organization Studies. vol. 20, no. 01, 1999.
- POSTER, M. Foucault, Marxism and History. London: Polity Press, 1984.
- PORTOCARRERO, V e BRANCO, C. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.
- PRESTES MOTTA, F. e VASCONCELOS, F. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Thompson, 2002.
- PRESTES MOTTA, F.C. Organização e Poder. São Paulo: Atlas, 1986a
- PRESTES MOTTA, F.C. , ALCADIPANI, R. e BRESLER, R. "O Estrangeiro e o Mundo Organizacional" Anais do 1º Eneq, 2000.
- PRESTES MOTTA, F.C. "O Poder Disciplinar nas Organizações Formais". Revista de Administração de Empresas: Rio de Janeiro. vol. 21, no. 4, 1981.
- PRESTES MOTTA, F.C. Teoria das Organizações: Evolução e Crítica. São Paulo: Atlas, 1986.



- RABINOW, P. Antropologia da Razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- REED, M. "Context Terrain" Em: CLEGG, S. , HARDY, C. e NORD, W. Handbook of Organization Analysis. London: Sage, 1996 .
- SEGNINI, L. Bradesco: A liturgia do poder. São Paulo: EDUC, 1986
- SEWELL, G. "The discipline of teams: the control of team-based Industrial work through electronic and peer surveillance". Administrative Science Quarterly vol. 43, no. 02, 1998.
- SILVERMAN, D. The Theory of Organization. London: Heinemann Educational Books, 1971.
- SOKAL, A. e BRICMOT, J. Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science. New York: Picador, 1999.
- THOMPSON, C. e HIRSCHMAN, E. " Understanding the socialized body". Journal of Consumer Research vol. 22 no. 02, 1995.
- THOMPSON, C. e TAMBYAH, S. "Tryng to be Cosmopolitan". Journal of Consumer research vol. 26 no. 03, 1999.
- THOMPSON, P. "Postmodernism: fatal distraction". In: HASSARD, J. & PARKER, M. (Eds.) Postmodernism and organizations. London: Sage Publications, 1993.
- THOMPSON, P. e McHUGH, D. Work Organizations: a critical introduction. London: MACMILLAN, 1990.
- THOMPSON, P. e WARHURST, C. Workplaces of the Future. Londres: McMillan, 1998.
- THOMPSON, P. The nature of work: an introduction to debates on the labor process. London: Macmillan, 1989.

- THRETHEWEY, A "Discipline Bodies: Women's embodied identities at work." Organization Studies. vol. 20 no. 03, 1999.
- TOWNLEY, B. "Foucault, power/knowledge and its relevance for human resource management". Academy of Management Review vol. 18 no. 3, 1993.
- WEAVER, W. "Dewey or Foucault?: organization and administration as edification and as violence" Organization. vol. 04 no. 01, 1997.
- WEICK, K. The Social Psychology of Organizing Reading Cambridge: Addison-Wesley, 1969.
- WILLMOTT, H. "Strength is ignorance, slavery is freedom: managing culture in Modern Organizations." Journal of Management Studies. vol. 30, no. 04, 1993.
- WRAY-BLISS, E. "Abstract ethics, embodied ethics: the strange marriage of Foucault and positivism in labour process theory" Organization. vol. 09, no. 01, 2002.
- XU, Q. "On the way to knowledge: making a discourse at quality" Organization. vol. 09, no. 01, 2002.
- XU, Q. "TQM as an arbitrary sing for play: discourse and transformation" Organization Studies. vol. 7, no. 03, 1999.
- ZUBOFF, S. In the Age of The Smart Machine. New York: Basic Books, 1988.

# ANEXO I

Autor (ano)	Ano	Periódico	Área de especialidade	Temática	Objetivo	Uso de Foucault	Perspectivas Epistemológicas Majoritárias	Metodologia declarada
Xu (1999)	1999	Organization Studies	Org	Controle das organizações	O artigo faz uma análise do discurso da TQM antes do aparecimento da TQM e após. Além disso, mostra como este discurso é um discurso de poder	arqueologia	Foucault	análise de discurso, a partir de análise de documentos
Xu (2000)	2000	Organization	Org	Controle das organizações	O artigo mostra a formação do saber em qualidade. Apresenta a mudança do controle de qualidade para a gestão da qualidade. Discute como qualidade e padrões formam-se discursivamente	arqueologia	Foucault	análise de discurso, a partir de análise de documentos

Newton (1998)	1998	Organization Studies	Org	crítica a foucaultianos	Criticar a tentativas de teorizar self e subjetividade nos estudos organizacionais baseados em Foucault	constituição da subjetividade	Marxismo	ensaio eminentemente teórico
Alvesson (1998)	1998	Human Relations	Org	gênero	Explora as questões de gênero e a construção da identidade relacionada ao gênero por meio de uma etnografia realizada em uma agência de publicidade sueca. O artigo discute como o gênero é construído no contexto organizacional. A dominação masculina é discutida e questionada nas organizações não burocráticas.	constituição da subjetividade	Habermans	estudo de caso por meio de etnometodologia
Marsden (1993)	1993	Organization Studies	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	Analisa criticamente a TO positivista e tenta resgatar Foucault da escuridão do pós-modernismo, destacando sua importância para guiar etnografias em organizações. O autor propõe uma leitura realista dos estudos de Michael Foucault	genealogia	Foucault	ensaio eminentemente teórico

Knights & Morgan (1991)	1991	Organization Studies	Estra	crítica a teorias em Análise das Organizações	Realizam uma genealogia da estratégia empresarial, mostrando sua constituição como saber e poder	genealogia (método)	Foucault	ensaios eminentemente teóricos
Jacson & Carter (1995)	1995	Human Relations	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	O artigo critica a noção de governança corporativa por meio dos escritos de Foucault	governamentalidade	Foucault	ensaio eminentemente teórico
Chan (2000)	2000	Organization Studies	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	O artigo pretende redirecionar a crítica das organizações por meio de Foucault	liberdade e resistência para Foucault	Foucault	ensaio eminentemente teórico

Knights & Willmott (1992)	1992	Journal of Management Studies	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	Os autores analisam que as metodologias tradicionais para se analisar liderança , dizendo que elas restringem nossa capacidade de analisar as práticas de liderança e de gerar insights sobre sua dinâmica. Os autores propõe uma nova perspectiva para analisar este objeto baseados nas ciências sociais	Poder disciplinar	Dawey	estudo de caso por meio de entrevista
Casey (1999)	1999	Human Relations	Org	Poder e construção de verdades	Analisa de forma crítica os processos e efeitos da criação de novas culturas organizacionais que tentar ser criadas, a partir de programas de qualidade total. Particularmente , analisa os efeitos das práticas de cultura organizacional de construção de "famílias" e de times de trabalho como formas de gerar disciplina, integração e controle.	Poder disciplinar	psicosociologia	estudo de caso por meio de entrevistas e etnometodologia

Collinson (1999)	1999	Organization Studies	Org	Poder e construção de verdades	O artigo analisa as políticas de comunicação de acidente em em instalações petrolíferas no mar do norte e mostra como os trabalhadores restringem a comunicação de acidentes. Mostr a o papel da vigilância neste processo. Pretende mostrar as similaridades entre Goffman e Foucault.	Poder disciplinar	Habermans, Dilthey e Ararendt	análise de discurso, a partir de análise de documentos
Thompson & Hirschman (1995)	1995	Journal of Consumer Research	MKT	Poder e construção de verdades	O artigo analisa os processos e significados psicosociais que marcam as percepções e imagens de consumidores sobre seus corpos e o consumo de deriva desta percepção.	poder disciplinar	Realistas (Bahaskar)	análise de discurso, a partir de entrevistas
Brocklehurst (2001)	2001	Organization Studies	Org	subjetividade e poder	O artigo utiliza- se do referencial de Gidens e de pós- estruturalistas para analisar a mudança de um grupo de empregados que passaram a trabalhar em casa. O artigo discute esta nova forma de se organizar e seus aspectos de poder e identidade e por meio desta análise compara os referenciais de Gidens e de pós estruturalistas como Foucault e Larsh	poder disciplinar e ética de si	Habermans e Orwell	estudo de caso por meio entrevista e etnometodologi a



Chikudate (2002)	2002	Journal of Management Studies	Org	Poder e construção de verdades	Analisa os controles normativos que operam por trás de práticas anti- éticas de uma empresa japonesa analisada	poder disciplinar	Larsh	estudo de caso por meio de etnometodologi a
Boje (1995)	1995	Academy of Management Journal	Org	Poder e construção de verdades	O artigo deconstrói o discurso da Disney mostrando a organização como uma empresa que "conta histórias" em que os discursos pré- modernas, modernas e modernos estão presentes. O autor mostra as vozes excluídas neste discurso e histórias de exclusão, expondo o lado negro da Disney. O autor mostra os mecanismos de controle e compara a Disney e sua estrutura organizacional a um panóptico	poder disciplinar e panóptico	Foucault	análise de discurso, a partir de entrevistas e documentos

Miller & O'Lerry (1989)	1989	Academy of Management Review	Org	Poder e construção de verdades	Os autores mostram como a noção de hierarquia, profissionalismo e a autoridade na legitimação do poder dos gestores se deu entre os anos de 1900 e 1940 nos EUA.	poder disciplinar e poder/saber	Giddens Fenomenologia	ensaio eminentemente teórico
Weaver (1997)	1997	Organization	Org	Teoria das organizações baseada em Foucault	Analisa as contribuições de Dawey e Foucault e tenta ver como estes autores vêem as organizações	Poder disciplinar e panóptico	Foucault	ensaio eminentemente teórico
Trethewey (1999)	1999	Organization Studies	Org	gênero	O artigo se utiliza de uma perspectiva feminista-foucaultiana para analisar como organizações e discursos de gênero estão inscritos no corpo das mulheres	poder disciplinar,	Foucault	estudo de caso por meio entrevista e etnometodologia

Munro (2000)	2000	Organization	TI	relações de poder	O autor parte do conceito de poder disciplinar em Foucault e discute se este conceito é adequado para descrever as relações de poder que emergem de desenvolvimentos recentes em IT. O artigo mostra que algumas formas de poder não disciplinar estão transformando algumas áreas de nossas vidas.	Poder disciplinar, Panóptico e Biopoder	Foucault	ensaio eminentemente teórico
Sewell (1998)	1998	Administrative Science Quarterly	Org	Controle das organizações	O artigo mostra como os times de trabalho, tidos como participativos e democráticos, servem para disciplinar o indivíduo. Discute o papel da informática neste tipo de controle e como ele assume dimensões verticais e horizontais.	poder disciplinar, panóptico, poder saber, constituição do sujeito	Foucault	estudo de caso por meio de entrevistas e etnometodologia
Clegg (1989)	1989	Organization Studies	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	O artigo pretende analisar o poder como um processo constituído por meio de lutas e não como é tradicionalmente definido em oposição à autoridade em torno do eixo da legitimidade. Para constatar este fato analisa as diferentes teorias que tratam do poder em contexto organizacional. Mostra que interpretações deste tipo são prescritas em	Poder disciplinar, poder /saber e vigilância	Giddens e Larsh	ensaio eminentemente teórico

					práticas disciplinares específicas, mas que não formam uma teoria geral das organizações			
Willmott (1993)	1993	Journal of Management Studies	Org	Poder e construção de verdades	Analisa a literatura sobre cultura corporativa de forma crítica	poder disciplinar, poder e verdade	Habermas	ensaios eminentemente teóricos
Ball & Wilson (2000)	2000	Organization Studies	TI	Controle das organizações	O artigo pretende examinar formas de monitorar desempenho por meio de computadores, mostrando seus aspectos de poder, construção de subjetividades e resistência	poder disciplinar, resistência, construção do sujeito	gênero	estudo de caso por meio de entrevistas e etnometodologia

Barker (1993)	1993	Administrative Science Quarterly	Org	Controle das organizações	O artigo mostra a transição dos regimes de controle na organizações estudada e aponta o papel disciplinar dos time semi-autônomos	poder disciplinar, saber/poder	Derrida, Saussure	estudo de caso por meio de entrevistas e etnometodologia
Coombs, Knights & Willmott (1992)	1992	Organization Studies	TI	subjetividade e poder	Análise crítica a tecnologia de informação e comunicação e tenta examiná-la como constituidora de relações de poder/saber e formas de construção da subjetividade	poder disciplinar, saber/poder e constituição do sujeito	ANT e Escola de Frankfurt	estudo de caso por meio de entrevistas
Covaleski, Dorsmith, Heian, Samuel (1998)	1998	Administrative Science Quarterly	Org	subjetividade e poder	O artigo mostra como a APO e outras técnicas de gestão transformam indivíduos em pessoas disciplinadas, cuja identidade também é disciplinada	poder disciplinar, saber/poder, constituição do sujeito	Giddens	estudo de caso por meio de etnometodologia

McLean & Hoskin (1998)	1998	Organization	TI	relações de poder	O artigo propõe repensar o processo de organizar por meio da análise de formulários, verificando sua função de poder nas organizações.	poder disciplinar, poder/saber	Foucault	análise de discurso, a partir de análise de documentos
Chua (1986)	1986	Accounting Review	Conta	crítica a teorias em Análise das Organizações	O objetivo do artigo é questionar os pressupostos tradicionais da forma de realizar pesquisa em contabilidade e mostrar como a perspectiva crítica pode realizar mudança neste campo. Utiliza-se da noção de poder em Foucault para ver a contabilidade como um mecanismo de poder	poder relacional	Habermans, fenomenologia	ensaio eminentemente teórico
Hinthorne (1996)	1996	Strategic Management Journal	Estra	Poder e construção de verdades	O autor analisa os aspectos que possibilitam e restringem as ações dos líderes de empresas de aviação e discute que advogados e gestores que conhecem a estrutura legal e de poder neste mercado conseguem se sair muito bem	poder relacional	Teorias de estratégia	estudo de caso por meio de entrevistas

Knights & McCabe (1998)	1998	Work, Employment & Society	Org	Controle das organizações	O artigo mostra que as técnicas relacionadas à TQM não são tão racionais e efetiva para controlar os empregados quanto seus proponentes defendem.	poder relacional	Psicanálise	estudo de caso por meio de entrevistas e análise de documentos
Kights & McCabe (1999)	1999	Organization Studies	Org	Controle das organizações	A partir da noção do poder como relacional, o artigo discute a estatégia como a TQM é uma condição e uma consequencia de relações de poder. Discutem também a resistência presente no processo de implementação da TQM	poder relacional e constituição do sujeito por relações de poder	Marxismo	estudo de caso por meio de entrevista e análise de documentos
Bloomfield (1992)	1992	Journal of Management Studies	TI	crítica a teorias em Análise das Organizações	O artigo discute a conceituação do poder em relação ao uso de computadores nas organizações. O autor tenta mudar o foco das discussões nesta temática mostrando que há dimensões simbólicas e disciplinares no desenvolvimento de TI em organizações. Para tanto, utiliza como base empirica o desenvolvimento de IT em sistemas de informação no	Poder relacional e poder disciplinar, discursos e poder	ANT (Latour e Callon)	análise de discurso, a partir de análise de documentos

					sistema nacional de saúde inglês.			
Leflaive (1996)	1996	Organization Studies	Org	Controle das organizações	Analisar as organizações como estruturas de dominação. Critica os estudos que vêem o poder somente como negativo e proibitivo	poder relacional e positivo	Marxismo	ensaio eminentemente teórico
Hardy & Leiba-O' Sullivan (1997)	1997	Human Relations	Org	relações de poder	O artigo pretende analisar o poder por trás do empowerment. Para a análise apresentam um modelo de 4 dimensões sobre o poder para mostrar a forma multifacetada que ele opera. A partir deste modelo, mostram as diferenças e similaridades entre as abordagens sobre o poder utilizadas (mainstream, crítica e foucauldiana) e	Poder relacional, constituição da subjetividade, poder/saber e a limitação da resistência, poder disciplinar e a relação entre discurso e poder.	Marxismo	ensaios eminentemente teóricos



					também os problemas associados com o empowerment.			
Mingers (1992)	1992	Journal of The Operational Research Society	Pesquisa Operacional	crítica a teorias em Análise das Organizações	O artigo mostra o desenvolvimento dos estudos críticos em administração em geral e em pesquisa operacional em particular. Diversas perspectivas são mostradas e Foucault aparece nas discussões sobre poder	poder relacional, mecanismos de poder	marxismo	ensaio eminentemente teórico
Hazen (1997)	1997	Human Relations	Org	resposta ao artigo de Feldman (1997)	problematizar o artigo de feldman	poder/saber e poder disciplinar	Goffman e	ensaio eminentemente teórico

Thompson & Tambiah (1999)	1999	Journal of Consumer Research	MKT	subjetividade e poder	O artigo analisa o consumo realizado por expatriados como uma forma dos mesmos tentarem adquirir uma identidade cosmopolita.	poder/saber e verdade	marxismo	análise de discurso, a partir de entrevistas
Townley (1993)	1993	Academy of Management Review	RH	Poder e construção de verdades	O artigo pretende analisar recursos humanos como um discurso e e um conjunto de práticas que procura reduzir a indeterminação envolvida no contrato de trabalho. Por meio da perspectiva de Foucault sobre Poder/Saber e procura analisar a área. Faz um estudo aprofundado usando Foucault	poder/saber, analítica do poder	Foucault	ensaios eminentemente teóricos
Clegg (1994)	1994	Organization	Org	relações de poder	O artigo propões analisar as relações entre o trabalho de Weber e Foucault destacando seus pontos em comum e pontos de não conformidade para a Análise das Organizações	Poder/saber, analítica do poder (sem bio-poder)	Weber	ensaio eminentemente teórico

Khights & Willmott (1989)	1989	Sociology	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	Discute as limitações da teoria do processo de trabalho tradicional chamando atenção por sua negligência à subjetividade. Utiliza-se de Foucault para discutir este ponto	Poder/saber, constituição do sujeito por relações de poder	marxismo	ensaio eminentemente teórico
Gabriel (1999)	1999	Human Relations	Org	Controle das organizações	Pretende explorar a natureza do controle nas organizações contemporâneas e a sua colonização da subjetividade das pessoas, bem como os tipos de resistência que gera. A partir dos referenciais teóricos utilizados, o autor discute que tais referenciais exageram a magnitude e a totalidade do controle das organizações.	Poder/saber, poder e discurso, poder e resistência	Psicanálise	ensaio eminentemente teórico
Lee (1999)	1999	Human Relations	Org	relações de poder	Pretende analisar, a partir de um estudo participante, brigas entre os gestores de uma pequena escola rural de primeiro grau. O artigo sugere que poder pode ser visto como uma capacidade individual interpretativa.	Poder/saber, poder relacional.	Weber	estudo de caso por meio de etnometodologia

Brocklesby & Cummings (1996)	1996	Journal of The Operational Research Society	Pesquisa Operacional	crítica a teorias em Análise das Organizações	O artigo discute que o pensamento crítico em sistemas está sendo desenvolvido dentro de uma abordagem Habermasiana e propõe Foucault como pensamento alternativo	Poder/saber, poder relacional.	Derrida e Lyotard	ensaio eminentemente teórico
Feldman (1997)	1997	Human Relations	Org	crítica à foucaultianos	O autor tenta mostrar a má interpretação realizada pelos estudos baseados em Foucault sobre o esforço do Iluminismo para liberar a razão humana como um fracasso. Para os estudos baseados em Foucault, de acordo com o autor, a razão desenvolveu um saber disciplinado que domina os indivíduos que trabalham e vivem nas organizações. Ele argumenta que para esta perspectiva, a identidade do indivíduo é a sua forma de prisão. O autor usa o conceito de autoridade tradicional para analisar os estudos baseados em Foucault	Poder/saber, poder verdade e construção da identidade por meio das relações de poder. Crítica de Foucault ao Iluminismo	Habermas	ensaio eminentemente teórico

Knights (1992)	1992	Academy of Management Review	Org	crítica a teorias em Análise das Organizações	O autor crítica a teoria organizacional positivista, a partir das idéias de Michael Foucault. Faz isso por meio de uma análise de estratégia empresarial	visão geral da obra	Foucault	ensaios eminentemente teóricos
Burrell (1988)	1988	Organization Studies	Org	Teoria das organizações baseada em Foucault	Discute as possibilidades de análise para as organizações, a partir de uma perspectiva Foucaultiana	visão geral da obra	Foucault	ensaio eminentemente teórico
Wray-Bliss (2002)	2002	Organization	Org	crítica a foucaultianos	O artigo pretende fazer uma crítica da "Escola de Manchester" sobre LBT, mostrando que há uma dissociação entre os escritos de autores que se utilizam de Foucault e a ética do pensador	visão geral da obra	Foucault	ensaio eminentemente teórico